

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 24 DE JULHO DE 2025

NÚMERO 22.770 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Direito & Justiça

Entrevista João Carlos Souto

Um cenário fora do padrão

O presidente do Instituto Brasil EUA de Direito Comparado avaliou as possíveis consequências da crise instaurada após o anúncio da sobretaxa às exportações e pelo apoio de Donald Trump ao ex-presidente Bolsonaro contra o STF.

Vistos suspensos

Em artigo, o ex-reitor da UnB José Geraldo de Sousa Junior analisa a decisão do governo dos EUA de proibir a entrada no país de ministros do STF.

Antônio Cunha/CB/D.A Press



Data Venia

DF na frente

IDP e Ceub, instituições brasilienses, estão na liderança de uma competição acadêmica de direito organizada pelo Supremo.

INSS começa a devolver hoje o dinheiro roubado dos aposentados

PÁGINA 8

Jose Osário/AFP



Bolsonaro articula, mas ficará em silêncio

Ex-presidente evita entrevista um dia depois de seus advogados garantirem ao STF que não houve desrespeito às medidas cautelares impostas por Alexandre de Moraes — há ainda ameaça de prisão. Ex-chefe do Planalto passou o dia na sede do PL e voltou pra casa (foto) na hora determinada. Aliados, no entanto, criticaram as decisões do magistrado.

PÁGINA 4

Trump sabia de nome em dossiê, revela jornal

Em maio, a procuradora-geral Pam Bondi revelou ao presidente dos EUA que ele é citado em arquivos sobre o caso Jeffrey Epstein, financista acusado de pedofilia e tráfico sexual. Informação divulgada pelo *The Wall Street Journal* amplia a pressão sobre o republicano.

PÁGINA 9

Fome em massa se alastra por Gaza, alertam 111 ONGs

PÁGINA 9

Responsabilidade climática

Corte Internacional de Justiça define as responsabilidades legais dos países em relação às mudanças climáticas. Consequências jurídicas podem incluir reparação.



Brasil contesta tarifaço na OMC. Senado vai aos EUA

Em uma série de ações para tentar reverter a sobretaxa de 50% às exportações para os Estados Unidos, anunciada pelo presidente Donald Trump, o Brasil ampliou a ofensiva, nos campos político, diplomático e econômico. Ontem, o embaixador brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra (Suíça), Philip Fox-Drummond Gough angariou o apoio de 40 nações contra o tarifaço, que passa a valer em 1º de agosto e vai atingir setores estratégicos. "Tarifas arbitrárias, anunciadas e implementadas de forma caótica, estão destruindo as cadeias globais de valor e correm o risco de lançar a economia mundial em uma espiral de preços altos e estagnação", acusou Philip. Em outra frente, o Senado definiu que oito parlamentares embarcam, na próxima semana para os EUA, onde tentarão abrir canais de negociação com o governo e o empresariado norte-americano.

Bruna Gaston/CB/D.A Press



Intromissão inaceitável — Professor da UnB, o economista José Luís Oreiro avaliou, no *CB.Poder*, que o Brasil pode reverter uma eventual crise provocada pelo tarifaço. "Não é o fim do mundo".

"Plano de contingência" está na reta final, diz Haddad

PÁGINAS 2, 3 E 7. NAS ENTRELINHAS, 3, E BRASÍLIA-DF, 4

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Diversão animal

Para curtir os últimos dias de férias uma boa opção é visitar o Zoo de Brasília, com entrada gratuita no fim de semana. O elefante Chocolate é um dos campeões na preferência do público. Uma das novidades é Chicão, um macaco-aranha-da-testa-branca, vindo do Zoológico de Goiânia. PÁGINA 18

Marvel Studios



Quarteto fantástico

Com a produção dos Estúdios Marvel, chega às telas a nova saga dos quatro heróis dos quadrinhos.

PÁGINA 22

Cidadania

Biometria vital

Para avançar com a digitalização dos serviços oferecidos aos cidadãos, governo torna obrigatório o cadastro biométrico.

PÁGINA 6

Social

DF ganha hotel

Abrigo permanente foi entregue ontem pelo GDF. O local fica no SAAN e vai acolher, das 19h às 8h, 200 pessoas em situação de rua.

PÁGINA 15

Ataque de cães na Asa Norte

Pelo menos 10 cachorros que vivem nas ruas cercaram e morderam uma médica que praticava esporte na L4 Norte. A vítima sofreu ferimentos em diversas partes do corpo e uma fratura no pulso.

PÁGINA 17





PODER

Brasil na OMC: tarifação é “arbitrário e caótico”

Embaixador adverte aos EUA que tratar negociações como “jogos de poder” é um atalho perigoso “para a instabilidade e a guerra”. Mecanismo da Organização Mundial do Comércio para a resolução de contenciosos entre países está parado

» RAFAELA GONÇALVES

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Tarifas arbitrárias, anunciadas e implementadas de forma caótica, estão desestruturando as cadeias globais de valor e correm o risco de lançar a economia mundial em uma espiral de preços altos e estagnação

Embaixador Philip Fox-Drummond Gough, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, na OMC

Em reunião na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, o Brasil condenou o uso de tarifas como instrumento de coerção e ameaça, e alertou para os riscos à estabilidade econômica global. Sem citar diretamente o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as observações do embaixador Philip Fox-Drummond Gough receberam o apoio de cerca de 40 países, incluindo membros do Brics, União Europeia e Canadá.

O secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE) alertou que tratar negociações como “jogos de poder” representa um atalho perigoso “para a instabilidade e a guerra”. “Tarifas arbitrárias, anunciadas e implementadas de forma caótica, estão desestruturando as cadeias globais de valor e correm o risco de lançar a economia mundial em uma espiral de preços altos e estagnação”, acusou.

Gough fez um alerta sobre o uso de medidas comerciais como instrumento de pressão política. “Estamos testemunhando, agora, uma mudança extremamente perigosa em direção ao uso de tarifas como uma ferramenta na tentativa de interferir nos assuntos internos de terceiros países”, frisou.

O Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC) da OMC está, atualmente, paralisado exatamente porque os EUA não indicaram membros para compô-lo. A organização já havia sido enfraquecida no primeiro mandato do presidente norte-americano, no que foi mantido pelo governo Biden que não nomeou novos representantes para o órgão de apelação. A paralisação compromete a capacidade da organização de aplicar e fazer cumprir suas próprias decisões.

O embaixador brasileiro defendeu uma reforma estrutural da OMC, com o objetivo de restaurar seu papel como foro legítimo para a solução de controvérsias e a defesa das economias em desenvolvimento. Ele ressaltou que, além das violações “generalizadas” às normas do comércio internacional, o mundo assiste a uma “mudança extremamente preocupante, com o uso crescente de tarifas como instrumento para interferir nos assuntos internos de outros países”.

Recursos

Segundo Gough, caso as negociações sobre a suspensão ou adiamento do tarifação com Washington não avancem, o Brasil recorrerá

Caminho da solução

O Organismo de Solução de Controvérsias (OSC) é composto por representantes de todos os membros da OMC e responsável por administrar o Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC). Suas principais funções incluem: 1) estabelecer painéis para examinar as disputas; 2) adotar os relatórios dos painéis e do Órgão de Apelação; 3) monitorar a implementação das recomendações e decisões; e 4) autorizar retaliações quando um país não cumpre com as decisões. O objetivo principal desse sistema não é punir os membros, mas sim garantir a observância das normas comerciais multilaterais e promover a previsibilidade e segurança jurídica no comércio internacional, incentivando os países a resolverem suas divergências por meio do diálogo e do cumprimento das regras acordadas.

“a todos os meios legais disponíveis”. “Continuaremos a priorizar soluções negociadas e a confiar em boas relações diplomáticas e comerciais. Caso fracassem, recorreremos a todos os meios legais disponíveis para defender nossa economia e nosso povo — e isso inclui o sistema de solução de controvérsias da OMC”, garantiu.

Embora não tenha sido mencionada diretamente pelo Brasil, a delegação dos EUA respondeu às críticas. Sem citar o país ou a disputa comercial em curso, os representantes norte-americanos afirmaram estar preocupados com o fato de “trabalhadores e empresas norte-americanas serem forçados a competir em condições desiguais com países que não seguem as regras e compromissos assumidos ao ingressarem nesta instituição”.

Enquanto segue a indefinição sobre a tarifa de 50% prevista para incidir sobre produtos brasileiros a partir de 1º de agosto, outros países já firmaram acordos com os EUA para reduzir ou suavizar as tarifas que serão aplicadas. Trump afirmou que está disposto a ceder, desde que consiga, em troca, que grandes nações abram seus mercados aos produtos norte-americanos. Caso contrário, os EUA devem anunciar “tarifas muito maiores”.

As declarações foram dadas depois do novo acordo comercial fechado com o Japão, definido por Trump como “gigantesco”. O tratado prevê investimentos de US\$ 550 bilhões nos EUA e estabelece “tarifas recíprocas” de 15%, um percentual inferior aos 25% anunciados por ele no início do mês.

“Acabamos de concluir um acordo gigantesco com o Japão, talvez o maior acordo já feito. O Japão investirá, sob minha orientação, US\$ 550 bilhões nos EUA, que receberão 90% dos lucros”, publicou Trump na sua rede social, Truth Social.

Por conta desse acordo com os EUA, o Japão abrirá seu mercado para produtos norte-americanos, o que pode ampliar as exportações de carros, caminhões, arroz e outros itens. “O Japão pagará tarifas recíprocas de 15% aos EUA. Este é um momento muito empolgante para os EUA, especialmente pelo fato de continuarmos sempre a ter um ótimo relacionamento com o Japão”, disse o presidente.

Acordos

A Casa Branca informou que firmou acordos comerciais com diversos países para reduzir as tarifas. Entre eles, o Reino Unido, com

uma tarifa de 10% e redução nas taxas sobre produtos como aço e carne; o Vietnã, com 20%; a Indonésia, que terá 19% e isenção de tarifas sobre bens americanos; a China, em acordo preliminar de 30%, sujeito a novas negociações; e as Filipinas, com 19%.

A China foi a única a responder com retaliação direta, que, depois, foi negociada. Os demais países mantiveram diálogo direto com os EUA. As tarifas norte-americanas sobre os produtos chineses chegaram a 145% e o país revidou com aumentos de impostos incidentes. Depois de um acordo, ambos reduziram as taxas, sem previsão de novos aumentos por ora.

Entre os que ameaçaram retaliação, caso as taxas entrem em vigor em agosto, estão a União Europeia, o Canadá e o Brasil — sobre o qual pesa uma sanção de 50% sobre os produtos exportados para os EUA.

De acordo com o jornal britânico *Financial Times*, Estados Unidos e UE estão perto de fechar um acordo que prevê tarifas de 15% sobre as importações do bloco. Além disso, o secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bassent, afirmou que a pausa nas tarifas aplicadas à China pode ser prolongada por três meses, para dar tempo de um ajuste bilateral.

» Pix chega ao comerciante norte-americano

Apesar dos ataques do presidente Donald Trump ao Pix, o sistema de pagamentos avança nos Estados Unidos. Agora chega em larga escala para os norte-americanos via parceria entre as empresas de pagamentos norte-americanas Verifone e a brasileira PagBrasil. Até então, o Pix podia ser feito nos EUA por meio de chaves existentes de lojistas brasileiros naquele país. Agora, os varejistas norte-americanos poderão ativar o Pix em suas maquininhas e oferecê-lo como forma de pagamento. O funcionamento é como o brasileiro. A Verifone é a maior adquirente (intermediadora de transações financeiras entre estabelecimentos comerciais, bandeiras de cartão e bancos emissores) dos EUA. A empresa disse esperar a adesão dos lojistas norte-americanos, uma vez que o custo para eles é menor.

Trump Media pede que governo puna Moraes

As empresas Trump Media e Rumble pediram à Justiça dos Estados Unidos que envie ao Departamento de Estado norte-americano os autos do processo em que contesta decisões do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de que o governo de Donald Trump aplique sanções contra o magistrado. A solicitação é um desdobramento da ação movida pelas duas empresas que tramita, desde fevereiro, no Tribunal Federal da Flórida.

A petição foi protocolada na terça-feira. As duas empresas — uma delas pertencente ao próprio presidente norte-americano — se baseiam na Lei Global Magnitsky, que

permite punir estrangeiros acusados de corrupção ou violações graves de direitos humanos. Além de Moraes, outros ministros do STF seriam atingidos, porém a petição não relaciona quais.

“Os autores, respeitosamente, solicitam que o tribunal encaminhe as evidências ao Departamento de Estado dos EUA para consideração de possíveis sanções contra Alexandre de Moraes e outros membros do STF”, diz a petição.

A Trump Media e a Rumble — uma plataforma de vídeos muito popular nos EUA — propõe, inclusive, três tipos de sanções possíveis a Moraes, como proibição de vistos, congelamento de

bens e restrições diplomáticas. Os advogados das duas empresas afirmam que as ordens do ministro para bloquear perfis em redes sociais — como o do influenciador digital Rodrigo Constantino — violam garantias constitucionais dos norte-americanos e configuram abusos que justificariam medidas drásticas. Afirmam, ainda, que as ações do magistrado são “arbitrárias, ilegais e ofensivas à consciência moral”.

O pedido é mais um episódio da tensão diplomática entre Brasil e EUA. Em 18 de julho, horas após Moraes impor tomazeleira eletrônica e novas medidas cautelares contra o ex-presidente Jair

Bolsonaro, o governo Trump revogou os vistos de ministros do STF e de seus parentes, sob a justificativa de perseguição política e censura a cidadãos norte-americanos. A restrição foi anunciada pelo secretário de Estado Marco Rubio.

Nos pedidos anteriores, os advogados da Trump Media e do Rumble haviam solicitado que a Justiça dos EUA declarasse as ordens de Moraes “inexequíveis”. Pediam, ainda, que bloqueasse qualquer tentativa de cooperação entre autoridades norte-americanas e brasileiras para executá-las. A ofensiva ganha contornos diplomáticos e pressiona a Casa Branca a se posicionar.

Andrew Caballero-Reynolds/AFP



Trump pode misturar governo e interesses particulares contra o ministro

PODER

Senadores e MRE afinam a estratégia para os EUA

Comitivas atuarão em duas frentes contra a megataxação imposta por Trump

» RAFAELA GONÇALVES
» ISRAEL MEDEIROS
» RAPHAELA PEIXOTO

Grupo de oito senadores que viaja, na próxima semana, aos Estados Unidos para tratar das tarifas de 50% impostas a produtos brasileiros pelo governo de Donald Trump, se reuniu ontem com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para alinhar estratégias. Durante o encontro, os dois lados decidiram que a missão parlamentar buscará abrir canais de diálogo com autoridades e empresários norte-americanos, por meio da apresentação dos impactos da medida sobre a economia brasileira. Esperam, assim, alcançar condições comerciais mais equilibradas.

A reunião contou com a participação do chanceler Mauro Vieira e da embaixadora do Brasil nos Estados Unidos, Maria Luiza Viotti. Também estiveram presentes diplomatas e representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), entre eles a secretária de Comércio Exterior, Tatiane Prazeres.

A comitiva deverá se reunir com parlamentares norte-americanos em Washington entre 29 e 31 de julho, em uma tentativa de ampliar o diálogo e buscar apoio contra as tarifas anunciadas pelo governo Trump, que a princípio entram em vigor em 1º de agosto. Conforme as diretrizes acordadas com o MRE, a missão parlamentar terá caráter exclusivamente institucional, voltado ao diálogo e ao fortalecimento das relações bilaterais, sem envolvimento direto em negociações formais com a Casa Branca.

O grupo não participa das tratativas oficiais, mas buscará abrir canais de interlocução com congressistas e empresários norte-americanos, contribuindo para ampliar o espaço político e diplomático entre os dois países. A comitiva será liderada pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, e reunirá parlamentares ligados ao agronegócio, além de representantes da base governista e da oposição, em uma articulação suprapartidária. Segundo Trad, a agenda técnica será concluída até o final desta semana.

“Vamos nos reunir com empresários americanos que têm negócios com o Brasil, empresários brasileiros que têm negócios nos EUA e parlamentares americanos”, adiantou.

Dos oito senadores que integram a comissão temporária criada para dialogar sobre as tarifas, quatro ocupam vagas titulares na comitiva. Além de Nelsinho Trad, estão confirmados como titulares Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado; Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura do governo de Jair Bolsonaro; e Fernando Farias (MDB-AL). Completam a delegação, na condição de suplentes, os

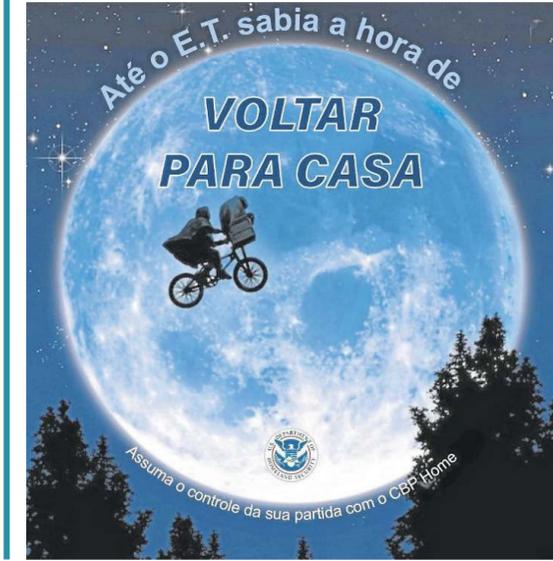
Edilson Rodrigues/Agência Senado



Chanceler Mauro Vieira e senador Nelsinho Trad (ao fundo) liderarão as iniciativas brasileiras em Washington

Embaixada dá aviso “engraçadinho” aos imigrantes ilegais

Reprodução/Instagram da Embaixada dos EUA



A Embaixada dos Estados Unidos mandou um recado “engraçadinho” aos imigrantes que estão irregularmente em território norte-americano para avisá-los de que serão deportados em caso de insistência em permanecerem ilegalmente. O card foi publicado no Instagram da representação no Brasil e vem acompanhado do seguinte texto: “Se você está nos EUA ilegalmente, faça como o E.T.: é hora de ligar para casa. Use o aplicativo CBP Home e vá embora agora, com apoio e dignidade. Você receberá assistência para a viagem e uma ajuda de custo para retornar ao seu país de origem”. Desde que chegou à Casa Branca, o presidente Donald Trump deu sinal verde para uma campanha de perseguição aos imigrantes — muitos até mesmo em situação legal foram detidos e obrigados a deixar anos de vida para trás. Até mesmo famílias foram divididas pelas ações dos órgãos de imigração.

senadores Marcos Pontes (PL-SP), ex-ministro de Ciência e Tecnologia do governo Bolsonaro; Esperidião Amin (PP-SC), Rogério Carvalho (PT-SE) e Carlos Viana (Podemos-MG).

Isolamento

Depois do encontro, Carlos Viana explicou que o Brasil atravessa um momento de “isolamento diplomático” junto aos EUA. Segundo o senador, a missão é estabelecer contato com parlamentares norte-americanos, abrir diálogo e buscar alternativas viáveis, com foco principal no adiamento do tarifaço.

“Ficou muito claro durante a reunião que, apesar dos esforços do Itamaraty para promover o diálogo e buscar um possível acordo com o governo americano, não há reciprocidade por parte da Casa Branca.

Eles não têm respondido à diplomacia brasileira. Estamos, no jargão diplomático, isolados”, explicou.

A viagem dos senadores é a primeira medida prática tomada pelo Congresso depois do anúncio do tarifaço de Trump contra produtos brasileiros exportados para os EUA. Na semana passada, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se reuniram com o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), responsável pelo grupo de trabalho criado pelo governo para mensurar danos e encontrar alternativas junto a empresários brasileiros.

Tanto Motta quanto Alcolumbre disseram estar à disposição do governo para encontrar uma saída ao tarifaço por meio do diálogo. Não anunciaram, no entanto, nenhuma medida objetiva. Antes do anúncio das sanções, o Congresso já havia aprovado a

Lei de Reciprocidade Econômica, que dá ao governo brasileiro condições de retaliar quem impuser ao Brasil medidas unilaterais que prejudiquem a economia do país. É essa lei que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende usar se as tentativas de dialogar falharem e as tarifas de Trump forem colocadas em prática, no início de agosto.

Da oposição, já há quem fale em ir também aos EUA para tentar negociar uma saída. Nomes do PL disseram ao **Correio**, nos últimos dias, que embora haja identificação com os posicionamentos políticos de Trump, entendem que o tarifaço é ruim para a economia brasileira. Ontem, o líder da oposição, deputado Zucco (PL-RS), disse em um evento no Rio Grande do Sul que há uma organização para uma viagem aos EUA tratar do assunto.

Plano de contingência perto da conclusão

» VANILSON OLIVEIRA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o plano de contingência elaborado pelo governo para enfrentar o tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre o Brasil está em fase final de elaboração. Conforme disse ontem, a proposta está sendo construída de forma conjunta com os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e deve ser apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva na próxima semana.

Haddad explicou que o documento ainda passará por análise do vice-chanceler Geraldo Alckmin, do chanceler Mauro Vieira e do ministro da Casa Civil Rui Costa

para, só depois, seguir para a análise de Lula. “Não é prudente antecipar nada agora”, afirmou, acrescentando que hoje é que terá acesso ao documento final.

“Na verdade, o pessoal terminou a área técnica. Vão me apresentar os detalhes. Provavelmente semana que vem nós devemos levar para o presidente, que amanhã (hoje) eu não sei se vai estar fora. Deve marcar uma reunião para apresentarmos os cenários possíveis”, acrescentou.

O ministro explicou que a decisão final caberá a Lula, que também ouvirá o Itamaraty sobre os esforços diplomáticos junto ao governo norte-americano. Ele enfatizou que há dificuldade em estabelecer contatos diretos com

representantes da administração americana. “Ele [o presidente Lula] vai ouvir o Itamaraty, vai ouvir como é que andam os contatos lá com a nossa contraparte. Estamos fazendo tentativas de contato. Mas há uma concentração de informações na própria Casa Branca”, comentou.

Contatos técnicos

Ele disse, ainda, que os contatos têm ocorrido apenas com técnicos do Tesouro norte-americano, sem envolvimento direto de secretários de Estado. Questionado se o governo pretende anunciar algo antes de 1º de janeiro, Haddad respondeu que isso dependerá do Palácio do Planalto. E afastou a ideia de que

há uma “escalada da crise política” na relação com os EUA. Segundo ele, o Brasil está apenas fazendo seu trabalho institucional.

O ministro também comentou as iniciativas adotadas por alguns governadores — como Ronaldo Caiado (GO), Jerônimo Rodrigues (BA) e Tarcísio Gomes de Freitas (SP) —, que anunciaram medidas de apoio aos setores afetados pelo aumento tarifário. Haddad considerou os esforços válidos, mas limitados diante da magnitude do problema. “Toda ajuda é bem-vinda. É bom saber que os governadores estão mobilizados e percebendo que o problema é do Brasil, é um problema do Estado brasileiro. É bom notar que eles estão mudando de posição. Isso é importante”, disse.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson freire



Brasil aposta no multilateralismo contra as “tarifas arbitrárias”

Menos alegoria de mão e mais samba no pé. É isso que o Brasil precisa fazer para enfrentar a crise diplomática e comercial com os Estados Unidos. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob o comando do chanceler Mauro Vieira, acerta ao apostar no multilateralismo como linha de resistência às tarifas arbitrárias impostas por Donald Trump. Não será suficiente para conter a pressão de Washington e proteger a soberania nacional, mas é importante externamente, porque mobiliza uma ampla coalizão de países prejudicados pelo tarifaço. E internamente, porque em torno de uma saída diplomática, em vez da escalada do confronto, há amplo consenso político nacional.

Na reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, o embaixador Philip Gough, representante do Brasil, foi direto ao ponto: tarifas unilaterais, “implementadas de forma caótica”, violam princípios básicos do comércio internacional e ameaçam lançar a economia mundial em uma espiral de estagnação e preços altos. Recebeu apoio de 40 países, incluindo União Europeia (UE), Canadá e parceiros dos Brics. A OMC, paralisada em seu sistema de solução de controvérsias, pouco pode fazer na prática, mas ainda é a guardiã da institucionalidade das relações comerciais entre seus membros.

Sim, o Brasil reafirmou que prefere diálogo. A retaliação é medida extrema cujas consequências são imprevisíveis, mas que podem se tornar necessárias para a soberania nacional. O “tarifaço” de 50%, previsto para entrar em vigor em 1º de agosto, dificilmente será suspenso de imediato. Trump usa tarifas não apenas como instrumento econômico, mas como arma política. Ao defender Jair Bolsonaro e atacar o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente norte-americano transformou sua superavitária balança comercial com o Brasil em campo de batalha ideológico.

No pior cenário, Trump pode dobrar a aposta, ampliando sanções unilaterais, caso o julgamento do ex-presidente brasileiro avance. O governo Lula precisa adotar medidas de contingenciamento, com objetivo de redirecionar parte das exportações, absorver no mercado interno o que for possível e cuidar da manutenção dos empregos e da sobrevivência das empresas mais prejudicadas.

Desde que voltou à Casa Branca, Trump tem recorrido a tarifas como instrumento de chantagem, aplicando-as também contra Canadá, México e Japão. No caso brasileiro, porém, a interferência tem conotação política mais grave. A chantagem tarifária busca influenciar processos judiciais internos e fragilizar instituições democráticas. É uma tática de guerra híbrida: antes, os EUA usavam tanques e telegramas secretos; agora, pressionam com sanções econômicas e narrativas digitais.

Manobra de sobrevivência

Essa ingerência não é novidade na história brasileira. O chamado “americanismo”, desde a República Velha, foi um vetor de modernização pelo alto, associado ao fordismo e ao liberalismo econômico, em contraposição ao nosso “iberismo” patrimonialista. Durante décadas, foi sinônimo de eficiência produtiva e progresso social. Sua influência se estende aos padrões de consumo, de comportamento e à cultura popular. Hoje, sob Trump, assume uma forma perversa, uma espécie de “americanismo do mal”, que reforça o autoritarismo e alimenta aventuras golpistas.

A existência de setores políticos e empresariais que se associam ao intervencionismo norte-americano também não é novidade. O paralelo com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e com o golpe militar de 1964 é inevitável. Na carta-testamento, Vargas denunciou a espoliação estrangeira e sacrificou a própria vida para impedir a ruptura institucional. Dez anos depois, o golpe aconteceu, com apoio direto de Washington, associado a políticos conservadores como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto e à cúpula militar, o que resultou em 21 anos de ditadura militar.

Hoje, a ameaça não vem dos quartéis — pelo contrário, o Alto Comando das Forças Armadas se opôs à tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, cujos envolvidos estão sendo julgados, junto com Bolsonaro. O perigo é sistema articulado de pressão econômica e política, que se vale das redes sociais e da desinformação.

O Brasil precisa muito da sua diplomacia para traçar uma rota segura de saída dessa crise. Não haverá solução fácil. É preciso diversificar parcerias, reforçar laços com a UE, o mundo árabe e os países asiáticos, com destaque para China, Índia e Indonésia. A aposta no multilateralismo permanece válida, é o que há de mais permanente na política mundial, apesar dos ataques que hoje sofre. Diante dos fatos, é preciso reduzir a dependência econômica em relação aos EUA e reafirmar o país como ator relevante do Sul Global. Não por acaso, o Brasil aderiu à ação da África do Sul contra Israel na Corte Internacional de Justiça.

Não nos enganemos. A altivez é sinônimo de soberania, não a soberba. Não é isenta de riscos e contestação interna, a exemplo do posicionamento da Confederação Israelita do Brasil, que acusou o governo de abandonar a tradição de equilíbrio diplomático e de adotar “falsas narrativas” sobre Gaza, onde os fatos são autoexplicativos. No comércio exterior, setores como o agronegócio — especialmente café, suco de laranja e proteínas animais — temem retaliações americanas que podem afetar bilhões de dólares em exportações.

Retaliar com a Lei da Reciprocidade Econômica não é boa opção. A saída será a negociação paciente e resiliente, sem covardia. Soberania não é moeda de troca. Proteger a democracia brasileira passa por reafirmar a soberania e desarmar, com diplomacia e articulação internacional, as bombas-relógio deixadas por Trump. Multilateralismo, neste momento, não é ingenuidade: é estratégia de sobrevivência.

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Pontes minerais

O encarregado de negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Gabriel Escobar, se reuniu ontem com o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Raul Jungmann, e o vice-presidente, Fernando Azevedo. O encontro, realizado a pedido do representante diplomático norte-americano, tratou do envio de uma missão comercial de mineradoras que atuam no Brasil aos EUA, além de um possível acordo sobre minerais críticos e estratégicos entre os dois países.

Sem privatização

Sindicatos de Minas Gerais têm se movimentado para tentar impedir a privatização das estatais mineiras Companhia Energética Minas Gerais (Cemig) e Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa). Os sindicatos dos setores de água e elétrico promoverão ações entre julho e agosto contra a proposta, apresentada pelo governador Romeu Zema na assembleia legislativa de Minas Gerais.

Luz para todos

O Ministério de Minas e Energia lançou a quarta chamada pública para o programa Procel, que auxilia municípios brasileiros a trocarem pontos de luz para lâmpadas de LED. Em 25 anos, o programa trocou 3 milhões de pontos em mais de 1,5 mil municípios. Com o aporte da União, as prefeituras conseguem economizar no serviço e direcionam o orçamento para outras prioridades.

Guia para todos

Junto com a chamada, o MME publicou o “Guia para Eficiência Energética em Edifícios Públicos: Boas Práticas para Gestão de Energia”. A publicação, disponível gratuitamente no site da pasta, visa ajudar estados e municípios que desejam aumentar a eficiência energética em prédios públicos e realizar uma transição energética de acordo com a realidade local.

Brasil se move no xadrez tarifário

Enfim, começam a ganhar relevo as movimentações diplomáticas do Brasil em resposta à ofensiva do governo de Donald Trump. Paralelamente ao protesto formal na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra medidas protecionistas “arbitrárias”, com apoio de dezenas de países-membros do organismo multilateral, o Executivo busca aproximações bilaterais. Um exemplo foi o telefonema do presidente Lula à presidente do México, Claudia Sheinbaum, para discutir as relações econômicas e comerciais entre os dois países.

O diálogo com o país vizinho aos Estados Unidos, fortemente impactado pela

economia e pela política anti-imigratória do governo Trump, pode ser interpretado como um movimento ousado no xadrez tarifário. Recentemente, a Casa Branca ameaçou impor uma tarifa de 30% sobre o vizinho latino.

Os Estados Unidos também se movimentam. Depois de fechar um acordo bilateral com o Japão, considerado “gigantesco” por Trump, o governo norte-americano mantém as tratativas com a União Europeia.

Para o Brasil, a questão principal é quando iniciará o diálogo direto com a administração Trump. Afinal, faltam oito dias para o tarifaço entrar em vigor.



Agenda cheia

O ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, tem marcado presença em praticamente todos os eventos da Esplanada — e também fora dela. Nas últimas semanas, compareceu ao lançamento do livro do presidente da ABDI, Ricardo Cappelli. Ontem, estava no lançamento da agenda sobre transformação digital do governo federal.

É com ela

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não falou no evento. Nos bastidores, comentou-se que ele quis dar visibilidade à ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Água e óleo

Discordantes em relação às mudanças do IOF, os Poderes Executivo e Legislativo parecem alinhados em outros temas. Ambos unem esforços na reforma administrativa e na defesa do Brasil contra o tarifaço do Trump. A ministra do MGI, Esther Dweck, deu crédito à Câmara na busca da eficiência na máquina pública. Em relação à ofensiva norte-americana, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, se reuniu com os senadores integrantes da comitiva que negociará com o governo norte-americano.

Mais um

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) está colecionando pedidos de cassação de seu mandato por sua atuação nos Estados Unidos. A Uneafro Brasil e o Instituto de Referência Negra Peregrum lançaram um abaixo-assinado exigindo a perda de mandato. As organizações do movimento negro brasileiro alegam que o deputado tem atuado com a extrema-direita internacional e feito declarações prejudiciais aos interesses do Brasil.

Negociadoras

O Ministério das Mulheres e a Universidade de Brasília (UnB) organizaram um curso de formação sobre diplomacia popular e emergência climática. A ideia é preparar lideranças que atuem em espaços estratégicos de incidência e negociação climática, incluindo a participação na COP 30. O curso será lançado amanhã, às 15h, no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A pasta das mulheres investiu R\$ 200 mil para formar representantes de povos e comunidades tradicionais, incluindo reserva de vagas inicial para mulheres negras, jovens e representantes do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

PODER

“Infelizmente”, Bolsonaro se cala

Ex-presidente se reuniu com aliados na sede do PL, em Brasília, e evitou falas públicas, seguindo recomendação de advogados

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Um dia após apresentar explicações ao Supremo Tribunal Federal (STF) por supostamente burlar as medidas cautelares, o ex-presidente Jair Bolsonaro manteve o silêncio ao deixar a sede do Partido Liberal, em Brasília. Usando uma tornozeleira eletrônica, ele passou a manhã e a tarde de ontem no local, e voltou para casa para cumprir o horário determinado pelo ministro Alexandre de Moraes.

Nesta semana, Bolsonaro foi intimado pelo STF a prestar esclarecimentos sobre vídeo publicado em redes sociais no qual ele aparece exibindo a tornozeleira eletrônica e fazendo declarações políticas, durante visita à Câmara dos Deputados. Ao sair e ser abordado pela imprensa ontem, o ex-presidente lamentou não poder dar entrevistas. “Infelizmente, eu não vou poder falar com vocês”, disse.

Bolsonaro deve evitar novas declarações, segundo seus advogados, enquanto aguarda decisão de Moraes sobre medidas cautelares que incluem a proibição de usar redes sociais, com possibilidade de prisão caso descumprimentos sejam confirmados.

O ex-chefe do Planalto foi

obrigado a usar tornozeleira eletrônica, está proibido de se comunicar com o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos, além de ser impedido de manter contato com diplomatas estrangeiros e de se aproximar das embaixadas.

Ao justificar a imposição de medidas cautelares a Jair Bolsonaro, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que Jair Bolsonaro “confessou” o crime de extorsão contra Justiça brasileira ao associar o fim do tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, à anistia dos golpistas. Para o magistrado, ele pode ter cometido os crimes de coação no curso do processo, obstrução de investigação que envolve organização criminosa e atentado à soberania nacional.

Na manhã de ontem, o vereador de Balneário Camboriú (SC) Jair Renan esteve na sede do PL e também saiu do local sem conversar com a imprensa. Por outro lado, o aliado e senador Magno Malta (PL-ES), falou com a imprensa, fez críticas a Moraes e disse que pretende orar com o ex-presidente.

Segundo ele, não há perspectiva institucional de reversão das medidas impostas a Bolsonaro. “Do ponto de vista humano, não tem saída”, declarou. “Muitos não concordam com o que está acontecendo, mas

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



À espera da decisão de Moraes, Jair Bolsonaro evitou conversar com a imprensa após reunião

preferem o silêncio para não perder o mandato”, completou.

Contas bloqueadas

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou,

que as contas bancárias de sua esposa foram bloqueadas por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas redes sociais, o parlamentar classificou a medida como “arbitrária” e alegou que

não foi citado nos inquéritos recentemente abertos contra ele. A Corte não se manifestou sobre a alegação de Eduardo Bolsonaro.

Na segunda-feira, o próprio Eduardo já havia informado que teve suas contas bancárias

e chave Pix bloqueadas. O objetivo da medida é tentar dificultar suas ações nos Estados Unidos e faz parte da estratégia de investigação contra as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seu filho para obter sanções do governo de Donald Trump contra o Brasil.

Após ter obtido a aplicação de medidas restritivas a Jair Bolsonaro, como o uso de tornozeleira eletrônica, a PF considerou que seria mais eficaz aplicar medidas patrimoniais contra Eduardo, pois ele está nos Estados Unidos. Os investigadores analisaram a possibilidade de pedir a deflagração de medidas ostensivas contra o filho do ex-presidente, como decretar prisão, mas avaliaram que seriam de baixa efetividade.

Em casos recentes nos quais o STF determinou a prisão de brasileiros residentes nos EUA e acusados de atos antidemocráticos, não houve sucesso em obter a extradição deles. O entendimento dos investigadores foi que medidas patrimoniais seriam mais eficazes para tentar dificultar as ações de Eduardo no exterior. A PF mira os R\$ 2 milhões que Jair Bolsonaro transferiu a Eduardo para financiar sua permanência nos EUA nesse período. (Com Agência Estado)

Oposição pressiona, e Flávio Bolsonaro volta ao Brasil

» VANILSON OLIVEIRA

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) voltou ao país ontem, antecipando o retorno de suas férias em família em Portugal. Ele viajou na quinta-feira da semana, mas decidiu encurtar o recesso diante da escalada das investigações da Polícia Federal (PF) envolvendo seu pai, o

ex-presidente Jair Bolsonaro. Em publicação no X, o parlamentar afirmou que protocolou um novo pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a quem acusou de “cruzar todos os limites”.

O documento se soma a outras iniciativas semelhantes apresentadas por parlamentares da oposição

no Senado contra o magistrado. Até agora, nenhuma delas avançou na Casa. “Alexandre de Moraes cruzou todos os limites. Se tornou uma ameaça às liberdades individuais e criou um ordenamento jurídico próprio. Como é dever do Senado, protocolei um pedido de impeachment contra o ministro. O Senado tem obrigação de julgar os atos de

Moraes”, escreveu Flávio.

Com retorno inicialmente previsto para 1º de agosto, o senador desembarcou por volta das 17h de ontem, no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília. A antecipação veio após forte pressão da oposição, que cobravam sua presença no país no momento em que o cerco

ao ex-presidente se intensificava.

“Estou em viagem programada com minha família desde o ano passado, durante o recesso parlamentar de julho e férias escolares de minhas filhas. Falo com meu pai e lideranças aliadas todos os dias. Mas a propagação de mentiras se alastra rapidamente quando é contra Bolsonaro”, disse Flávio

Bolsonaro na semana passada ao justificar a viagem.

Essa é a segunda vez neste ano que o senador viaja para o exterior em momentos delicados, envolvendo o seu pai. Em abril, ele também foi criticado por estar em Cancún, no México, enquanto Jair Bolsonaro passava por uma cirurgia de emergência no intestino que durou 12 horas.

JUDICIÁRIO

Mesmo em recesso, ministros da Corte trabalham em ritmo acelerado, julgando casos espinhosos, de olho no calendário eleitoral

Supremo ativa modo turbo

» LUANA PATRIOLINO

Felipe Sampaio/STF



Seis dos 11 ministros do STF continuam trabalhando normalmente, apesar da pausa desde 2 de julho

Mesmo de recesso, o Supremo Tribunal Federal (STF) seguiu no centro das discussões mais importantes da política brasileira. Somente no primeiro semestre, a Corte avançou na ação penal que investiga a tentativa de golpe de Estado e concluiu o julgamento sobre a responsabilização das redes sociais, além de impor medidas cautelares ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — por suposta atuação contra o Judiciário brasileiro com o filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O ministro Alexandre de Moraes ordenou que Bolsonaro seja obrigado a usar tornozeleira eletrônica, além de proibir o acesso às redes sociais. Como retaliação, os Estados Unidos suspenderam os vistos de sete integrantes da Suprema Corte.

O caso despertou reações no Brasil. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, publicou uma nota em defesa do STF. Ele diz que são “injustificáveis” quaisquer tentativas de interferência política — nacionais ou internacionais — sobre o funcionamento do Supremo. O PT e partidos ligados da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva também se posicionaram. As legendas publicaram um manifesto expressando “indignação” com as sanções do presidente Donald Trump.

O STF iniciou a pausa das sessões plenárias em 2 de julho, com volta prevista para 1º de agosto. O plantão do mês foi dividido entre o vice-presidente, ministro Edson Fachin, que respondeu pela Presidência da Corte entre 2 e 16 de julho, e o presidente, ministro Luís Roberto Barroso, que reassumiu os trabalhos desde o dia 17. Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de

Moraes, Nunes Marques e André Mendonça trabalham normalmente durante as férias de julho.

O ministro Luiz Fux tirou férias e era o único que não havia votado no julgamento extraordinário da decisão de Moraes que fixou tornozeleira em Bolsonaro. No dia da decisão, na sexta-feira, a Corte formou maioria apoiando os dois mandatos de busca na residência do ex-presidente. Na segunda-feira, Fux registrou o único voto contrário à tornozeleira eletrônica na Primeira Turma, em um contraponto ao ministro Alexandre de Moraes.

Durante o recesso, o STF atuou em outra controvérsia: o decreto do governo federal relativo ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O ministro Alexandre de Moraes autorizou a cobrança das novas alíquotas com efeito retroativo, à exceção da cobrança sobre o risco sacado — que o magistrado afastou.

Trama golpista

Os integrantes da Corte também seguiram julgando os réus pelos ataques de 8 de janeiro de 2023 — que culminaram na depredação dos prédios dos Três Poderes. A maior parte da atenção do STF continuou voltada para a trama golpista. Nesse primeiro semestre, a Primeira Turma tornou 31 denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em réus, conduziu depoimentos, interrogatórios, acareações e, agora, se prepara para mais uma etapa.

O relator, ministro Alexandre de Moraes, encerrou a fase de instrução processual e determinou a abertura das alegações finais do chamado “núcleo 1”. Com o andamento, a expectativa é que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro ocorra entre agosto e setembro. O cálculo considera os prazos para apresentação das últimas considerações do Procurador-Geral da República,

Paulo Gonet, e investigados.

A corrida contra o tempo do Supremo é para evitar a contaminação das eleições de 2026. Após as alegações das partes envolvidas, Moraes deve solicitar que a ação penal seja incluída na pauta de julgamentos da Primeira Turma. Caberá ao presidente do colegiado, ministro Cristiano Zanin, marcar a data para análise da acusação. Os magistrados deverão decidir pela condenação ou absolvição dos acusados.

Neste mês, a PGR apresentou suas alegações finais sobre a tentativa de golpe de Estado. A Procuradoria aponta que Bolsonaro foi o líder da organização criminosa, o maior articulador e o principal beneficiário da trama golpista. Paulo Gonet impunitou a ele cinco crimes. Caso a Primeira Turma do Supremo decida aplicar as penas máximas, a condenação pode render até 43 anos de prisão.

Faltando pouco para o recesso, os integrantes do Supremo decidiram

Balanco Judiciário

Confira os principais assuntos abordados no primeiro semestre do ano

- » **Trama golpista** — A Primeira Turma do STF tornou 31 denunciados em réus por tentativa de golpe de Estado.
- » **Big techs** — O Supremo decidiu responsabilizar as redes sociais por conteúdos ofensivos publicados por seus usuários.
- » **Conciliação do Marco Temporal** — STF encerrou as reuniões sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas.
- » **Emendas parlamentares** —

Especialistas, representantes do governo e entidades voltadas à transparência e ao controle dos gastos públicos debateram no STF sobre as emendas.

» **Caso Zambelli** — A deputada foi incluída na lista de difusão vermelha da Interpol por fugir do país após condenação pelo STF.

» **Abin paralela** — A PF concluiu o inquérito que investiga se a Agência foi usada de forma ilegal pelo governo Bolsonaro.

» **Tornozeleira** — Ex-presidente foi obrigado a usar tornozeleira eletrônica e a cumprir outras medidas cautelares.

ampliar responsabilidades das big techs no Brasil. Eles entenderam que o artigo 19 do Marco Civil da Internet é parcialmente inconstitucional, pois há omissão na proteção de direitos fundamentais da pessoa humana. Uma das principais mudanças é que as redes deverão levar em conta a notificação extrajudicial para remover um conteúdo irregular.

Outro destaque do primeiro semestre foi a condenação e o pedido de extradição da deputada Carla Zambelli. Ela foi condenada por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com pena de 10 anos de prisão, além da cassação, inelegibilidade e pagamento de multa de R\$ 2 milhões. No entanto, a parlamentar fugiu para a Itália. O Brasil solicitou a extradição da bolsonarista.

Em abril, o STF também condenou o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello a 8 anos e 10 meses por corrupção e

lavagem de dinheiro. Ele ganhou o direito de cumprir pena em casa em razão das comorbidades relacionadas à idade avançada (75 anos).

Em junho, o STF realizou a última reunião da comissão de conciliação convocada pelo ministro Gilmar Mendes sobre o Marco Temporal para demarcação de terras indígenas, após nove meses de trabalho. Os integrantes elaboraram um anteprojeto que será enviado ao Congresso para alteração na Lei 14.701 de 2023, norma que, apesar de tratar direitos dos povos indígenas, inseriu o marco temporal para as demarcações.

O recesso do Judiciário não impactou a data final para recebimento das alegações finais dos envolvidos na ação penal da tentativa de golpe de Estado. Os prazos não foram suspensos durante porque há um réu preso, o general Walter Braga Netto, motivo pelo qual a contagem a partir da intimação de cada investigado deve seguir normalmente.



SUMMIT

IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios e soluções

SAVE THE DATE
19 de agosto de 2025

Centro de Convenções
Ulysses Guimarães

Em parceria com:

CORREIO BRAZILIENSE

www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br



CIDADANIA

Biometria passa a ser obrigatória no país

Cadastro biométrico será imprescindível para concessão, renovação e manutenção de benefícios sociais, anuncia o governo. Com a carteira de identidade digital, brasileiro terá acesso a serviços e direitos disponíveis na administração pública

» FERNANDA STRICKLAND

O governo federal pretende avançar na digitalização dos serviços oferecidos para o brasileiro. Em evento no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras autoridades, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, detalhou ações para dar continuidade à transformação digital em curso na administração pública. Para o cidadão, as mudanças começam em uma palavra: biometria.

Entre as medidas anunciadas ontem, o governo tornou obrigatório o cadastro biométrico para a concessão, renovação e manutenção de benefícios sociais. Segundo o decreto que regulamenta a lei nº 15.077/2024, o objetivo é dar mais segurança e praticidade ao acesso a direitos fundamentais. Cerca de 150 milhões de brasileiros já estão em bases biométricas.

A ministra Esther Dweck explicou que a mudança ocorrerá em etapas. "A implementação será gradual, começando com as novas concessões. Para quem já tem o benefício, o prazo para se adequar será um pouco maior", disse. Segundo a ministra, há exceções para pessoas com mais de 80 anos e dificuldade de mobilidade. Para promover essa inclusão digital, o governo assinou uma parceria com a Caixa Econômica Federal — outra medida anunciada ontem.

Na visão do governo, a biometria é fundamental para identificar, de forma segura e precisa, o perfil de cada brasileiro. O secretário de Governo Digital do MGI, Rogério Mascarenhas, elencou a nova carteira de identidade nacional, a governança de dados e a interoperabilidade entre bases públicas como os pontos relevantes para o avanço tecnológico dos serviços públicos.

"O que a gente está construindo é um governo para cada pessoa. E para isso, a identidade digital é o

ponto de partida", afirmou o secretário. Segundo ele, mais de 30 milhões de novas carteiras de identidade já foram emitidas em todo o país, utilizando o CPF como identificador único, o que permite uma nova era de personalização dos serviços públicos.

A nova carteira de identidade não é apenas uma mudança visual ou de layout. Trata-se de um documento que integra elementos biométricos e biográficos, permitindo ao cidadão acessar serviços com mais segurança, rapidez e autenticidade. Com isso, a conferência de identidade, que antes era analógica e sujeita a fraudes, passa a ser digital. O documento conta com QR Code válido por aplicativo, eliminando riscos de falsificações.

"A partir do momento em que o cidadão tem uma identidade validada, podemos automatizar direitos. Ele passa a ter o selo ouro na Gov.br e acesso pleno a benefícios e serviços digitais", explicou o secretário.

Na cerimônia no Planalto, a ministra Esther Dweck detalhou os planos tecnológicos do governo. No centro da proposta está a Infraestrutura Nacional de Dados (IND), também chamada de Base de Dados do Brasil, que permitirá ao Estado integrar informações de diferentes áreas para traçar políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

"A lógica de um governo para cada pessoa é conhecer as pessoas para poder desenhar a política pública para ela. Conhecer as pessoas é olhar para sua identidade, é saber se está no CadÚnico, se ela usa o SUS, se ela está na escola, se frequenta um equipamento público de esporte. É olhar para esses dados de forma integrada. Com essas informações, você vai descobrindo quem é a pessoa, de acordo com a sua realidade. Essa interoperabilidade de dados é a base para o governo conhecer melhor as pessoas e oferecer o serviço que elas precisam", explicou.

"Em um país tão grande e diverso como o nosso, para enfrentar o

Avanço tecnológico

Confira os principais marcos da transformação digital em curso nos serviços oferecidos para o cidadão



■ **CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL (CIN)** — Em formato digital e com número único, fortalece a segurança da identificação civil e simplifica o acesso a serviços. Segundo o governo federal, 30 milhões de CIN já foram emitidas.



■ **CADASTRO ÚNICO** — A ferramenta traz informações pré-preenchidas e automatizadas, conectando mais de 40 políticas sociais com mais eficiência e precisão.



■ **CONECTA GOV.BR** — A solução permite o compartilhamento seguro de dados entre órgãos públicos, abrindo caminho para políticas mais integradas, eficazes e personalizadas. Desde 2023, 1,7 bilhão de transações permitiram uma economia estimada de R\$ 7,8 bilhões, tanto para órgãos públicos quanto para pessoas e empresas.



■ **PLATAFORMA GOV.BR** — O governo federal pretende ampliar essa solução, que já conta com mais de 4,5 mil serviços digitais federais e 8,7 mil serviços estaduais e municipais. Entre as facilidades, destaca-se a assinatura digital de documentos. Segundo o MGI, a cada dia, mais de 500 mil documentos são assinados eletronicamente por empresas e pela população.



■ **GOVERNO DIGITAL E REDE GOV.BR** — A ideia é fortalecer essas plataformas públicas para promover a transformação digital em todos os níveis da Federação. Segundo o governo, 27 estados e 2.004 municípios já aderiram à Rede gov.br. Em 2022, eram apenas 160 municípios.



■ **BIOMETRIA** — Uma das medidas mais populares do governo digital deverá ser ampliada nos próximos anos. Mais de 150 milhões de pessoas estão com biometria cadastrada no país, em bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e da Polícia Federal.

Fonte: MGI



A lógica de um governo para cada pessoa é conhecer as pessoas para poder desenhar a política pública para ela. Conhecer as pessoas é olhar para sua identidade, é saber se está no CadÚnico, se ela usa o SUS, se ela está na escola, se frequenta um equipamento público de esporte. É olhar para esses dados de forma integrada"

Esther Dweck,
ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

desafio de reduzir desigualdades o Estado precisa entregar serviços públicos para todas as pessoas, reconhecendo as necessidades e características de cada uma", acrescentou Dweck.

Outra medida anunciada ontem é o decreto que atualiza a política nacional de governança de dados. O texto cria a figura do executivo de dados — um servidor responsável por coordenar iniciativas de uso estratégico da informação dentro dos órgãos federais — e estabelece a obrigatoriedade de classificação e

controle de dados sensíveis, como sigilos bancários e fiscais.

Esses dados, segundo o secretário Mascarenhas, deverão ser obrigatoriamente armazenados em nuvens públicas operadas dentro do Brasil, garantindo soberania e segurança. "Nossos dados são o novo petróleo. Precisamos saber onde eles estão, quem os manipula e garantir que não estejam sujeitos a riscos geopolíticos", enfatizou.

O governo também anunciou o aplicativo Meu Imóvel Rural, que reúne, em um único ambiente,

acessível com login Gov.br, informações e documentos dos imóveis rurais. Com a ferramenta, proprietários não precisarão mais acessar três sistemas distintos para verificar pendências ambientais, fundiárias e fiscais de suas propriedades.

Infraestrutura

A ministra Esther Dweck reforçou o papel estratégico da Nuvem de Governo, infraestrutura exclusiva para armazenar os dados mais sensíveis da

administração pública, operada pelas estatais Serpro e Dataprev. "Essa abordagem reforça a segurança e a soberania do nosso país no uso estratégico de dados. Essa iniciativa aumenta o nível de segurança e a privacidade dos dados das pessoas, garantindo um controle rigoroso sobre as informações sensíveis do governo", disse.

Segundo o governo, mais de R\$ 2 bilhões estão sendo investidos em quatro anos para consolidar essa infraestrutura digital e garantir que os serviços públicos sejam cada vez mais acessíveis, eficazes e alinhados com as necessidades reais da população.

Lei estipula cota feminina de 30% em conselho de empresas

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Ricardo Stuckert / PR



Presidente Lula no Palácio do Planalto: empresas públicas e de economia mista terão três anos para preencher a cota de 30% de mulheres em seus conselhos de administração

A presença mínima de 30% de mulheres em conselhos de administração de empresas públicas ou de economia mista passou a ter o respaldo da lei. A norma, sancionada ontem pelo presidente Lula, também prevê que 30% das vagas reservadas a mulheres sejam direcionadas para negras e/ou com deficiência em conselho de administração de empresas públicas ou de economia mista.

Fazem parte deste grupo empresas como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrosbras. A lei também abrange subsidiárias e outras companhias em que a União, estado ou município detenha a maioria do capital social com direito a voto, direta ou indiretamente.

A adoção da cota de 30% para mulheres será gradual, ao longo de três anos. Mulheres deverão ocupar, no mínimo, 10% das vagas no primeiro ano; 20% no segundo; e, finalmente, 30% no terceiro. O conselho que descumprir essas regras será impedido de deliberar sobre qualquer matéria. Embora a lei se aplique a estatais e a empresas de capital misto, a União fica autorizada a criar incentivos para que empresas privadas também adotem a

reserva de postos femininos.

Em discurso, Lula pediu um minuto de silêncio em homenagem à artista Preta Gil, que morreu no domingo (21/7). "Penso que, neste ato em que as mulheres conquistam um degrau a mais na luta pela participação para exercer cargos importantes em governos, em empresas públicas, que também

neste dia elas prestem homenagem a uma mulher importante que se foi, a Preta Gil", comentou.

A cerimônia contou com a presença da deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) — autora do projeto —, da primeira-dama, Janja da Silva, e de ministras do governo Lula. Também estiveram presentes executivos de empresas

públicas e representantes de organizações que defendem os direitos da mulher.

Tabata Amaral destacou a importância da medida. "Empresas com mulheres na liderança são mais inclusivas, mais eficientes e, acima de tudo, mais lucrativas", ressaltou.

Para a presidente do Banco do

Brasil, Tharciana Medeiros, a nova lei passa a mensagem de que "lugar de mulher é onde ela quiser". "A gente sabe o quanto é difícil chegar lá. Competência nunca faltou. O que faltou foi espaço, oportunidade e reconhecimento para as profissionais", discursou.

Também presente na solenidade, o presidente da Caixa

Econômica Federal, Carlos Vieira, ressaltou que o estatuto do banco já concede maior participação feminina nos cargos. "A Caixa incluiu no seu estatuto a obrigatoriedade de ter, no mínimo, 30% de mulheres em todos os cargos de função. E lançamos um plano de sucessão com foco em mulheres", pontuou.



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 24 de julho de 2025

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,99% São Paulo	133.381	R\$ 5,523 (- 0,79%)	R\$ 1.518	R\$ 6,503	14,90%	14,92%	Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24
1,14% Nova York	135.368						
	18/7 21/7 22/7 23/7						
			Últimos				
			17/julho 5,547				
			18/julho 5,587				
			21/julho 5,565				
			22/julho 5,567				

» CB.Poder | JOSÉ LUÍS OREIRO | PROFESSOR DE ECONOMIA DA UnB

O economista admite que haverá perdas, mas acredita que o país vai saber contornar. Contrário à relatição, ele acredita que a melhor saída, considerando o pior cenário, seria o governo brasileiro montar estratégias para lidar com a tarifa de 50%

"Não é o fim do mundo para o Brasil"

» CAETANO YAMAMOTO

O Brasil trabalha contra o relógio na tentativa de reverter a decisão do presidente norte-americano Donald Trump de taxar em 50% os produtos brasileiros que entram nos Estados Unidos. A guerra tarifária foi tema do programa CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília —, que recebeu o professor do Departamento de Economia da UnB, ex-diretor do Centro de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Paraná, José Luís Oreiro. Ele conversou com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Samanta Sallum sobre os impactos do tarifaço no Brasil e no resto do mundo. A seguir, trechos da entrevista:

A manifestação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), tem algum efeito ou é mais um gesto simbólico?

O Brasil está fazendo aquilo que manda as instituições vigentes no mundo de hoje. A OMC sucedeu o GATT, que era o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, criado imediatamente após Segunda Guerra Mundial, que, inclusive, os Estados Unidos ajudaram a construir. O Brasil está simplesmente se mantendo fiel a essa ordem internacional que foi construída no pós-Segunda Guerra Mundial. E o Brasil está agindo dentro dessas instituições. Agora, a verdade é que elas não estão mais valendo, infelizmente.

Como o senhor avalia a inversão de papéis entre a China, que nunca se alinhou às regras da OMC e manifesta apoio ao Brasil e os EUA, líder da OMC e agora está desvalidando as diretrizes?

A primeira coisa que a gente tem que ter clareza é que os EUA não são mais os donos do mundo. Quer dizer, Trump age como se os EUA pudessem mandar e desmandar no mundo, mas esse tempo já passou. Se a gente avaliar em termos de paridade, poder de compra, a maior economia do mundo é a China, não os EUA. Em termos de produção industrial, também, a chinesa é muito maior do que a norte-americana. Quando se olha em termos de fluxo de comércio, exportações, importações da China também é muito maior. Os EUA são uma potência em decadência. O problema é que

Bruna Gaston CB/DA Press



eles não estão sabendo administrar a sua decadência. Isso dito, a China é um mercado importante para o Brasil, do ponto de vista de produtos primários, mas não em termos de produtos manufaturados. Os EUA são um mercado importante para a indústria de transformação brasileira.

O maior impacto das tarifas seriam no setor industrial e não agrícola?

Muito mais do que o agro. O agro brasileiro depende fundamentalmente da China. Tem algumas coisas que a gente exporta para os EUA, café, por exemplo, suco de laranja e carne. Mas, no caso do agro, a dependência dos americanos com respeito às nossas exportações é maior do que a dependência do Brasil com respeito ao mercado americano. No caso do suco de laranja, parece que 70% do suco de laranja que os americanos



No caso do agro, a dependência dos americanos com respeito às nossas exportações é maior do que a dependência do Brasil com respeito ao mercado americano?"

importam é do Brasil, sendo que as exportações de sucos de laranja para os EUA só representam 40% das nossas exportações de suco de laranja. Essa assimetria afeta, por exemplo, a sua cadeia de restaurantes e Starbucks, que é considerada a cadeia de restaurantes mais valiosa do mundo. Mas o que vende a Starbucks? Café e suco de laranja.

As tarifas impostas ao Brasil são um caso diferente dos outros países que também sofreram a taxaço?

Eu concordo que é um caso à parte, até porque as exigências que o Donald Trump colocou foram políticas, não foram as exigências que ele colocou pro Japão ou para União Europeia. Ele praticamente condicionou a não colocar as tarifas ao indulto do ex-presidente Bolsonaro. E nós vimos agora a coisa absurda de suspender os vistos, de sete juízes do Supremo Tribunal Federal. Isso é uma intromissão inaceitável de uma potência estrangeira num Estado soberano.

O senhor está pessimista sobre os esforços do vice-presidente Geraldo Alckmin e outros atores?

Não necessariamente. O Trump pode, eventualmente, recuar não por causa da nossa pressão, mas por conta da pressão dos empresários norte-americanos. Evidentemente que a Starbucks não vai ficar muito contente, com ter que cobrar mais caro pelo suco de laranja e pelo café que ela serve em seus restaurantes, porque isso significa que ela vai perder competitividade com o homônimo chinês, que a China também tem uma Starbucks dela. Existem setores dos EUA de empresários norte-americanos que vão se sentir prejudicados.

O Brasil tem condições de lidar com uma eventual crise?

Sim. Temos resiliência, e mais, o Brasil é um país soberano, que tem sua própria moeda, que tem US\$

350 bilhões em reservas internacionais. O Brasil financia parte da dívida americana, porque as reservas são mantidas em títulos da dívida pública americana. O Brasil pode começar, por exemplo, a diversificar suas reservas, como aliás já vem fazendo há algum tempo. Por exemplo, aumentar as suas reservas em euro, que é uma e a segunda moeda de reserva nacional do mundo. Não vou pintar um cenário róseo, dizer que não vai acontecer nada. Não, vai acontecer, tem consequências econômicas, mas não é o fim do mundo para o Brasil, com serenidade, sem ideologia. E unindo os esforços de todos os brasileiros, governo federal e governos estaduais, podemos perfeitamente superar essa crise, como já superamos tantas outras.

A Federação das Indústrias de Minas Gerais prevê perda de 1,3 milhão de empregos no Brasil e cerca de R\$ 175 bilhões em relação ao comércio, como o senhor avalia o impacto disso nas empresas brasileiras?

É evidente que as grandes empresas têm mais facilidade de lidar com o tarifaço na medida, que são capazes de buscar mercados alternativos por conta própria, as pequenas e médias empresas vão ser mais afetadas. Tem que ver caso a caso qual vai ser o impacto do tarifaço sobre o setor. Agora, esse estudo (da FIEMG) está supondo que o governo brasileiro vai ficar sentado sem fazer nada, e não é isso que vai acontecer.

O senhor acha que o Brasil deveria aplicar a Lei da reciprocidade?

A melhor coisa que se pode fazer com um egôlatra como Trump é não dar atenção para ele. Eu acho que se a gente retaliar, o que ele vai fazer no dia seguinte, no mesmo dia, vai dizer que agora é 100% de tarifa. Aí o Brasil então vai ter que aumentar a taxa de novo. Isso não vai levar a lugar nenhum. O que leva a algum lugar é adotar medidas concretas para enfrentar esse tarifaço. O que eu faria, seria supor que o pior cenário, ou seja, vai ocorrer o tarifaço em todos os setores e quais são os instrumentos e as estratégias que o governo brasileiro tem para lidar com a situação. Ponto.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

CONSUMIDOR

Cade aperta o cerco contra cartel de postos de combustíveis

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) designou o mercado de combustíveis líquidos como prioritário para análise nos exercícios de 2025 e 2026, buscando a promoção da livre concorrência e à repressão de práticas anticoncorrenciais nesse setor.

De acordo com portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), a Superintendência-Geral do órgão deverá priorizar a instrução e condução de investigações

de cartéis e de práticas colusivas referentes ao mercado de combustíveis líquidos.

Já ao Departamento de Estudos Econômicos (DEE) do Cade caberá a atualização de estudos previamente realizados sobre o setor, em particular os filtros econométricos para detecção de cartéis. A portaria também determina a atualização de notas técnicas e estudos relacionados às iniciativas de advocacia da concorrência, incluindo

Ed Alves/CB/DA Press



Medida tem o objetivo de combater condutas anticompetitivas

a revisão e atualização do Caderno Setorial sobre Distribuição e Varejo de Combustíveis Líquidos, avaliando a pertinência de elaborar estudo específico sobre o mercado de refino.

O Cade também buscará maior interlocução sobre o tema com outros órgãos, como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); a Receita Federal e as Secretarias Estaduais de Fazenda; a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e as entidades de defesa do consumidor; o Ministério de Minas e Energia; o Ministério Público; a Advocacia-Geral da União; a Polícia Federal

e as Polícias estaduais.

Audiência pública

O Conselho ainda realizará neste ano uma audiência pública sobre os problemas concorrenciais do setor de combustíveis líquidos, com a participação de especialistas do setor e dos representantes da Academia; das empresas representativas do setor de produção, refino, distribuição e varejo de combustíveis líquidos; dos representantes dos órgãos reguladores; dos representantes dos consumidores; e dos representantes da sociedade civil.

ESCÂNDALO DO INSS

Devoluções começam hoje

Mais de um milhão de beneficiários aderiram, até o momento, ao acordo para ressarcimento. Prazo vai até novembro

» RAFAELA GONÇALVES

2020 e março de 2025.

Os primeiros ressarcimentos dos valores debitados indevidamente das contas de aposentados e pensionistas do INSS serão realizados a partir desta quinta-feira, 24 de julho. Segundo o último balanço, publicado ontem à noite, 1.052.128 seguradores aderiram ao acordo para receber o dinheiro de volta.

Para receber, não é preciso ação judicial. Basta que o beneficiário faça a adesão ao acordo firmado pelo governo. O prazo para adesão vai até 14 de novembro, com possibilidade de extensão, se for necessário. A adesão pode ser feita de forma gratuita e sem envio de documentos extras, tanto pelo aplicativo Meu INSS quanto em agências dos Correios em todo o país.

Os recursos foram disponibilizados por meio de uma medida provisória que abriu crédito extraordinário de R\$ 3,31 bilhões para agilizar a devolução dos recursos sacados de forma irregular por entidades associativas entre março de

Filas

Em meio ao escândalo dos desvios, o governo trabalha também para produzir pautas positivas relacionadas ao INSS. Após alcançar recorde de 2,7 milhões de pedidos pendentes em março, o número de pessoas na fila de espera aguardando a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) teve uma redução de 9,8%, caindo para 2,4 milhões em junho. De acordo com os dados divulgados ontem pelo Ministério da Previdência Social, essa redução representa 264 mil requerimentos a menos aguardando análise em apenas quatro meses.

A fila do INSS refere-se ao tempo de espera para análise e concessão de benefícios previdenciários, como aposentadorias, auxílios-doença e pensões. A demora na análise traz dificuldades financeiras para quem depende deles.

Como mostrou o **Correio** em

Ed Alves CB/DA Press



Os depósitos, para quem aderiu ao acordo, serão feitos a partir de hoje, direto na conta do segurado

reportagem publicada em maio, o INSS interrompeu por cinco meses a divulgação dos dados mensais sobre a fila de espera. Nesse

período, deixou de publicar o Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps), principal fonte oficial de transparência sobre o

andamento dos pedidos.

Entre os principais grupos de benefícios, as aposentadorias lideraram a redução proporcional da

fila, com queda de 25% desde março — o equivalente a 109 mil pedidos a menos em análise. Já os benefícios por incapacidade, que costumam ter tramitação mais complexa por exigirem etapas como a perícia médica, também recuaram 9% no período, com redução de 123 mil solicitações pendentes.

Somente em junho, o INSS concedeu 718 mil benefícios, dos quais quase metade (45,9%) foi por incapacidade temporária — categoria que exige a realização de perícia médica. Entre os demais, mais de 170 mil foram aposentadorias, 58 mil correspondem a salários-maternidade, 52 mil a pensões por morte e 83 mil a benefícios assistenciais.

No mesmo período, 568.496 solicitações foram indeferidas. As principais causas para a negativa incluem a não comprovação de incapacidade na perícia médica, no caso do auxílio-doença, renda familiar acima do limite permitido para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ausência de requisitos mínimos, como idade ou tempo de contribuição, para aposentadoria.

REDES SOCIAIS

A pedido da AGU, Meta remove vídeos sobre Pix

» MAIARA MARINHO

A Meta, empresa por trás do Facebook e do Instagram, removeu vídeos manipulados por inteligência artificial (IA) que divulgavam informações falsas sobre o Pix. A exclusão foi realizada após uma notificação extrajudicial enviada pela Advocacia-Geral da União

(AGU), por meio da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD). A AGU agiu ao constatar que o conteúdo violava os termos de uso das próprias plataformas e representava um risco à segurança dos usuários.

Os vídeos, criados com auxílio de tecnologias de geração de imagem e voz por IA, simulavam

reações emocionadas de pessoas diante de supostas falas atribuídas a Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, e a Paulo Picchetti, diretor de Assuntos Internacionais da autarquia. As declarações eram falsas e construíam a narrativa de uma proposta inexistente: uma falsa "compensação financeira" para todos os usuários do Pix.

A fraude tinha como objetivo redirecionar usuários para sites maliciosos, com a finalidade de coletar dados pessoais e aplicar golpes financeiros. Em um dos casos, um dos vídeos foi publicado por uma

conta falsa que imitava a identidade visual de um portal de notícias, numa tentativa de conferir credibilidade à farsa. A publicação chegou a ultrapassar 3,1 mil curtidas antes de ser removida.

A notificação da PNDD, enviada na terça-feira, solicitou a exclusão imediata dos conteúdos identificados e de outros vídeos similares. A remoção foi efetivada já no dia seguinte, conforme informado pela AGU. O pedido se baseou no entendimento de que os vídeos não apenas propagam desinformação, mas também podem induzir usuários

ao erro e comprometer a confiança em serviços públicos.

Novo entendimento

A ação da AGU é amparada em um novo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a responsabilidade de plataformas digitais na circulação de conteúdo ilegal. Em uma decisão recente, o STF reinterpretou o artigo 19 do Marco Civil da Internet, e concluiu que empresas podem ser responsabilizadas civilmente por danos causados por publicações ilícitas,

mesmo sem decisão judicial prévia, desde que sejam formalmente notificadas e não atuem para impedir a continuidade da violação.

Essa decisão do Supremo representou uma mudança significativa na legislação brasileira, pois a jurisprudência anterior impunha às vítimas o ônus de acionar a Justiça para exigir a remoção de conteúdo. Agora, empresas como a Meta têm maior responsabilidade na moderação ativa de conteúdos que violem direitos fundamentais ou sirvam de instrumento para fraudes.

COP30

MARCHA PARA **BELÉM**

O futuro *caminha* com a gente

O **Correio Braziliense** traz para você a cobertura completa da **COP 30**

Em contagem regressiva para a **COP30**, um dos eventos ambientais mais importantes do planeta, o Correio Braziliense lança um conjunto de iniciativas para ampliar o debate e mobilizar a sociedade em torno dos desafios e soluções para as mudanças climáticas.

Junte-se a nós nessa jornada. O futuro é agora — e começa com informação, engajamento e ação.

Associe sua marca a este projeto. Escaneie o QR Code e entre em contato com o nosso time comercial.

realização: **CORREIO BRAZILIENSE** **CB Brands** ESTÚDIO DE CONTEÚDO



CASO EPSTEIN

Trump sabia que está em dossiê, diz jornal

The Wall Street Journal divulga que, em maio passado, procuradora-geral informou o presidente sobre a inclusão de seu nome em arquivos sobre o financista acusado de pedofilia e de tráfico sexual. Especialistas avaliam impacto da denúncia

» RODRIGO CRAVEIRO

A informação foi repassada pela procuradora-geral ao presidente dos Estados Unidos em maio passado: Pam Bondi contou a Donald Trump que seu nome aparece em vários documentos relacionados ao caso envolvendo Jeffrey Epstein — financista americano acusado de pedofilia e de tráfico sexual. A denúncia, revelada pelo jornal *The Wall Street Journal*, caiu como uma bomba em Washington. De acordo com a reportagem do *WSJ*, durante uma reunião na Casa Branca, Bondi teria afirmado ao republicano que não tornaria públicos os arquivos do grande júri, ante a presença de pornografia infantil e a necessidade de proteger as vítimas de Epstein. Além de Trump, centenas de outros nomes, inclusive de figuras públicas, apareceriam nos dossiês. Um porta-voz da Casa Branca desmentiu a informação divulgada pelo *WSJ*. "Isso é nada mais do que uma continuação das fake news (notícias falsas) inventadas pelos democratas e pela mídia liberal", respondeu ao ser questionado por repórteres.

Na semana passada, Trump decidiu processar o *WSJ* por difamação e pedir indenização de US\$ 10 bilhões depois que o diário publicou uma suposta carta de teor lascivo enviada por ele a Epstein no 50º aniversário do financista, em 2003. A ação também tem como alvos o magnata Rupert Murdoch, dono do jornal e dois jornalistas. Um dos repórteres do *WSJ* foi até mesmo proibido de embarcar no Air Force One para a próxima viagem presidencial à Escócia. Ontem, um juiz da Flórida indeferiu um pedido para divulgar o

Anna Moneymaker/Getty Images/AFP



Projeção de imagem com a frase "Presidente Trump: divulgue todos os arquivos Epstein" sobre fachada do Departamento de Comércio

material do grande júri da investigação sobre Epstein. O magistrado Robin Rosenberg justificou que a liberação dos arquivos relacionados ao caso na Flórida violaria uma lei estadual.

Ex-procurador federal para o Distrito Sul de Nova York, Roland Riopelle afirmou ao *Correio* que considera a denúncia publicada pelo *The Wall Street Journal* como "muito grave". "Isso mostra que Bondi violou as normas de sigilo do grande júri durante meses, ao compartilhar informações com o presidente. Também é algo

sério porque confirma que Trump era uma figura importante na investigação e nos documentos sobre o caso Epstein, o que envolverá muito constrangimento, para dizer no mínimo, para Trump", explicou. Para Riopelle, é "óbvio" que o presidente mentiu, ao alegar recentemente que não tinha conhecimento sobre a inclusão de seu nome nos arquivos. "Potencialmente, Trump poderia ser processado, em conexão com a divulgação indevida de materiais do grande júri, por parte da procuradora-geral."

Por e-mail, Barbara McQuade

— professora de direito da Universidade de Michigan e também ex-procuradora federal — admitiu possíveis implicações políticas para Trump. "Será que sua base política lhe dará permissão para ocultar os dossiês do caso Epstein ou usará isso contra ele?", questionou ao *Correio*. "O principal desafio político que Trump enfrenta é o de que seus próprios indicados estavam entre os maiores defensores da divulgação dos arquivos de Epstein ou de qualquer lista de clientes que pudesse estar contida neles", acrescentou.

Para McQuade, Trump queria sugerir à opinião pública que ela deveria ignorar qualquer preocupação com o conteúdo dos documentos. "Acho que ele e seus assessores criaram uma expectativa enorme e, agora, estão lidando com as consequências", observou. James Naylor Green, historiador político e professor emérito da Universidade Brown (em Rhode Island), disse ao *Correio* que não se surpreende com o fato de que Trump tenta esconder a verdade. "Existe uma dissidência dentro do

Eu acho...

Wikipedia



"Agora que Donald Trump está no poder e sua indicação à Procuradora-Geral (Pam Bondi) tem a permissão de divulgar os arquivos Epstein, os simpatizantes do presidente suspeitam que ele não queira torná-los públicos. Uma teoria sobre a motivação é que ele esteja ocultando informações potencialmente embaraçosas sobre si mesmo."

Barbara McQuade, professora de direito da Universidade de Michigan e também ex-procuradora federal

Partido Republicano, de pessoas como a deputada Marjorie Taylor Greene, e isso deve aumentar esse sentimento na legenda; ao mesmo tempo, a maioria dos aliados de Trump se une na tentativa de bloquear qualquer divulgação de documentos externos ao grande júri. Acho que a crise se intensifica, pois expõe a mentira do presidente", declarou ao *Correio*.

James Green considera interessante o fato de *The Wall Street Journal* não recuar e manter a posição de enfrentamento. "Se o jornal mantiver sua posição, isso pode aprofundar ainda mais a crise. É mais um elemento de crítica a Trump entre os republicanos decepcionados com a maneira com que ele amplificou a questão da conspiração", disse.

FAIXA DE GAZA

ONGs denunciam fome em massa

A última vez que Yazan Ghussen, 17 anos, comeu foi no domingo. Pagou o equivalente a R\$ 300 por um prato de lentilhas. "Não existe comida em Gaza. Estamos enfrentando dias muito difíceis", afirmou ao *Correio*, por meio da rede social X. "Temos medo de perder nossas crianças, devido à fome. A situação piora a cada dia e nada temos para aliviar isso", acrescentou. Também na plataforma X, os relatos de desespero, quase que pedidos de súplicas, se espalham. "Eu não comi hoje. Só quero comida. Ando um pouco e me sinto tonto — o meu estômago está vazio. Meus filhos estão morrendo lentamente", escreveu Shadi, pai de quatro crianças. "Não como há três dias", afirmou Hazem, que aparece na foto ao lado da filha. "Não tenho vergonha em dizer que sinto fome. A situação é catastrófica, e os preços estão absurdos", desabafou Alaa.

A fome em massa se alastra pela Faixa de Gaza e começa a definhando até mesmo funcionários de entidades humanitárias que tentam aliviar o sofrimento de mais de 2 milhões de palestinos, advertiu um comunicado assinado por 111 organizações não governamentais, entre elas, a Action Against Hunger (Ação contra a Fome), Anistia Internacional, ActionAid International, CARE, Caritas, Médicos Sem Fronteiras, Oxfam e Save the Children, e divulgado ontem. No

mesmo dia, o Brasil anunciou a adesão a uma ação apresentada pela África do Sul junto à Corte Internacional de Justiça, em Haia, na qual acusa o Estado israelense de genocídio.

"Enquanto o cerco do governo israelense mata de fome a população de Gaza, trabalhadores humanitários agora se juntam às mesmas filas por comida, correndo o risco de serem baleados apenas para alimentar suas famílias. Com os suprimentos totalmente esgotados, as organizações humanitárias testemunham seus próprios colegas e parceiros definindo diante de seus olhos", afirma o texto firmado pelas ONGs.

De acordo com o comunicado, até 13 de julho, a ONU confirmou que 875 palestinos foram mortos enquanto buscavam comida, 201 em rotas de ajuda e 674 em pontos de distribuição de alimentos. O documento citou um trabalhador humanitário que fornece apoio psicossocial aos palestinos e revelou o impacto da fome nas crianças. "Elas dizem aos pais que querem ir para o céu, porque pelo menos lá tem comida", contou.

"Não sei de que outra forma se pode descrever o que está acontecendo, senão que há pessoas morrendo de fome em massa", admitiu Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da Organização

Arquivo pessoal



Naema, palestina de 30 anos, segura o filho Yazan, em Al-Shati

Mundial da Saúde (OMS). O governo de Israel nega as acusações de que seria responsável pela fome em massa e culpa o grupo terrorista Hamas. "Não há fome em massa causada por Israel. Trata-se de uma escassez provocada pelo Hamas", declarou David Mencer, porta-voz do governo de Benjamin Netanyahu. À reportagem, um ex-porta-voz das Forças de Defesa de Israel (IDF) colocou em xeque a credibilidade do comunicado das 111 ONGs. "Você acha essa declaração confiável,

imparcial e séria?", questionou. O Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, divulgou que 43 crianças morreram de fome desde domingo, 10 ontem.

Catastrófico

Chefe do Escritório de Direitos Humanos da ONU nos Territórios Palestinos Ocupados, Ajith Sunghay disse ao *Correio* que as Nações Unidas vinham alertando sobre o risco de fome em massa na Faixa de Gaza. "A fome adquiriu um

» Brasil adere a processo em Haia

O Brasil anunciou a entrada no processo da Corte Internacional de Justiça, em Haia (Holanda), movido pela África do Sul, com base na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. "A decisão fundamenta-se no dever dos Estados de cumprir com as obrigações de direito internacional e direito humanitário frente à plausibilidade de que os direitos dos palestinos de proteção contra atos de genocídio estejam sendo irreversivelmente prejudicados", afirma nota. Embaixador palestino no Brasil, Ibrahim Alzeben disse ao *Correio* receber com "profundo respeito e admiração" a decisão do Brasil. "É um gesto firme, corajoso e alinhado com a tradição do Brasil na defesa dos direitos humanos e do direito internacional."

teor catastrófico. Apesar de existir há algum tempo em Gaza, ela atingiu um outro nível. Temos escutado relatos de pessoas caindo nas ruas, porque não têm mais energia, e morrendo por causa da inanição e da falta de cuidados médicos", afirmou. "Temos visto pessoas fisicamente desnutridas, apenas pele e ossos. Não há mais carne em alguns corpos. Há pessoas que se parecem mais novas do que realmente são, atingidas por um atraso de crescimento."

Sunghay advertiu que cada vez mais palestinos morrerão, caso não haja um cessar-fogo. "A trégua, provavelmente, será temporária. O que precisamos é o completo fim desta guerra, para que a ajuda humanitária 'inunde' a Faixa de Gaza. Não apenas

comida, mas também medicamentos, porque aqueles que estão desnutridos ou famintos não se recuperarão sem os recursos médicos adequados", comentou.

Ele lembrou que, apesar de a fome ser manchete em vários jornais do mundo, os bombardeios prosseguem. "Pessoas que tentam obter qualquer porção de comida estão sendo mortas por disparos. Palestinos estão morrendo, acometidos por doenças. É uma situação além de catastrófica. No meio disso tudo, as Forças de Defesa de Israel (IDF) pedem aos civis que se desloquem de uma região para outra. Você pode imaginar o quão cansadas, exaustas e frustradas estão essas pessoas. É algo doloroso", lamentou Sunghay. (Rodrigo Craveiro)

VISÃO DO CORREIO

Falta de livros pode comprometer avanços na educação

A falta de verbas levou o Ministério da Educação (MEC) a comunicar a editoras responsáveis pelos livros didáticos que haverá mudanças na aquisição das obras para o ano letivo de 2026. Em nota, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado à pasta e responsável pelas compras, anunciou que, diante do “cenário orçamentário desafiador” fará a “compra escalonada” do material destinado ao ensino fundamental e vai definir as estratégias a serem adotadas para o suporte aos alunos do ensino médio. A decisão impõe outro desafio. O possível apagão de livros didáticos joga contra projetos do próprio governo para avanços na pasta, como a redução da evasão escolar e melhora em indicadores de qualidade do ensino.

Segundo a Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros), em termos práticos, em não havendo recomposição orçamentária, o escalonamento a ser adotado significa priorizar a compra de livros de português e matemática para o ensino fundamental. Estudantes do primeiro ciclo (do primeiro ao quinto ano) devem receber livros novos dessas disciplinas e livros reutilizados para as demais áreas de aprendizagem, quando previstas. Para o sexto ao nono ano, haverá apenas algumas reposições em português e matemática.

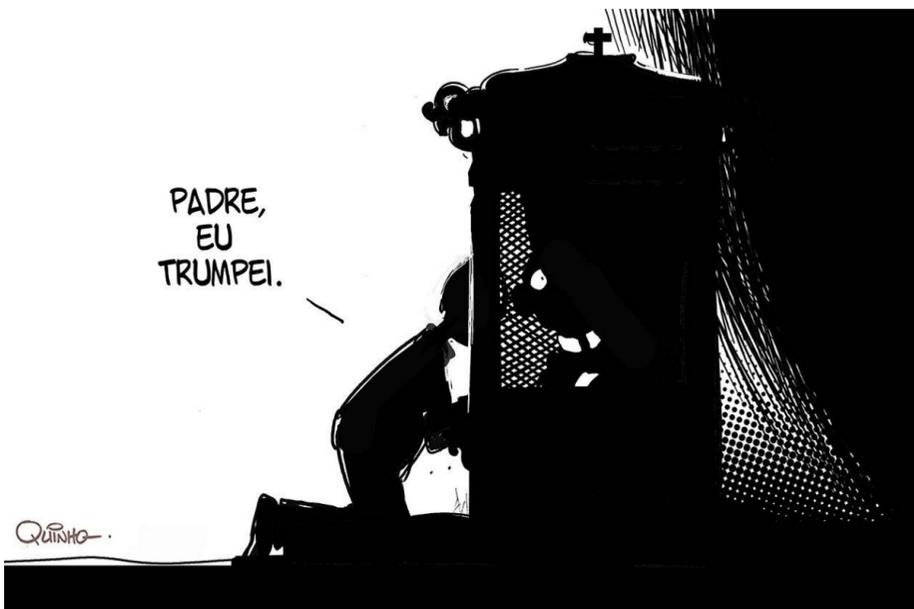
Reutilizar livros é prática comum na educação pública. Em séries iniciais, porém, pintar, rabiscar e escrever nesse material faz parte do processo de aprendizagem, dificultando o reúso. Portanto, não é exagero afirmar que o repasse de livros não indicados poderá afetar a qualidade dos estudos e, sobretudo, avanços conquistados. O mais recente Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de 2023, indica, por exemplo, que estudantes até o quinto ano fundamental conseguiram recuperar o

desempenho nas provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) a patamares de 2019, anteriores à pandemia da covid-19.

Em relação ao ensino médio, trabalha-se com a possibilidade de que 60% dos alunos recebam livros já atualizados com as mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio no começo de 2026, e os 40% restantes, apenas em junho. Em implementação, o Novo Ensino Médio altera a grade curricular “considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade”. Uma das principais críticas à política, porém, é a possibilidade de aumentar a desigualdade no acesso às universidades. Atrasos na entrega de material didático certamente caminham no sentido dessas distorções, além de demandar soluções paliativas aos já sobrecarregados profissionais da educação pública.

O cenário de falta de livros também tende a tensionar outra frente de preocupação do Executivo: a evasão escolar. A relação entre os dois fenômenos é clara. E a intenção do governo de reduzir o índice de abandono, sobretudo no ensino médio, também. Basta se lembrar de todo o holofote direcionado ao programa Pé-de-Meia.

Não sobram evidências de que comprometer o fornecimento dos livros didáticos tem efeito significativo no processo de aprendizagem, a curto e longo prazo. Especialistas alertam que, mesmo nas maiores crises econômicas, nunca se começou um ano letivo com a decisão de não ter esse material didático. O FNDE reconhece “a importância inequívoca de manutenção do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) para a educação pública do Brasil”. É essencial, portanto, buscar alternativas para evitar um possível apagão de livros ou convencer sociedade de que as estratégias a serem tomadas não vão estrear um novo período de perdas na aprendizagem.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Ozzy em Brasília

O ano de 2011 foi marcante para o rock em Brasília, com a presença de grandes nomes do heavy metal. Verdadeiras lendas do Rock. Foram três semanas seguidas que agitaram a cidade e que deixaram saudades. Destaco: Iron Maiden (30 de março), Ozzy Osbourne (5 de abril) e Motorhead (22 de abril). Foram apresentações icônicas. Para os fãs roqueiros, foi uma oportunidade única de ver pessoalmente a lenda do rock: Ozzy Osbourne, que nos deixou nesta terça-feira (22/7). Considerado o mais emblemático e popular entre os fãs de rock roll. Esse show fazia parte da turnê Scream e reuniu algo em torno de 10 mil pessoas no Ginásio de Esportes. Os admiradores do verdadeiro heavy metal ficaram extasiados, pois tiveram a honra de viver momentos memoráveis e uma onda incomum de grandes apresentações aqui na cidade, e ainda teve, em setembro daquele ano, os shows de Judas Priest e Whitesnake. Para os fãs do heavy metal de Brasília, foi um período admirável, que ficará eternizado como um momento extraordinário dos espetáculos e das apresentações internacionais aqui na capital. Ozzy, foi uma satisfação imensa sua visita a Brasília, descanse em paz. Ozzy forever!

» **Edilson Ricardo**
Taguatinga Norte

Vergonha

Quando deputados e senadores erguem a bandeira de um país hostil ao Brasil, não há mais dúvida de que eles querem a falência do nosso país. Deixaram de ser legisladores para se tornarem agentes infiltrados contra a democracia, os interesses do povo brasileiro e, em resumo, desejam que o Brasil volte a ser colônia, subserviente a um indivíduo violento, racista, homofóbico e cheio de outras virtudes condenáveis, além de ter sido condenado pela justiça do seu país. Causa-nos profunda vergonha e indignação testemunhar que parlamentares, que vivem e abusam dos recursos públicos que resultam dos impostos cobrados dos cidadãos, atuam contra a sociedade brasileira, erguendo a bandeira de Trump.

» **Joaquim Gomes Silveira**
Taguatinga

Honrar compromisso

Quero saber onde é que tem 20 a 29 alunos por professor aqui no Brasil. Estou há 25 anos em sala de aula e minhas turmas sempre foram entre 35 a 60 alunos, seja no público seja o privado. E, ainda, ficam nos “obrigados” a ter que memorizar os nomes dos alunos. Teve ano que tive cerca de mil alunos, dando aulas em várias escolas, para poder ter o básico, porque professor nunca entra na fase do “luxo”. Eu fico feliz quando recebo fardas das escolas para poder economizar. Outra coisa que é absurda: muitos de nós têm de vender Avon, Natura, Mary Kay, Boticário, DeMillus, jóias, roupas, ser corretor, Uber etc., para poder honrar com compromissos financeiros. Que outra profissão o sujeito é obrigado a ter que complementar a renda fazendo venda?! Nada contra. Eu mesmo já vendi por um tempo, justamente, para poder honrar as contas.

» **Demétrio Melo**
João Pessoa (PB)



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbspres.com.br

A espetacularização da morte

A morte, parece, já foi mais simples. Antes das vacinas, da descoberta dos micróbios, dos antibióticos e de outras intervenções da medicina, morria-se com tanta facilidade que chegar à idade adulta era quase um jogo de cara e coroa. Um estudo publicado em 2013 na revista *Evolution and Human Behavior* analisou 17 sociedades — de comunidades paleolíticas a modernos caçadores-coletores — e concluiu que, em média, 49% da população morria na infância.

Não que se banalizasse a morte. Desde a chamada “pré-história”, há registro de rituais fúnebres, inclusive entre os extintos neandertais. Os textos deixados pelos gregos enfatizavam o quão trágico era perder um familiar ou amigo; no antigo Egito, as preparações para esse importante momento começavam ainda em vida.

Morrer, porém, era esperado como parte do ciclo da vida. Hoje, por mais que saibamos disso, encaramos o fim com mais espanto. Talvez, os avanços da medicina tenham nos deixado mal-acostumados: não importa a doença nem a idade do falecido, sempre nos assustamos com um anúncio fúnebre. Se não por proximidade com aquele

que se foi, pela lembrança de que um dia seremos nós.

Contribuí para isso a publicação da morte, exacerbada pela internet. Morrer tornou-se um espetáculo. Explora-se cada aspecto da vida do falecido: as últimas palavras, o derradeiro jogo de futebol assistido, a lista de maridos/namorados/ficantes, frases célebres, festas que foi ou que deixou de ir.

A morte da cantora Preta Gil, aos 50 anos, no último domingo, não fugiu à regra. Parece que não basta homenagear a artista, ressaltando seu legado — inclusive a generosidade com a qual dividiu publicamente a doença e o tratamento, como forma de alerta. Alguns sites, contas de redes sociais e programas de TV exploram cada aspecto da existência de Preta exaustivamente — dos casamentos às tatuagens —, assim como de sua partida — se sentiu dor, se estava consciente, se parecia estar com medo ou conformada.

Em entrevista ao jornalista Pedro Bial, há um ano, a cantora revelou o que o pai a aconselhou: “Se está muito pesado, vai.” Preta Gil foi. Deixemos, então, que vá — com a serenidade da voz de Gil e sem o estardalhaço da mídia.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM	ASSINATURAS*
			SEG a DOM R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br

O equívoco que custa caro: a armadilha fiscal e a saúde básica



» **ÁLVARO MADEIRA NETO**
Médico sanitário, mestre e doutorando em administração pela EASP/FGV

» **GONZALO VECINA NETO**
Médico sanitário, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP

O Brasil está prestes a enfrentar um debate decisivo no Congresso Nacional sobre o Orçamento de 2026 e o teto de gastos. Em agosto de 2025, inicia-se na Comissão Mista de Orçamento (CMO) a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Nesse contexto de restrição fiscal, há um risco considerável de repetição do velho roteiro dos cortes lineares na saúde pública. A história recente mostra que cortar gastos na atenção primária à saúde (APS) durante crises econômicas amplifica custos sanitários e sociais, numa perversa lógica de falsa economia.

Um estudo da *The Lancet* (2024) com 4.882 municípios da América Latina evidenciou resultados claros: onde a cobertura da APS superou 70%, houve redução expressiva da mortalidade infantil, com mais de 306 mil mortes evitadas entre 2000 e 2019. Mais ainda: mesmo em períodos de recessão econômica, modelos indicam que manter ou ampliar a cobertura da APS pode reduzir em 23% as mortes infantis previstas até 2030.

Esses números deveriam guiar o debate legislativo. Apesar dessas evidências, em momentos de aperto, corta-se o orçamento da APS sob o pretexto de sua

“invisibilidade política”. Um erro que onera o país: programas de atenção básica custam menos de 1% do PIB, segundo o Banco Mundial, mas sua ausência gera interações evitáveis que consomem até 1,6% do PIB. Cada hospitalização evitada pela APS economiza R\$ 3.800 aos cofres públicos.

Mais os custos transcendem o financeiro: a APS é o porto seguro para pré-natal, vacinação infantil, controle de doenças crônicas e orientação nutricional. Retirar seu financiamento desprotege os vulneráveis e transforma problemas tratáveis em emergências hospitalares.

A experiência internacional é pedagógica: países que mantiveram ou ampliaram investimentos na APS em períodos de crise alcançaram resultados sociais e econômicos muito superiores aos países que optaram pela austeridade rígida. A Costa Rica, por exemplo, decidiu fortalecer seus investimentos em APS após a crise econômica global de 2008. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), essa decisão permitiu reduzir em 12% os anos de vida perdidos por doenças evitáveis, promovendo ganhos econômicos expressivos e melhorias reais na qualidade de vida da população. Outro caso emblemático é o Chile, que, após a crise financeira de 2008, também reforçou sua rede de atenção primária e conseguiu reduzir drasticamente suas internações hospitalares por condições sensíveis à APS.

Neste momento em que o Brasil debate suas diretrizes fiscais futuras, é fundamental entender que saúde não é um item opcional ou meramente contábil no orçamento público. Investir na APS é uma estratégia anticrise altamente eficiente, tanto em termos fiscais quanto sociais, permitindo uma recuperação econômica mais rápida, com redução das perdas produtivas associadas às doenças evitáveis e internações desnecessárias. Segundo um estudo do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2022, cada real investido em APS no Brasil retornam em média quatro reais à economia, por meio de ganhos em produtividade e redução de gastos hospitalares e previdenciários.

Mais do que nunca, é hora de instituir mecanismos que blindem a APS das oscilações econômicas. Uma “cláusula de blindagem sanitária” no arcabouço fiscal poderia garantir recursos mínimos para a cobertura da atenção primária, alinhando-se diretamente aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, voltado à garantia da saúde e bem-estar. A Espanha já adotou um dispositivo semelhante em sua Constituição desde 2011, assegurando mínimos orçamentários para saúde e educação mesmo em períodos de crise fiscal, com resultados efetivos e amplamente documentados pelo Banco Central Europeu.

Os parlamentares precisam compreender que o investimento em APS não representa gasto supérfluo, mas um compromisso ético, econômico e social com o futuro da economia nacional. Essa consciência pública e política torna-se ainda mais necessária em um cenário pós-pandêmico, onde fragilidades na atenção básica custaram ao país vidas e recursos incalculáveis, conforme apontou relatório recente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Portanto, ao invés da tradicional tesourada na saúde básica, o momento exige inteligência estratégica e responsabilidade social dos tomadores de decisão. Investir na APS é apostar em uma sociedade mais saudável, produtiva e resiliente. Em outras palavras, cuidar da atenção primária é a melhor política anticrise que o Brasil pode adotar.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.df@dabr.com.br



Mundo fake

Quão fake e fantasiosos seriam os serviços e produtos oferecidos ao público em geral, sobretudo aqueles que são colocados à venda para uma pequena minoria de pessoas abastadas, para as quais dinheiro não é problema. É então que a busca por status e por produtos e serviços exclusivos levam esses consumidores privilegiados a se tornarem presas fáceis nas mãos de empresas e empresários gananciosos, que literalmente seguem vendendo e ofertando gatos por lebres.

Embalado em finos adereços e dispostos, pretensiosamente, em cenários chiques, o que não passaria por ser um produto comum e barato é colocado nessas verdadeiras ratoeiras apenas para fregar os incautos. Para tanto, mudam o nome do produto, colocando outro mais palatável e, se possível, carregado de francesismo. Dessa forma, o elementar arroz misturado com ovo, prato predileto dos mais pobres dos brasileiros, passa a ser servido com nome exótico de “riz mèlangé avec des oeufs dur ou riz d’ouefs”.

O que os botecos venderiam por R\$ 10 aos transeuntes, nesse cenário chique não sairia por menos de R\$ 150, sem os serviços. A mesma calça jeans, que nas lojas populares não custa mais do que R\$ 110, é vendida em lojas de endereços renomados, pela bagatela de R\$ 900, bastando ao espertalhão mudar apenas a etiqueta da marca. Assim, esse mundo fantasioso e fake, bancado por quem se ilude com o luxo, sobrevive e prospera graças à esperteza de alguns.

Nada é o que parece, e o que parece não é nada, apenas uma fantasia desse mundo cada vez mais fake. O que poderia ser um retrato ácido e realista de uma engrenagem que movimentava bilhões, sob o pretexto do “exclusivo”, não passa de enganação. Uma enganação lucrativa e, aparentemente, dentro da lei. A economia do supérfluo sofisticado gira em torno de uma lógica perversa: não é o valor intrínseco do produto que importa, mas a narrativa construída ao seu redor. Quanto mais rara, inusitada ou instagranável for essa narrativa, maior o valor percebido pelo consumidor de luxo — mesmo que, no fundo, o que esteja sendo comprado seja apenas um produto ordinário com embalagem de fantasia.

A elite consumista, em busca constante de distinção social, torna-se presa fácil dessa armadilha. Muitas vezes, o desejo não é possuir algo de qualidade superior, mas algo que os outros não tenham. Essa lógica de exclusividade empurra consumidores para escolhas irracionais, em que o valor simbólico se sobrepõe ao valor real. Nessa dinâmica, um café coado com grãos comuns pode se transformar em “infusão artesanal de arábica de origem controlada”, custando 10 vezes mais. Um prato simples de picadinho de carne servido em pratos de louça importada e regado a discursos vazios de sofisticação com gosto de molho de pacotinho vale uma cesta básica e meia. É o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu chamou de distinção: um mecanismo de diferenciação cultural que serve para demarcar classes sociais. Marcas e empresários se aproveitam disso e atuam como verdadeiros ilusionistas que substituem o conteúdo pela embalagem, o sabor pela aparência, a utilidade pela ostentação.

Mais grave ainda é quando essa lógica ultrapassa o campo dos produtos e entra nos serviços: clínicas estéticas que prometem o impossível, experiências sensoriais supostamente únicas, pacotes de viagens absurdamente caros que oferecem pouco além de um nome de impacto. Tudo é vendido como “inesquecível”, “personalizado”, “exclusivo”, mas, na prática, é apenas mais do mesmo, embrulhado em papel de presente luxuoso.

Na verdade, o problema não está só na astúcia dos vendedores, mas na credulidade dos compradores, que participam desse jogo voluntariamente e “se achando”. Essa cumplicidade silenciosa alimenta um mercado que vive de aparência, status e desejo, não de substância. Em última análise, esse mundo fake é sustentado por um teatro de vaidades. Um teatro caro, vazio e, muitas vezes, patético, onde a autenticidade foi substituída por etiquetas, e o bom senso por cifrões.

O luxo verdadeiro — aquele que representa excelência, história, técnica e arte — é cada vez mais raro. No lugar dele, proliferam vitrines falsas, promessas ocultas e produtos que são, na essência, meros “arroz com ovo” disfarçados de caviar. “Eu, minha alma, envie para o espaço sem fim para um traço aprender nos destinos do além, minha alma devagar foi retornando a mim e me disse: eu sou o céu e o inferno também” — registra Omar Khayyam no livro *Rubaiyat*. De fato, os homens são o céu e o inferno de si mesmos, e tudo ao mesmo tempo, luxo e lixo, tudo num mesmo produto.

A frase que foi pronunciada:

“O valor do homem é determinado, em primeira linha, pelo grau e pelo sentido em que se libertou do seu ego.”

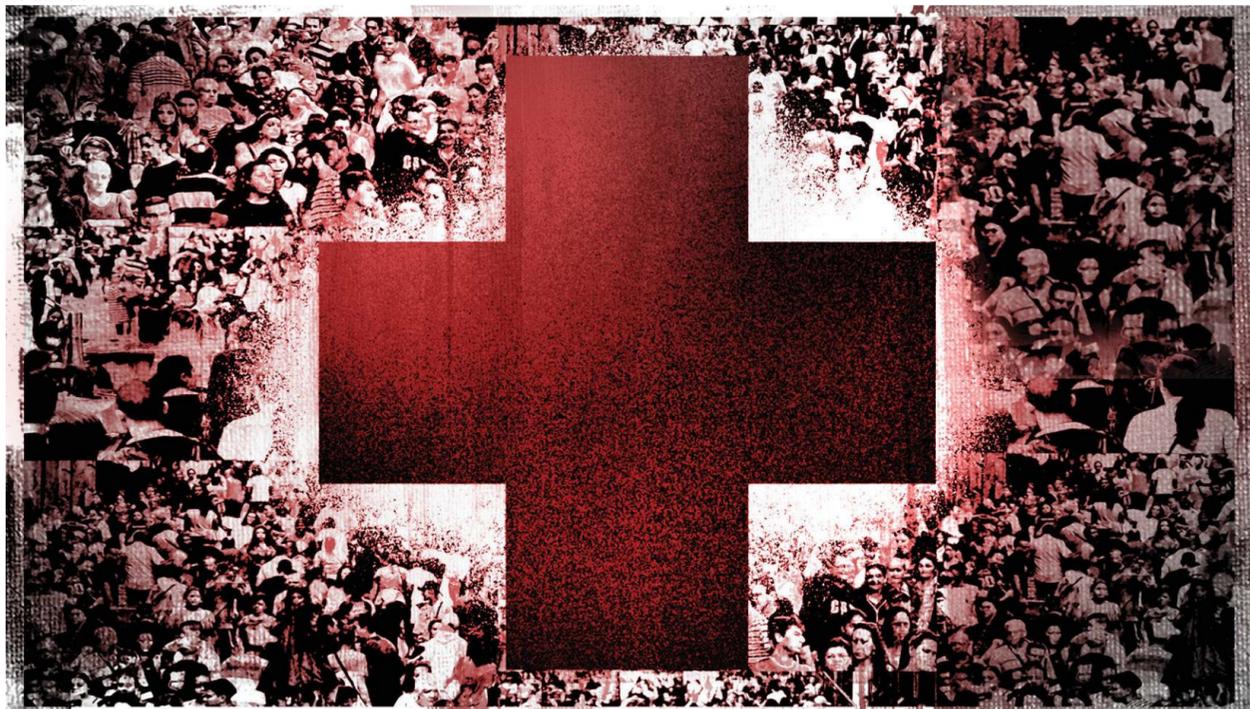
Albert Einstein

História de Brasília:

O nome empregado na maioria dos golpes foi do servidor Barros de Carvalho, e os chantagistas conheciam tanto seus hábitos que, falando pelo telefone para sua residência, recomendavam com insistência para que quando fizessem a mala não esquecessem dos remédios.

(Publicada em 6/5/1962)

Maurenilson Freire



O legado de Trump: a nacionalidade em xeque



» **JOSÉ HORTA MANZANO**
Empresário

Pode parecer cedo, passados apenas seis meses de governo, para falar em legado da presidência de Donald Trump. Há ainda um longo caminho até o término de seu mandato, e o cenário político dos Estados Unidos anda por demais volátil. No entanto, mesmo nesse estágio inicial, já se delineiam traços que provavelmente marcarão de forma duradoura a história americana, chegando a influenciar outros países nas décadas por vir.

Trump ascendeu à presidência com um discurso duro, inflamado e nacionalista, sustentado por métodos políticos pouco ortodoxos. Seus modos abruptos, frequentemente à margem de práticas diplomáticas e institucionais, têm deixado marca em diversos setores da vida pública americana. O estilo de governo que impõe, centralizador e inflexível com o dissenso, é próprio de quem detém grande poder e não hesita em usá-lo até os limites — por vezes, além deles.

Espera-se, naturalmente, que esse modo de governar não vire padrão. Imagina-se — e deseja-se — que futuros presidentes dos EUA abandonem a mão pesada que Trump tem imprimido à condução do Executivo. Ainda assim, seu impacto não se limitará ao tempo presente. Em alguns aspectos, pode vir a alterar, de maneira profunda, os próprios fundamentos da cidadania americana.

Um desses aspectos é o princípio de jus soli, o direito à nacionalidade pelo local de nascimento. Embora esse conceito esteja hoje solidamente ancorado na Constituição e na cultura dos EUA, já se vislumbram sinais de que esse alicerce pode ser abalado. Os discursos e ações do presidente em relação aos imigrantes, estudantes estrangeiros e visitantes forasteiros não deixam dúvidas: o ideal de uma América aberta a quem nasce em seu solo está sob ameaça.

O jus soli — princípio segundo o qual basta nascer em território nacional para adquirir automaticamente a cidadania — é uma peculiaridade de poucos países, quase todos situados no continente americano. A razão é histórica. Quando as colônias europeias das Américas se tornaram independentes, foi necessário estabelecer critérios para definir a cidadania de cada indivíduo. Como resultado, adotou-se majoritariamente o princípio da territorialidade.

Nos Estados Unidos, o jus soli foi consagrado na 14ª Emenda à Constituição, aprovada em 1868, após a Guerra Civil, para garantir cidadania aos filhos de escravos alforriados nascidos em solo americano. Desde então, essa norma se manteve intocada. Países como o Brasil e praticamente todos os ibero-americanos valeram-se de regra semelhante para embasar sua política de nacionalidade.

Mas o governo Trump reintroduziu no debate político americano ideias há muito marginalizadas: o nacionalismo étnico, o apego a jus sanguinis (nacionalidade por filiação sanguínea) e a noção de que a cidadania deve ser um privilégio concedido, não um direito automático. O uso frequente de expressões como “raça americana” e a valorização de uma “herança nacional” restritiva dão pistas claras do caminho que Trump e seus apoiadores gostariam de seguir.

Se esse rumo se consolidar, os efeitos perigam

se tornar profundos e duradouros. A revogação do jus soli representaria não apenas uma mudança legal, mas uma transformação simbólica na identidade americana. Os Estados Unidos deixariam de ser a terra de oportunidades acessível a todos para se tornarem uma comunidade fechada, definida por laços de sangue, e não mais por um contrato social baseado na inclusão e na integração.

Mais inquietante ainda é a possibilidade real de esse modelo ser exportado. A história demonstra que movimentos políticos nos Estados Unidos frequentemente repercutem em outras partes do mundo, especialmente nas Américas. Não seria impensável, portanto, que o Brasil viesse a seguir o mesmo caminho num futuro não muito distante.

Hoje, a Constituição brasileira garante a cidadania a qualquer pessoa nascida no território nacional, ainda que de pais estrangeiros. Mas num país ao qual imigrantes já não acorrem em massa e onde o tema da identidade nacional volta e meia é instrumentalizado politicamente, uma eventual mudança nesse sentido poderia passar quase despercebida. A substituição de jus soli por jus sanguinis não afetaria a maioria da população no curto prazo, o que tornaria a transição mais palatável — em todo caso, menos exposta à contestação.

Assim, o legado de Trump pode se estender muito além de suas fronteiras e de seu tempo na presidência. Ao desafiar princípios centrais do ideal democrático americano, o ex-presidente contribuiu para o enfraquecimento de valores universais como a inclusão, a igualdade e o direito de pertencer. Se a cidadania passar a ser tratada como um privilégio hereditário, não como um direito civil, estaremos diante de uma regressão histórica cujas consequências serão sentidas por gerações.

Dia HISTÓRICO para justiça CLIMÁTICA

Em unanimidade, os 15 juízes da Corte Internacional de Justiça (CIJ) manifestam que Estados devem ser responsabilizados por danos causados por mudanças climáticas. Parecer consultivo abre caminho para pedido de indenização

» PALOMA OLIVETO

Um marco para o clima. Assim, especialistas definem a opinião da mais alta instância judicial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as responsabilidades legais dos países em relação às mudanças climáticas. O aguardado parecer consultivo — fruto de uma campanha de 2019 de estudantes de direito da Universidade do Pacífico Sul — deve orientar a tomada de decisões locais e orientar negociações globais, como a Conferência da ONU para Mudanças Climáticas (COP) que, neste ano, é sediada pelo Brasil.

Pareceres consultivos são declarações oficiais de direito internacional, com “substancial peso jurídico”, esclarece o Centro de Leis Ambientais Internacionais (Ciel), organização sediada em Genebra, na Suíça, que participou do processo. Embora o documento de 500 páginas não seja vinculante — não determina obrigações —, o entendimento é que servirá de base para ações legais.

Na manifestação unânime dos 15 juízes da Corte Internacional de Justiça (CIJ), violar obrigações climáticas é ilícito e pode originar indenização para os países afetados. “Este parecer orientará litígios climáticos nos tribunais locais, regionais e nacionais e fornecerá uma base para a formulação de políticas climáticas, fundamentando a legislação local e as negociações globais em obrigações legais”, diz Rebecca Brown, presidente da Ciel.

Audiência

Na audiência, em Haia (Holanda), o presidente da Corte Internacional de Justiça, Yuji Iwasawa, destacou que as mudanças climáticas afetam tanto os ecossistemas naturais quanto as populações humanas. “O tribunal apresenta este parecer com a esperança de que suas conclusões permitam que informe e oriente as ações sociais e políticas para resolver a atual crise climática”, disse.

“A falha do Estado em tomar as medidas adequadas para proteger o sistema climático das emissões de GEE (gases de efeito estufa), inclusive por meio da produção e do consumo de combustíveis fósseis, da concessão de licenças de exploração de combustíveis fósseis ou da concessão de subsídios a combustíveis fósseis, pode constituir um ato internacionalmente ilícito atribuível a esse Estado.”

Segundo Iwasawa, “as consequências jurídicas decorrentes da prática de um ato ilícito internacional podem incluir (...) a reparação integral dos danos sofridos pelos Estados lesados na forma de restituição, indenização e satisfação”. O juiz reconheceu a dificuldade de se provar, em tribunais, o “nexo causal direto e certo”. Por exemplo, que uma enchente tem associação direta com a produção de combustíveis fósseis. Porém, destacou que isso “não é impossível”.



No tribunal de Haia, o presidente da Corte Internacional de Justiça, Yuji Iwasawa (ao centro), diz que as consequências jurídicas podem incluir “a reparação integral dos danos sofridos pelos Estados lesados”

Palavra de especialista

Mensagem clara

Trata-se do início de uma nova era de responsabilização climática no nível global. O parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça marca um ponto de inflexão para a justiça climática, pois esclareceu, de uma vez por todas, as obrigações climáticas internacionais dos Estados e, mais importante, as consequências do descumprimento dessas obrigações. Isso abriu caminho para novos casos e, espera-se, trará justiça àqueles que, apesar de terem contribuído menos para as mudanças climáticas, já estão sofrendo suas

Greepeace International/Divulgação



consequências mais graves. A mensagem da Corte é clara: a produção, o consumo e a concessão de licenças e subsídios para combustíveis fósseis podem ser violações do Direito Internacional. Os poluidores

devem parar de emitir e pagar pelos danos que causaram. O documento também esclarece que o descumprimento das obrigações climáticas dá origem a reparações integrais, incluindo a interrupção de ações danosas e a concessão de indenização financeira por quaisquer perdas e danos relacionados. Essas reparações podem incluir indenização por danos climáticos e até mesmo a necessidade de cessação imediata das emissões de gases de efeito estufa acima de um limite de segurança com base científica.

Danilo Garrido, consultor jurídico do Greenpeace Internacional

EUA

Em dezembro do ano passado, uma audiência com representantes de mais de 100 países e de organizações internacionais expôs as divergências entre os maiores poluidores mundiais e as nações mais afetadas pelas mudanças climáticas. Os Estados Unidos e a Índia argumentaram que a legislação existente, como Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), é suficiente para orientar decisões globais e locais. Meses depois, já sob a administração de Donald Trump, os norte-americanos se retiraram da UNFCCC e do Acordo de Paris.

Para Delta Merner, que integra a União dos Cientistas Preocupados e líder do setor de litígio climático da instituição, embora o parecer não seja juridicamente vinculativo, adicionar “pressão

jurídica, científica e moral” para que os Estados Unidos, maior emissor histórico do mundo, cumpra suas obrigações climáticas. “A medida que o governo Trump toma medidas extremas para priorizar os poluidores corporativos em detrimento da saúde pública e do meio ambiente, a irresponsabilidade jurídica de fazê-lo foi exposta pelo novo parecer consultivo. Isso enfatiza ainda mais o que as empresas de combustíveis fósseis já sabem: a falha em abordar significativamente as mudanças climáticas corre o risco de sérias responsabilidades legais para elas.”

Comemoração

O posicionamento da Corte Internacional de Justiça foi comemorado por organizações não governamentais, especialmente do sul global. “Hoje (ontem), os menores

países do mundo fizeram história. A decisão da CIJ nos aproxima de um mundo onde os governos não podem mais ignorar suas responsabilidades legais”, disse, em nota, Vishal Prasad, diretor dos Estudantes das Ilhas do Pacífico Lutando Contra Mudanças Climáticas. “(A Corte) reafirma uma verdade simples de justiça climática: aqueles que menos contribuíram para alimentar essa crise merecem proteção, reparação e um futuro.”

Em entrevista à agência France-Presse (AFP), o ministro da Mudança Climática de Vanuatu, Ralph Regenvanu, destacou que o documento da CIJ é um “marco histórico para o clima”. Foi na nação insular que iniciou a mobilização para levar o assunto da responsabilidade dos Estados à mais alta Corte internacional. “É uma mudança de rumo muito importante neste momento crítico”, afirmou.

O que diz a Corte

- O Tribunal afirma que os Estados têm obrigações em áreas relevantes do direito internacional, incluindo direitos humanos, direito ambiental e compromissos relevantes de tratados, que devem ser implementados em conjunto e harmoniosamente.
- A Corte Internacional de Justiça manifesta que os Estados e os principais poluidores históricos têm uma obrigação legal clara de reduzir as emissões, prevenir danos graves e trabalhar em conjunto para proteger aqueles que estão em maior risco, tanto dentro de suas fronteiras quanto além delas.
- O Tribunal reconhece que as decisões locais e globais devem ser guiadas pela melhor ciência disponível, especialmente pelos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). O limite de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris é o ponto de referência legal para determinar ambição, ação e responsabilidade suficientes.
- O Tribunal entende que os governos são obrigados a proteger os direitos das pessoas à vida, à saúde, a um meio ambiente saudável e à autodeterminação. Atenção especial é necessária para os povos indígenas, pequenos estados insulares em desenvolvimento, jovens e gerações futuras.
- A Corte considera que os Estados com altas emissões históricas e atuais têm obrigações maiores de remediar os danos climáticos, inclusive por meio de reparações, apoio e regulamentação de atores privados.

ESQUIZOFRENIA

Molécula de lhama regula atividade cerebral

Embora os tratamentos atuais para esquizofrenia — uma doença mental que afeta 1% da população mundial — possam reduzir certos sintomas, eles têm pouco efeito sobre os déficits cognitivos que afetam a vida diária dos pacientes. Agora, cientistas do Instituto de Genômica Funcional (CNRS/Inserm/Universidade de Montpellier), na França, projetaram um nanocorpo feito de anticorpos de lhama que pode ativar especificamente um receptor envolvido na regulação da atividade neural.

Administrada periféricamente, via veias

ou músculos, a nova molécula demonstrou a capacidade de romper a barreira hematoencefálica e atingir efetivamente os receptores cerebrais, segundo um artigo publicado na revista *Nature*. O efeito terapêutico foi avaliado em dois modelos pré-clínicos de esquizofrenia, corrigindo os déficits cognitivos observados em camundongos.

Autismo

Estudos clínicos são agora necessários para demonstrar se a abordagem pode representar uma nova via de tratamento para

a esquizofrenia. Segundo os autores, a pesquisa confirma o potencial dos nanocorpos como uma nova estratégia terapêutica para atuar no cérebro, não apenas para essa doença mental, mas, potencialmente, mirando outras condições, incluindo distúrbios do espectro autista e epilepsia.

Segundo os autores, a administração periférica de uma molécula em baixa frequência, aliada à especificidade e durabilidade dos nanocorpos, representa uma nova fronteira nas terapias imunológicas para o cérebro. “Nosso estudo estabelece a prova de conceito de que nanocorpos podem ser usados para atingir receptores cerebrais e induzir mudanças comportamentais duradouras”, escrevem os autores. O próximo passo será avaliar a segurança e eficácia da abordagem em modelos mais complexos e, futuramente, em ensaios com humanos.

Juan Mabromata/AFP



Nanocorpo feito de anticorpos do animal atua na regulação da atividade neural

MEIO AMBIENTE

Fotos: Bruna Gaston CB/DA Press



Catadores recebem os caminhões do SLU e iniciam o trabalho



O lixo recolhido é separado por categorias nas áreas de recebimento



Cerca de 55% dos resíduos recicláveis são aproveitados no DF

Cresce aproveitamento de RECICLÁVEIS DO DF

Com o esforço de cooperativas e catadores, os resíduos ganham nova destinação. Mas ainda há desafios em que o brasileiro pode ajudar, como a separação correta do lixo que é recolhido pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU)

» ANA CAROLINA ALVES

Fundamental para o meio ambiente, o aproveitamento de resíduos recicláveis chegou a 55% em 2024, contra 37% em 2020. A melhoria reduz a pressão sobre o meio ambiente, diminui a necessidade de extrair novas matérias-primas e prolonga a vida útil do aterro sanitário da capital.

Por trás dos números, no entanto, há o esforço de mais de 1,3 mil catadores e catadoras, organizados em cooperativas, que garantem destino sustentável ao papel, plástico, metal e outros materiais descartados pela população.

Com 69 anos e mais de três décadas de experiência com reciclagem, Marizete Pereira conhece como poucos o ofício da coleta seletiva no Distrito Federal. Mineira radicada em Brasília desde 1975, ela começou a trabalhar no antigo Lixão da Estrutural em 1990 para manter a filha Léia, que hoje tem 46 anos. “Eu digo com orgulho que eu paguei a faculdade de administração de empresas para a minha filha com o dinheiro do meu trabalho”, conta.

Para ela, trabalhar com reciclagem foi mais que sustento: foi transformação. “Esse serviço me ensinou a ser uma pessoa melhor. A gente aprende a ser humilde, a dar valor nas pequenas coisas. Lixo é dinheiro, sim. Fico feliz de ter conseguido manter minha família com dignidade”, narra, emocionada.

Entre os desafios diários, ela destaca até hoje os riscos à saúde causados pela separação incorreta dos resíduos. “Tem que ter cuidado. Às vezes vem agulha, vidro quebrado, lixo de gente doente. Isso machuca, é perigoso. E tudo porque a pessoa não separou certo o que era lixo comum do que era reciclável”, alerta.

Cooperativas

Segundo o SLU, o número de cooperativas apoiadas passou de 20 para 31 em 2024. Juntas, recolheram mais de 58 mil toneladas de recicláveis — mais que o triplo do total registrado em 2020, onde foram 18 mil resíduos recolhidos.

O diretor administrativo da Coopere, João Marcos Souza explica que a cooperativa surgiu como alternativa para regularizar a situação de catadores que antes atuavam de forma informal. “Ela funciona como uma associação de pessoas. Quem entra se torna sócio, não empregado. Todos têm direito a voto nas assembleias e ajudam a decidir os rumos do trabalho”, explica.

O modelo é baseado em produção individual, o que significa que cada trabalhador recebe de acordo com o que consegue separar e preparar para comercialização. “Antes a remuneração era por hora ou por produção diária em grupo, mas havia insatisfação. Agora, cada um ganha conforme sua produtividade, o que achamos mais justo. Em junho, a média de salário foi de R\$ 911”, afirma o gestor.

Os resíduos chegam ao galpão via coleta do SLU, são separados por categorias, co-



O catador João Marcos entrou para a Coopere em 2018



Rosimeire trabalha com reciclados desde os 8 anos



Marcelo Souza aprendeu a importância da separação



Marizete Pereira está nessa atividade há três décadas

mo plásticos, papéis, metais e rejeitos. Após a triagem, o material é pesado para que cada catador receba conforme o que foi separado, e, só então, é vendido para empresas especializadas. “Todo material que chega aqui é separado, triado e comercializado. A renda de cada um depende do quanto consegue produzir no mês”, explica.

Desafio

Mesmo com os avanços, 25% do material reciclável ainda vai para o aterro por conta do descarte inadequado ou da contaminação. “Tem gente que ainda joga comida no material reciclável e atrapalha tudo”, lamenta Marcelo Souza Vieira, de 35 anos, catador há cinco. “Às vezes, vem mais lixo úmido do que recicláveis. Isso atrapalha muito, porque cria bicho, bactéria, e a gente não consegue aproveitar o material”, explica o catador que, com o que ganha na triagem, conquistou independência financeira. “Eu morava com a minha mãe e, graças ao meu trabalho, já consigo pagar um aluguel e comprar geladeira, fogão. Tudo com dinheiro daqui. E ainda me divertir um pouco”, brinca.

Apesar das conquistas, ele reconhece que o preconceito ronda o dia a dia dos catadores. “O cheiro fica na roupa. Às vezes a pessoa vê e já pensa: ‘ih, trabalha com lixo’. Mas esse é meu trabalho. É digno. E às vezes ganho melhor que gente que tá no comércio”, afirma. Marcelo diz que aprendeu a importância da separação só depois de começar a trabalhar com a separação de resíduos. “Quando comecei, não sabia nada disso. Jogava tudo junto no lixo. Aprendi aqui, com os cursos e com os colegas. Hoje, até em casa eu separo”, conta.

Para Andréa Almeida, diretora técnica do SLU, a coleta seletiva tem impactos que vão além da preservação ambiental. “As cooperativas promovem, além desse cuidado com o meio ambiente, inclusão social e geração de renda para esses profissionais. A maioria dos catadores vieram do antigo lixão da Estrutural e hoje estão em condições dignas, com direitos garantidos”, explica.

A afirmação reflete a história de Rosimeire Maria Alves, 43, que cresceu acompanhando a mãe no antigo lixão da Estrutural. “Comecei com oito anos, ajudando

minha mãe. Depois que engravidei, voltei com 15 pra ajudar em casa e nunca mais deixei de trabalhar com reciclagem”, conta. Foi ali, entre montanhas de resíduos e poucos direitos, que a catadora deu os primeiros passos no trabalho com materiais recicláveis.

Da esteira à mobilização nas ruas, hoje, a profissional trabalha na gestão de uma cooperativa. “Hoje estou no escritório, mas sem esquecer de onde vim”, diz. Para Maria, as conquistas vão muito além do salário. “Com esse trabalho, consegui pagar cursos, ajudar meu irmão a se formar em Direito, e construir minha casa. Eu não tenho muito dinheiro no banco, mas tenho orgulho do que fiz”, conta. Mãe de quatro filhos, ela explica que sempre teve orgulho da profissão. “Já trouxe eles para conhecer, mostrei como é o trabalho, porque é importante que entendam o valor do que fazemos”, afirma. “Mesmo que muitos não nos reconheçam, a nossa profissão é essencial. Falo para eles: se não fosse eu, teria outro fazendo esse papel. Separar o lixo é um gesto de cuidado com o próximo, com o planeta e com a saúde de todos”, destaca.

Como separar o lixo

Materiais recicláveis

» São considerados recicláveis materiais como papel, papelão, plástico, isopor e metal. Devem ser descartados, de preferência, em sacos da cor verde ou azul.

Orgânicos e rejeitos

» Os não recicláveis são resíduos como restos de comida, borra de café, fralda descartável, papéis gordurosos, lixos de banheiro, entre outros e devem ser descartados em sacos pretos ou cinza.

Cuide dos resíduos

» Condomínios residenciais devem colocar seus resíduos em contêineres nas cores verde para coleta seletiva e cinza para coleta convencional;

» Não precisa lavar as embalagens. Apenas retire o excesso de alimentos e líquidos;

» Embale vidros em jornal, caixas ou garrafas PET para evitar acidentes;

» Pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos devem ser entregues em pontos de coleta no comércio; e medicamentos vencidos e seringas, em farmácias ou postos de saúde;

» Coloque o lixo em sacos resistentes e bem fechados.

Engajamento social

Apesar dos esforços institucionais, a diretora do SLU reforça que o sucesso da coleta seletiva depende também do engajamento da população. “É uma responsabilidade compartilhada entre governo e sociedade. É um hábito, e precisa ser feito por todos para que o número de materiais reciclados aumente e consigamos manter a capital limpa e sustentável”, explica.

Para incentivar mudanças de comportamento, o SLU investe em ações permanentes de educação ambiental. Entre elas estão palestras em escolas públicas e particulares, mobilizações em feiras e eventos comunitários, visitas porta a porta com equipes de orientação e a distribuição de materiais educativos.

O aplicativo SLU Coleta DF também é uma ferramenta importante: por meio dele, o cidadão pode consultar os dias e horários da coleta em seu bairro, tirar dúvidas sobre a separação correta e receber notificações sobre o serviço. “É um trabalho de formiguinha, mas quando a comunidade entende seu papel, o impacto é imediato, tanto para o meio ambiente quanto para a geração de renda dos catadores”, conclui.



ARTHUR DE SOUZA (INTERINO)
arthursouza.df@cbnet.com.br



Reprodução/redes sociais

Mensagem de esperança

Após cumprir sua missão na Ucrânia, presidindo a Santa Missa no Santuário Nacional de Nossa Senhora do Carmo (foto), na cidade de Berdychiv, o cardeal Paulo Cezar Costa deixou uma mensagem de esperança ao povo ucraniano. “Vivemos dias intensos, em que fomos solidários com o povo ucraniano e experimentamos suas dores, sofrimentos e esperanças. Levo uma experiência rica em solidariedade e proximidade”, afirmou. “Vos levo no coração. Contem sempre com as minhas orações e com a minha voz, que também deseja dar voz ao vosso sofrimento e aos horrores que a guerra vos faz passar. Fiquem com Deus”, desejou o cardeal aos ucranianos.

Ibaneis sanciona LDO com receita de R\$ 71,7 bilhões

O governador Ibaneis Rocha (MDB) sancionou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026. A nova lei foi publicada no *Diário Oficial (DODF)* de ontem. A proposta estima uma receita total de R\$ 71,7 bilhões, sendo cerca de R\$ 44 bi em receitas próprias e um aporte de R\$ 27,7 bi de recursos do Fundo Constitucional (FCDF).



Anderson Parreira/Agência Brasília

Novas nomeações

Segundo a publicação, foram autorizadas a nomeação de 65.395 cargos no Poder Executivo, com um impacto financeiro de R\$ 9,7 bilhões. Para o caso de novos cargos, o anexo IV da LDO 2026 autoriza a criação de até 6.953 vagas, com um impacto orçamentário de, aproximadamente, R\$ 400 milhões.

Estudo de viabilidade

Vale lembrar que, quando a LDO foi apresentada na Câmara Legislativa, a projeção inicial era autorizar mais de 29 mil cargos no Poder Executivo, ou seja, o número final mais do que dobrou, após os deputados distritais modificarem o projeto original, por meio de emendas que não foram vetadas pelo governador. “Para que essas autorizações sejam implementadas é preciso levar em consideração fatores como estudo de viabilidade, com base em expectativa de receita e despesa”, lembrou a coordenadora da proposta de Diretrizes Orçamentárias da Secretaria de Economia, Rafaella Corado.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Mobilidade em pauta

A Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (VMADUF/TJDFT) vai realizar, na próxima segunda-feira, uma nova audiência judicial pública a respeito da proposta de redução de velocidade no Eixo Rodoviário de Brasília, via popularmente conhecida como Eixão. Na oportunidade, serão ouvidos representantes da Polícia Militar (PMDF). A audiência será transmitida no canal do TJDFT, no YouTube.

Pagamentos de taxas

Responsáveis por estabelecimentos e executores de obras do Distrito Federal começaram, na última semana, a receber os boletos referentes à Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos (TFE) e à Taxa de Execução de Obras (TEO). Emitidas pela DF Legal, as cobranças alcançam 319 mil contribuintes, que têm até o dia 31 de julho para realizar o pagamento. Neste ano de 2025, o valor mínimo de ambas as taxas é R\$ 48,86, sendo possível parcelar quando o montante ultrapassar R\$ 97,72. Para a TEO, o valor é de R\$ 2,31 por metro quadrado de obra executada, no caso de projetos com até 1 mil metros quadrados. Para áreas superiores, há um acréscimo de R\$ 0,31 por metro quadrado excedente.

Reunião da ONU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Vital do Rêgo, e o ministro Walton Alencar Rodrigues participaram, na terça-feira, da 79ª Sessão Regular do Conselho de Auditores da Organização das Nações Unidas (ONU). A reunião, realizada em Nova York, analisou e validou relatórios de auditoria das entidades da ONU referentes a 2024, apresentados pelas instituições superiores de controle (ISC) do Brasil, da China e da França. Entre as auditorias sob responsabilidade do TCU estão os trabalhos nas missões de paz no Kosovo e Chipre, no Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e no Fundo Conjunto de Pensão do Pessoal da ONU (UNJSPF). As fiscalizações ocorreram sob a coordenação do ministro Walton Alencar Rodrigues, supervisor dos trabalhos.



Ed Alves/CB/DA Press

Trocas nos comandos

A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) anunciou a troca no comando de duas delegacias. O delegado Fernando Fernandes reassumiu a 19ª DP (Setor P Norte), enquanto Alexandre Godinho passou a chefiar a 27ª DP (Recantos das Emas) no lugar de Fernandes.



Divulgação/DPDF

Conhecendo a DPDF

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) lançou, nesta semana, a quarta edição do Roteiros de Conhecimento, material que apresenta o acesso e o funcionamento da instituição de forma dinâmica e simples, por meio de diversas cartilhas produzidas pela DPDF em colaboração com defensores públicos, servidores e parceiros. A lista de cartilhas aborda temas como formas de acesso à Defensoria Pública, educação para a vida adulta, mediação e cultura de paz, direito de família e relações de consumo.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ECONOMIA

Mesmo qualificadas, elas enfrentam racismo, machismo e desconfiança no mercado de trabalho do Distrito Federal. Festival Latinidades debate, hoje, no Museu da República, saídas para enfrentar essas estruturas de desigualdade

Desafios para mulheres negras

» MARIANA SARAIVA

No Distrito Federal, o caminho até uma vaga de emprego ainda é mais longo, difícil e desigual para mulheres negras. Não se trata apenas da busca por uma oportunidade, mas de atravessar barreiras que muitas vezes começam antes mesmo da entrevista, na cor da pele, no nome escrito no currículo, no CEP, no cabelo, no olhar do recrutador. Ana Dalva Fernandes, 59 anos, conhece bem essa realidade. Vinda do Maranhão, enfrentou uma série de recusas até conseguir o primeiro emprego como cabeleireira em um salão da capital. “Quando eu cheguei, sabia fazer tudo. Mas ninguém queria ser atendido por mim. Um dia, um rapaz veio cortar o cabelo do filho e, quando viu que seria eu, não quis mais”, conta. Mais tarde, Ana decidiu abrir seu próprio salão em Taguatinga. Mesmo como empresária, seguiu sendo questionada. “As pessoas duvidavam que o salão era meu. Eu ainda vejo muito preconceito no mercado de trabalho para mulheres negras.”

A experiência negativa de Ana não é um caso isolado. Dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)

confirmam o cenário de desigualdade. Em 2023, as mulheres negras representavam 34,7% da população em idade ativa na Área Metropolitana de Brasília (AMB), sendo 67,7% no DF e 32,3% na Periferia Metropolitana. No entanto, a presença delas entre os economicamente inativos chega a 32,2% no DF e a 41,5% na periferia, um reflexo direto da exclusão. Dai Schmidt, 39, moradora da periferia e profissional da área de comunicação, lembra das barreiras invisíveis que enfrentou para conseguir o primeiro emprego. “Mesmo quando eu estava qualificada, sentia que precisava me esforçar o dobro para ser notada. Tinha que me vestir melhor, me comportar de forma exemplar, estudar mais. Tudo para compensar o que a sociedade considerava ‘excesso’ em mim: o meu cabelo, meu tom de pele, meu endereço”, relata.

Ela conta que em diversas entrevistas sentiu que sua presença incomodava. “Ouví comentários sobre minha aparência, perguntas invasivas sobre minha vida pessoal, e percebi nos olhares que eu não era o perfil que eles esperavam. Trabalhei numa agência de modelos e enfrentei piadas racistas, desconfiança constante e um ambiente em que minha competência

sempre era colocada em dúvida. Foi um exercício diário de reconstrução da autoestima”, lembra.

Para Dai, ser mulher é um desafio. Ser mulher e negra intensifica tudo. “Vi homens e mulheres brancas sendo promovidos com menos experiência do que eu. A mulher negra enfrenta uma dupla opressão: o machismo e o racismo. É como se estivéssemos sempre dois passos atrás, lutando para sermos vistas como capazes, enquanto os outros já estão sendo celebrados”, ressalta.

Debate

A realidade de Ana e Dai é a mesma de milhares. Mais de 380 mil mulheres negras vivem no DF e no Entorno, e muitas continuam à margem de um mercado que ainda insiste em fechar as portas para elas. Por isso, ações que deem visibilidade à causa são fundamentais.

Hoje, o Festival Latinidades promove, no Museu Nacional da República, um debate sobre trabalho digno para jovens mulheres negras, durante o 2º Encontro Nacional da Rede MultiAtores MUDE com Elas. O evento contará com a presença de Giselle dos Anjos Santos, historiadora, ativista e pesquisadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).

Giselle acredita que a transformação passa pela união de esforços entre Estado, empresas, sociedade civil, sindicatos e movimentos sociais. “É preciso criar espaços de escuta, troca e articulação. Só com diálogo real e metas conjuntas podemos enfrentar as estruturas de desigualdade que afetam as mulheres negras no trabalho. Essa não é uma questão individual, é coletiva, estrutural e urgente.”

Mais proteção

A advogada Patrícia Zaponi, especialista em gênero, reforça que a legislação brasileira, embora proíba discriminação por raça e sexo, ainda é insuficiente. “Temos a Lei 14.611/2023, que trata da igualdade salarial, mas, na prática, as mulheres negras continuam ganhando menos que os homens, e até mesmo que as mulheres brancas. O racismo estrutural não está contemplado nas leis e isso as impede de avançar”, aponta.

Segundo ela, a informalidade é outro obstáculo grave. “A maioria das mulheres negras atua em empregos informais, com pouca proteção e direitos. O trabalho doméstico, por exemplo, concentra grande parte delas, muitas vezes em condições precárias.”

Aquivo pessoal



Ana Dalva: “As pessoas duvidavam que o salão era meu”



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Lição para Trump

Confesso que eu tinha preconceito de americanos, mas fiquei amigo imediatamente de Everett Lee. Ele tinha duas singularidades: a defesa brava do meio ambiente e o hábito de disparar os mais cabeludos vocábulos da língua portuguesa, com um sotaque indefectível de norte-americano: "PQP, vá #%@%!".

Logo que chegou ao Brasil, Lee tomou duas providências: 1) construiu uma casa

de pedra em um condomínio, réplica da que morava no Texas; 2) convidou a secretária e o respectivo marido para um jantar. Pediu a eles que ensinassem os palavrões mais contundentes da língua portuguesa: "Eu precisava saber. Já pensou se me mandassem para aquele lugar e eu agradesse: muito obrigado!".

Certo dia, apareci na casa do amigo americano: "PQP! Você veio na hora certa. Eu quero ser um 'cínico". Eu disse: "Você já é o 'cínico", o líder e o xerife do condomínio." Então, ele cortou: "Aí é que você se engana. Metade gosta de mim, metade eu mandei para aquele lugar".

Eu comentei: já sei, tenho de chegar para aquelas pessoas que você mandou

para aquele lugar e dizer: "É só uma forma carinhosa de se manifestar". Lee ficou entusiasmado, os olhos se acenderam com um brilho intenso de alegria: "PQP!!! Eu sabia que você era meu amigo!". Ele não se eleger porque não quis, mas era do Texas e continuou a ser o xerife do condomínio.

Em outro momento, observei que o Lee tinha dois pés de manga carregados de fruta madura: "PQP! Pode pegar um caminho de manga, você é meu amigo". Mas o Lee também tinha um pedido e uma proposta a fazer: "Negócio é o seguinte: eu arranji uma namorada que morava em uma casa no Lago Norte e tem móveis muito grandes. A sua casa é grande e não tem móveis. Eu posso guardar os móveis

em sua casa por algum tempo?".

De fato, eu estava construindo a casa e vendi todos os móveis. Expliquei: era preciso falar com a patroa e tenho certeza de que ela não vai gostar nada da ideia. É muito franca, não dá voltas para desconversar, diz tudo na lata. Ele replicou com decisão: vamos lá agora. Lee argumentou e recebeu um não fulminante, como eu havia previsto: "De jeito nenhum, eu gosto que as crianças brinquem à vontade. Elas vão pular em cima desses móveis e arrebrantar com tudo".

Lee não se abalou: "Deixa arrebrantar com tudo, não tem importância. #&*@!!!". E, em seguida, ele deu uma aula de negociação que serviu de

parâmetro para mim pelo resto da vida e que eu gostaria que fosse adotado em escala ampla. É com parâmetros corretos e generosos como esse que a gente pode pacificar o país; não é com valores impostos, enfiados goela abaixo: "PQP!!! Eu sou americano pragmático, negócio não pode ser bom só para um lado. Negócio tem de ser bom para as duas partes". É uma lição de pragmatismo norte-americano que Trump deveria aprender, pois é impondo taxas absurdas às nações aliadas que ele fará a América grande novamente. A guerra comercial ao restante do mundo é uma batalha fadada ao fracasso. Aprenda com o amigo americano, Trump. PQP!!!

POLÍTICA PÚBLICA

Espaço oferece 200 vagas para pernoite, destinadas a pessoas em situação de rua, e terá triagem, distribuição de kits de higiene, banho quente, jantar e café da manhã. Unidade é a única do país com local para animais de estimação

Hotel social começa a funcionar

» LETÍCIA MOUHAMAD

Foi inaugurado, ontem, o primeiro hotel social permanente voltado à população em situação de rua do Distrito Federal. Trata-se da única unidade no país, segundo o governo do DF, com espaço destinado aos animais de estimação dos usuários. A estrutura, administrada pela organização social Mãos Solidárias, oferece 200 vagas para pernoite, por ordem de chegada. Localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), o hotel funcionará diariamente das 19h às 8h. O investimento anual será de R\$ 7,4 milhões, com contrato de cinco anos, prorrogáveis por igual período.

"Nada mais digno que dar um local onde elas (pessoas em situação de rua) possam botar a cabeça no travesseiro, se alimentar, fazer suas necessidades e ter toda a oportunidade de ter contato com as políticas sociais do governo. Não tem nada melhor do que devolver para uma pessoa a esperança de prosseguir com sua vida", afirmou o governador Ibaneis Rocha (MDB), durante a solenidade.

O acolhimento inclui triagem, distribuição de kits de higiene, banho quente, jantar e café da manhã. Em um canil, haverá ração, água e acesso a banhos. Quanto a outros pets, os protocolos definitivos estão sendo alinhados junto à Secretaria de Proteção Animal. Também é disponibilizado transporte para os usuários que saem da Rodoviária do Plano Piloto e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), na Asa Sul. Ibaneis ressaltou que parte da população não entende as necessidades desse grupo em vulnerabilidade, visto a dificuldade do GDF em conseguir um local para abrigar o hotel.

"Essa foi uma ideia que surgiu durante a pandemia. Sabemos como aumentou o número de pessoas em situação de rua nesse período e agora a gente consegue concretizar aquilo que, para nós, já foi um sonho. Tentamos implementar o hotel social em vários locais da cidade, mas tivemos algumas dificuldades e resistências", completou Ibaneis Rocha. As instalações do espaço contam com alas separadas para homens, mulheres e famílias, além de refeitório, banheiros e espaços adaptados para acolher os pets dos usuários.

Rede de proteção

A secretária de Desenvolvimento Social (Sedes/DF), Ana Paula Marra, explicou que, além das 200 vagas, há quartos individualizados para pessoas transexuais, a fim de garantir sua segurança, e para usuários que, por ventura, estejam doentes, com alguma infecção. "A intenção é verificar como vai funcionar essa nova modalidade de abrigo para, daqui, a gente encaminhar essas pessoas para uma casa de acolhimento, onde passarão todo o dia se capacitando e trabalhando para, então, terem autonomia e conseguirem se inserir no mercado de trabalho", detalha.

Esta modalidade é diferente dos Centros Pop, onde o acolhimento é diurno, há a possibilidade de os usuários se alimentarem, lavarem suas roupas e terem acesso a demais políticas assistenciais. "O hotel social é a porta de entrada para as políticas sociais do DF. A partir daqui, a gente pretende implementar outras iniciativas para que essas pessoas possam definitivamente sair das ruas. A ideia do governo não é mudar o problema de endereço. É dar dignidade e condições para que saiam da rua", destacou Gustavo Rocha, secretário-geral da Casa Civil e coordenador do

Renato Alves/Agência Brasília



Local inaugurado por Ibaneis Rocha disponibiliza transporte para quem sai da Rodoviária do Plano Piloto e do Centro Pop, na Asa Sul

Letícia Mouhamad/CB/DA Press



Instalações dispõem de alas separadas para homens, mulheres e famílias, refeitório e banheiros

Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua.

O edital lançado prevê 600 vagas para este serviço, sendo 200 por cada entidade. A expectativa é abrir 200 vagas em um novo hotel, que será instalado em Taguatinga, e em

mais outra região administrativa, conforme a demanda. "A intenção é verificar como vai ser essa nova modalidade de acolhimento para, daqui, encaminharmos essas pessoas para uma casa de acolhimento, onde ficarão durante todo o dia, a fim de trabalhar a autonomia desse

indivíduo e inseri-lo no mercado de trabalho", completa a secretária.

Lugar de transformação

Para Juliana de Souza, representante do Instituto Mãos Solidárias, o hotel social será um espaço de

transformação, no qual os usuários terão condições de mudar de vida com as capacitações que serão disponibilizadas. "Muitas pessoas não vão para casas de acolhimento porque não têm onde deixar o animal de estimação. Isso as distancia das demais políticas públicas oferecidas. Então, a partir desse momento, elas (pessoas) vão poder vir, receber cuidados e ter a segurança de que seus bichos também estarão protegidos", contou.

Segundo Rogério Barba, do Instituto Barba na Rua, o diferencial da modalidade está no fato de ser permanente. "Não vamos precisar, todos os anos, peregrinar atrás de acolhimento provisório no frio", comentou. O hotel social foi inaugurado após o encerramento das atividades do abrigo provisório contra o frio, instalado no ginásio do Centro Integrado de Educação Física (Cief), na 907 Sul. Nos dois meses de funcionamento foram feitos mais de 6,6 mil atendimentos na unidade temporária.

MEGA-SENA

R\$ 36 milhões para aliviar o bolso

» MARCELO THOMPSON FLORES

A Mega-Sena acumulada movimentou as casas lotéricas de todo o Brasil. O prêmio, que chega a R\$ 36 milhões, faz muitos brasileiros tentarem a sorte para levar a bolada. As apostas podem ser feitas até as 19h de hoje, em casas lotéricas, pelo portal ou aplicativo Loterias Caixa.

Desempregado, Evaldo Alves, de 51 anos, está com problemas de visão, mas não deixa de lado a esperança de mudar sua situação, incluindo jogar na loteria. "Minha saúde está meio prejudicada, mas agradeço a Deus por estar vivo e poder levantar da cama todos os dias. Sobre a loteria,

sempre faço minha fezinha, já ganhei R\$ 1,8 mil na Lotofácil. Se eu ganhasse na Mega-Sena, faria a cirurgia na minha retina para reparar a vista; depois, doaria uma parte para alguma instituição de caridade ou escola. Com o dinheiro que sobrasse, voltaria para o Nordeste e compraria uma roça", detalha.

Nascida na Bahia, Juliana Souza, 59, não costuma apostar com frequência. Porém, desta vez, resolveu dar chance à sorte. O sonho dela é amparar pessoas que necessitam. "Eu gostaria muito de ajudar as pessoas com o valor do prêmio. Vejo muita gente em situação de rua, gente passando fome, sem ter onde morar, queria

poder ajudá-las, principalmente as crianças. Com esse dinheiro, daria até para construir uma escola, dar educação para as crianças e emprego para as mães", planeja.

A professora Stephanie Torres, 35, mantém sempre o otimismo de acreditar que uma hora vai levar os milhões da Mega-Sena. "Se eu ganhasse, com certeza, iria comprar uma casa e investir na loja de carros do meu marido. Também iria viajar bastante, Europa, Ásia, Oriente Médio, conhecer o mundo", diz a moradora de Taguatinga.

Como apostar

A Mega-Sena paga o prêmio principal para quem acertar os

seis números sorteados. Ainda é possível ganhar prêmios ao acertar quatro ou cinco números entre os 60 disponíveis. O jogador deve marcar de seis a 20 dezenas no volante, podendo também optar que o sistema as escolha (Surpresinha) e/ou concorrer com a mesma aposta por vários concursos consecutivos (Teimosinha).

Este mês, o valor para jogar aumentou. A aposta simples, de seis números, que antes custava R\$ 5, passou para R\$ 6. A probabilidade de ganhar é de um para 50 milhões.

*Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

Marcelo Thompson Flores/CB/DA Press



Evaldo Alves sonha em fazer cirurgia para correção na retina

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br



“Eu acho que a questão fundamental da arquitetura é resolver problemas. Que qualidade a arquitetura deve ter — imprescindível — eu acho que ela deve ser oportuna”
Paulo Mendes da Rocha, arquiteto



Assista à playlist da Capital S/A no Youtube

Evento “Transformar Juntos” debate desenvolvimento econômico e territorial

Brasília está sediando o “Transformar Juntos 2025”, um evento do Sebrae gratuito e aberto ao público que debate desenvolvimento territorial, sustentabilidade e inovação. Com 70 atividades programadas, que começaram ontem e se estendem até amanhã, no Royal Tulip, o encontro é voltado principalmente para agentes de desenvolvimento, gestores públicos e atores de prefeituras e governos estaduais, mas qualquer interessado pode se inscrever pelo site do evento: transformarjuntos2025.com.br.

Crédito: Sebrae



Associativismo e moeda social

Entre os temas abordados, estão associativismo, bancos comunitários e moedas sociais. A sustentabilidade é o pilar central, com discussões sobre transição energética justa, resiliência climática e cidades inteligentes. O empreendedorismo como política de governo também é destaque, reforçando a importância da iniciativa privada no desenvolvimento local.

Empório de expositores regionais

Uma novidade desta edição é o empório de expositores, que trará produtos com indicação geográfica de diversas regiões do Brasil. Os visitantes terão a oportunidade de conhecer e adquirir esses produtos durante os três dias do evento, valorizando a produção local e a riqueza cultural do país.

Participação do ministro do Turismo

O ministro do Turismo, Celso Sabino, durante participação no Transformar Juntos, destacou que o país reúne um amplo conjunto de experiências com ecoturismo sustentável e turismo de base comunitária, consolidando sua posição como referência internacional no setor, com apoio do Sebrae.



Comunidades quilombolas

Entre os palestrantes confirmados, o evento contará com a presença de Leandro Grass, presidente do Iphan, que abordará o tombamento de comunidades quilombolas e sua proteção legal.

Apoio ao pequeno negócio

“Transformar Juntos é uma expressão daquilo que podemos definir como um estado social. Quanto mais abelha, mais mel. Reunimos gestores que possam incluir a pequena economia no mercado”, afirmou o presidente do Sebrae, Décio Lima.



Tarifa de 50% dos EUA impõe cenário de inflação alta e crédito apertado

O quadro ficou mais nebuloso depois de 9 de julho, quando Washington anunciou uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. O dólar se valorizou de imediato, encarecendo insumos e devendo aparecer gradualmente nos preços ao consumidor ao longo do segundo semestre. A combinação de real mais fraco, serviços ainda pressionados e energia elétrica em alta — a conta de luz subiu 2,96% em junho, puxando o grupo habitação para 0,98% — mantém o poder de compra apertado e limita espaço para uma recuperação mais firme do consumo. Diante desse ambiente, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) preserva suas projeções para o IPCA, que deve encerrar 2025 em 4,4%, acima do centro da meta.

Renda real comprimida

O Banco Central não encontrará espaço seguro para cortes enquanto os núcleos de inflação não cederem de forma consistente. Segundo a CNC, mesmo que parte da produção que seria exportada para os EUA volte-se ao mercado interno, a renda real comprimida, o crédito caro e os serviços com custo elevado persistente compõem um cenário que segue exigindo cautela do setor terciário.

Para economista, Brasil tem know-how em enfrentamento de crise

“Os EUA são uma potência em decadência e não estão sabendo administrar isso. Trump é um ególatra. E a melhor forma de lidar com ele é ignorar. Não vale a pena o Brasil retaliar comercialmente e intensificar a escalada de tarifas. O Brasil tem outras saídas para se resolver, e amenizar os impactos. O país se saiu bem na crise internacional de 2008 e na crise mundial da pandemia de covid-19. Temos instrumentos para enfrentar a situação de agora”, disse o professor do Departamento de Economia da UnB José Luís Oreiro, em entrevista ao CB.Poder, ontem.

ESCOLHA A $\times + - = \%$

ESCOLA DO SEU FILHO 2025



Faça parte dessa iniciativa:
Entre em contato com a equipe comercial!

As salas de aula estão mais tecnológicas, colaborativas e centradas no aluno. Um novo modelo de ensino surge — mais inclusivo, flexível e preparado para o futuro.

Ciente dessa realidade, o Correio Braziliense apresenta a nova edição do projeto Escolha a Escola do Seu Filho: uma oportunidade exclusiva para escolas que acreditam no poder da educação como chave da transformação.

Patrocínio



Apoio

Apoio de Comunicação



Realização



TRAGÉDIA/ Parentes e amigos das seis vítimas se despediram com orações e balões brancos. Apenas uma criança sobreviveu

Adeus à família morta em acidente

» NATHÁLIA QUEIROZ

Sob o canto de novenas e segurando balões brancos, amigos e familiares se despediram ontem, no cemitério Campo da Esperança, dos seis integrantes da família Lima, vítimas de um trágico acidente na BR-153, em Fátima (TO). Moradores da Estrutural, todos estavam no mesmo veículo, um Toyota Corolla Cross XR20 branco, que colidiu de frente com uma carreta no km 560 da rodovia, na última segunda-feira.

Durante a despedida, o vento balançava os balões, que, em determinado momento, foram soltos ao céu, em um gesto de amor e dor dos que estavam presentes. Palmas preencheram o silêncio e uma criança, que estava no local, imediatamente falou: "Eles acabaram de chegar no céu, né, papai?", que concordou.

Os presentes se despediram de Hilton Lima, de 42 anos; Mikaela Lima, de 28; Yasmin Lima, de 12; Valdina Lima Mathey, de 68; Ana Júlia Lima, de apenas 6 anos; e o pequeno Heitor Lima, bebê de 5 meses. A única sobrevivente do acidente foi Lorena Lima, de 2 anos, que recebeu alta e segue sob os cuidados de familiares.

Nathália Queiroz/CB.Press



No sepultamento no Campo da Esperança, balões foram soltos ao céu, em um gesto de amor e dor dos que estavam presentes. Palmas preencheram o silêncio

Dor coletiva

Para moradores da Estrutural, a dor é sentida por todos. "Todos que se foram eram pessoas muito queridas, não é à toa que tem tanta gente aqui no enterro. Eram trabalhadores, batalhadores. Fui amigo do Hilton e da Mikaella por

muitos anos", disse Walter Alex, 45 anos, bombeiro civil e amigo da família. Ao **Correio**, ele mostrou o último vídeo gravado e publicado por Mikaella nas redes sociais, em que ela estava sob o comando da direção do veículo, com um sorriso no rosto.

Suzane Paula, 36, cresceu ao

lado de Mikaella. "Essa história toda é uma fatalidade. Fomos amigas de infância. Brincamos muito juntas, tínhamos muita proximidade quando éramos pequenas. Nossa comunidade estava de luto desde a morte de Ruan Victor, que foi encontrado morto na Estrutural no sábado". Ressentida, Suzane conta que, com

a família Lima, agora são sete perdidas em apenas uma semana.

Relembra o caso

A família Lima havia viajado para o interior do Pará para visitar parentes. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Tocantins informou que a

colisão frontal ocorreu entre o Corolla Cross XR 20, da família Lima, e uma carreta, no km 560. Quatro mortes foram confirmadas no local, enquanto outras duas vítimas não resistiram aos ferimentos após serem levadas para um hospital da região. A perícia da Polícia Civil foi acionada para investigar as causas do acidente.

JUSTIÇA

Liminar interrompe derrubada na Fazendinha

» DAVI CRUZ

Após três dias de operação de derrubadas da Secretaria DF Legal na região conhecida como Fazendinha, uma liminar foi concedida pelo juiz titular da Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF, Carlos Maroja, suspendendo de forma imediata as ordens de remoção dos moradores do Trecho III do Sol Nascente.

A liminar foi obtida pelo advogado e professor da Faculdade de Direito da UnB Eduardo Xavier Lemos, representante legal do Instituto Filhas da Terra. A decisão reconheceu o direito da comunidade à moradia digna e determinou a retomada do processo por meio do diálogo. Ao **Correio**, Lemos disse que a po-

pulação foi "alvo do uso exacerbado da força por parte da segurança pública, atingindo, principalmente, mulheres e crianças".

"A decisão freia a violência ocorrida na última semana, quando os moradores foram desalojados sem notificação prévia e sem a apresentação de um cronograma por parte da Sedes. Além disso, não foi oferecida nenhuma política social ou habitacional às famílias. Houve uso excessivo da força, com emprego de gás lacrimogêneo, balas de borracha e da cavalaria da PMDF", afirmou o advogado.

Ela explica ainda que a medida liminar estanca os despejos até que seja apresentado um cronograma, além de aplicar uma série de condicionantes para operações futuras do GDF, como o prévio levanta-



DF Legal derrubou 200 metros de muros e 500 metros de cercas do Trecho III do Sol Nascente

mento das pessoas em situação de vulnerabilidade social ali presentes e a indicação da alternativa de moradia para as famílias.

O DF deverá, ainda, informar o cronograma das próximas remoções,

que devem seguir regras específicas, como: presença de servidores da Sedes para orientar os removidos, ambulância ou viatura adequada para pessoas com deficiência ou doentes, acompanhamento do Conselho Tu-

telar quando houver crianças e adolescentes, uso moderado e excepcional da força, e permissão para que a imprensa e interessados registrem as ações em áudio e vídeos, desde que respeitem a segurança do local.

Até o momento, o apoio à causa veio de 14 entidades e personalidades do DF. E o advogado informa que o próximo passo é o protocolo de uma Ação Civil Pública para tratar sobre a questão da moradia na Fazendinha.

Entenda

A operação da Secretaria DF Legal, iniciada em 16 de julho, tinha como alvo uma ocupação irregular em área de preservação permanente junto a uma bacia de contenção. A ação foi motivada por recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), devido ao risco de enchentes e à proteção ambiental.

Focado na remoção das construções consideradas irregulares, a DF Legal derrubou dezenas de casas. Além disso, fossas sépticas, postes e cercas foram destruídos, e redes de água e energia tiveram a estrutura cortada. (NQ)

INSEGURANÇA

Cães de rua atacam pedestres no DF

» VITÓRIA TORRES*

O que deveria ser apenas mais um treino matinal virou pesadelo para a pediatra Naheri de Almeida Pennafort, 40 anos, ontem. Ao sair para correr pela L4 Norte, ela se viu cercada por cerca de 10 cães de rua, que a atacaram. Com mordidas nas panturrilhas, coxas, nádegas e costelas, ela foi socorrida pelos bombeiros e levada ao hospital. Lá, descobriu que sofreu fraturas no pulso e aguarda o procedimento cirúrgico necessário para recuperação.

Na L2 Norte, uma matilha de cães tem sido cuidada por uma moradora em situação de rua que enfrenta dificuldades em controlar o comportamento dos cães, que avançam contra pedestres e funcionários de instituições vizinhas, incluindo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Relatos de ataques frequentes a funcionários e cidadãos têm sido

recebidos, com os cães mordendo pessoas, atacando bolsas e até rasgando roupas. Esse foi o caso do consultor técnico, Daniel Curado, 29, que descreveu a tensão que viveu ao ser cercado por uma matilha de cachorros enquanto chegava à portaria da Opas. "De longe, vi os cachorros correndo em direção a mim. Tentei ignorar, mas eles começaram a me cercar e a me morder. As mordidas não eram profundas, eram mais de provocação. Mas, quando comecei a correr, a mordida de um deles conseguiu atravessar a minha calça e me feriu. Foi uma mordida leve, mas sangrou um pouco, atrás do meu joelho", contou.

As instituições envolvidas estão tomando medidas, mas os desafios são grandes. A OPAS, em nota ao **Correio**, relatou que, desde fevereiro deste ano, tem buscado soluções com o apoio de órgãos do Governo do DF, como Zoonoses e a Secretaria de Proteção Animal. A OPAS também reforçou orientações aos

seus funcionários, oferecendo suporte para tratamentos em casos de mordeduras e recomendando a formalização de boletins de ocorrência. Em paralelo, a organização iniciou um processo para garantir que seus trabalhadores tenham transporte seguro, sem correr o risco de novos ataques.

Remoção ineficaz

O assistente executivo Rodrigo Ribeiro, 39, viveu o mesmo que Daniel há cerca de quatro meses. "No dia do meu ataque, eu estava descendo a rua para trabalhar, quando notei alguns cachorros chegando e uma moradora em situação de rua empurrando um carrinho de compras. Um deles acabou mordendo a minha perna esquerda, embaixo da panturrilha. Essa situação se repetiu com outras pessoas", contou.

A Secretaria de Proteção Animal do DF (Sepan) enviou uma equipe técnica para tentar capturar e cas-

trar os cães. "A tutora demonstra forte vínculo afetivo com os animais e resistência à separação, o que torna ineficaz a remoção. Considerando sua condição de vulnerabilidade social, qualquer medida de responsabilização depende de avaliação conjunta com órgãos competentes, dentro das políticas públicas de assistência e saúde", explicou a Sepan.

Já a Gerência de Vigilância Ambiental de Zoonoses (GVAZ) deixa claro que não possui competência para recolher animais sem vínculo epidemiológico, conforme estabelecido no decreto Nº 39.546/2018. "Sinalizamos que não está nas competências regimentais desta GVAZ o recolhimento de animais nas condições de possíveis maus tratos, acumuladores e/ou situação de abandono".

Cuidados

A Secretaria de Saúde (SES-DF) alerta para os cuidados imediatos após um ataque de cão: lavar o ferido



Leonardo Rodrigues/CB/DA Press

Moradores relatam ataques de cachorros em algumas vias da capital

mento com água e sabão e procurar atendimento médico para avaliar a necessidade de vacinação antirrábica ou antitetânica.

Em 2025, até o início de julho, o número de vacinas aplicadas contra raiva e tétano aumentou, com 16.034 doses de antirrábica, quase o dobro das 8.580 doses de 2024 e das 11.349 de 2023. Além disso, 201.465

doses de vacinas com componente antitetânico foram aplicadas, enquanto em 2024 foram 177.414 doses e, em 2023, foram 158.185. Isso pode indicar uma quantidade maior de acidentes com animais, especialmente mordeduras.

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos em 23 de julho de 2025

» Campo da Esperança

Ana Júlia Barbosa Lima Mathey, 5 anos
Antônio Carlos Teodoro, 60 anos
Antônio de Deus Viana da Conceição, 41 anos
Carlos Benvenuto Pereira da Silva, 86 anos
Catarina Vieira Duarte, 86 anos
Célio de Castro, 99 anos
Clécio Leite Dias, 31 anos
Demóstenes Meneses Evaristo, 60 anos
Elza Cardoso da Silva, 88 anos
Fernando Oliveira Soares da Fonseca, 89 anos

Heitor Barbosa Lima Mathey, menos de 1 ano
Hilton Lima Mathey, 41 anos
Ivon Mualen da Fonseca, 76 anos
Juvencio de Jesus Mendes, 84 anos
Luiz Alberto Lovato, 85 anos
Luiz Coelho de Brito, 79 anos
Maria Bartolomea Alves da Silva, 78 anos
Maria do Socorro Landim Fialho, 89 anos
Maria José Garcia Maranhão, 92 anos
Maria Sampaio Gonçalves, 86 anos
Maria Valdina Lima Mathey, 68 anos

Maronildo José Sousa, 62 anos
Mikaela Lima Barbosa, 28 anos
Alice da Silva Barbosa, menos de 1 ano
Maria Elizabeth Bessa Vieira, 75 anos
Túlio Marcos Leandro, 60 anos
Wilson Elias de Carvalho, 76 anos
Wilta da Silva Santos, 91 anos
Yasmin Barbosa Lima Mathey, 12 anos

» Taguatinga

Antônio Viana Sobrinho, 79 anos
Carlos Alberto Botelho Moraes, 70 anos
Daniely Diniz de Oliveira, 43 anos
Ermina Pinto Barboza, menos de 1 ano

Francisco Alves Barbosa, 69 anos
Henry Tavares Moraes, menos de 1 ano
João Bosco Clemente, 74 anos
João Miguel Santos Antunes, 11 anos
José Coelho de Sousa, 82 anos
José Lopes de Araújo Filho, 38 anos
Luís Gomes de Mesquita, 70 anos
Luzimar Frutuoso Diniz, 65 anos
Maria Ferreira Tolentino, 85 anos
Martúcia Alves Amaral, 65 anos
Orione Martins Castro, 76 anos

» Gama

Alexandra Pereira dos Santos, 94 anos

Ana Correia de Faria, 86 anos
Maria Leitão de Santana, 81 anos
Miguel Pereira dos Santos, 55 anos
Odezina Ferreira dos Santos, 87 anos

» Planaltina

Damião Joaquim de Araújo, 58 anos

» Jardim Metropolitano

Carlos José Alves Pinheiro, 51 anos
Gabriel Conrado Vivanco Sandoval, 83 anos (cremação)
Maria Terezinha de Oliveira, 85 anos (cremação)

COM PROGRAMAÇÃO GRATUITA E NOVAS ATRAÇÕES NO ZOO, BRASILIENSES E TURISTAS APROVEITAM OS ÚLTIMOS DIAS DE RECESSO ESCOLAR PARA CURTIR OS ANIMAIS E A NATUREZA



Leticia Vitória com o filho, Heitor, e a sobrinha, Maria Helena



Família contempla o banho do elefante Chocolate



Nonato (camisa azul) e família foram conferir as atrações

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press - Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Chicão, um macaco-aranha-de-testa-branca, veio do Zoológico de Goiânia para se juntar à fêmea Kika, residente em Brasília desde 2019



Pato do Mato, conhecido popularmente como Pato Selvagem

DE FÉRIAS COM OS BICHOS



Macaco prego passeia com filhote pelos recintos do zoo

» DAVI CRUZ

O Zoológico de Brasília é um ponto de encontro para famílias que buscam aproveitar os últimos dias das férias de julho em contato com a natureza. Além de ver de perto animais como elefantes, onças e macacos, o parque preparou uma programação especial para os visitantes, que podem participar de atividades recreativas e educativas, como teatro, pintura de rosto e brinquedos infláveis. Com entrada gratuita no sábado (26) e no domingo (27), o público poderá aproveitar o espaço das 9h às 17h.

Além de ser um dos destinos mais buscados pelos brasilienses, o parque tem atraído turistas de várias partes do país. Como é o caso de Raimundo Nonato Lira Serrati, 58 anos, morador de Dom Pedro (MA), que veio à Brasília visitar os parentes e aproveitou a oportunidade para conhecer o zoo. “Estava ansioso para vir porque vi pelas fotos e me encantei com o espaço. Conhecemos o elefante, macacos e rinoceronte”, disse o comerciante cheio de empolgação durante a visita, ontem.

A nora de Nonato, Ana Beatriz Pereira, 19, autônoma, reside na capital e foi a ponte para o encontro do maranhense com o parque. Ela acredita que o zoológico proporciona algo além da diversão. “Costumo vir aqui pela tranquilidade. Sentimos muita paz nesse ambiente e eu amo”, destacou. A jovem ainda revelou quais são os seus animais favoritos que não deixa de visitar. “Gosto de ver as serpentes, os macaquinhos, a zebra, a onça e a capivara também”, afirmou. Cunhada de Ana Beatriz, a pequena Sara Silva, 6, não escondeu a alegria e o entusiasmo. “É um dos melhores dias da minha vida. Gostei de ver o elefante e a girafa com a minha família”, enfatizou.

O servidor público, Pedro Mendonça, 41, relatou que visitou o zoo pela segunda vez somente nesta semana por conta da



Presença marcante nas ruas da capital próximas ao lago Paranoá, a capivara também é atração do zoo

filha Marina, 4, e do sobrinho Calebe, 7. “Eles adoram o zoológico. Voltei a frequentar depois que ela nasceu. Gosto de ensinar a ela um pouco sobre a natureza e o respeito aos animais”, contou. O pequeno Calebe também elencou suas visitas favoritas. “Gostei do tamanduá e do elefante, porque foi muito legal ver eles de perto”, contou.

Para Janaína Barreto, 43, o passeio foi ainda mais especial por marcar a primeira visita do filho Dante, 6, ao zoológico. “Ele queria ver o hipopótamo, o elefante e as aves. Está sendo um momento marcante e bem proveitoso, porque queríamos

aproveitar ao máximo esses últimos dias de férias”, contou. O pequeno aprovou a programação. “Quero vir outras vezes. Gostei da onça e do macaco porque só tinha visto eles na TV e agora são os que mais gosto”, revelou.

Segundo o diretor-presidente do Zoológico, Wallison Couto, a iniciativa busca proporcionar experiências únicas nesse período. “Preparamos com muito cuidado essa programação especial, para que as crianças e suas famílias possam vivenciar momentos de aprendizado, diversão e conexão com os animais e com a natureza”,

destacou. A programação substitui, neste ano, a tradicional Colônia de Feras, que foi suspensa por conta do fechamento temporário do parque como medida preventiva contra a gripe aviária.

Novo morador

Além das atrações recreativas, o zoológico também celebra a chegada de Chicão, um macaco-aranha-de-testa-branca que veio do Zoológico de Goiânia para se juntar à fêmea Kika, residente em Brasília desde 2019. A chegada dele faz parte de uma

Serviço

Zoológico de Brasília

Dias:
26 e 27 de julho (sábado e domingo).

Funcionamento do parque:
8h30 às 17h (entrada até 16h).

Entrada gratuita

de espécies ameaçadas. Segundo a classificação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a espécie está na categoria “em perigo”, o que demanda esforços coordenados e urgentes das equipes de conservação.

“Chicão e Kika podem, no futuro, contribuir para a reprodução dessa espécie. Além disso, a chegada do Chicão representa um importante avanço para o bem-estar de ambos e, ainda, para o manejo de uma espécie em perigo de extinção em um ambiente controlado”, explicou Wallison Couto.

A espécie pode ser encontrada nos estados do Pará e Mato Grosso. Os macacos-aranha-da-testa-branca têm a pelagem totalmente negra e possuem esse nome porque a face é composta por alguns pelos brancos. A espécie se destaca pela agilidade, pois possui braços longos e uma cauda que colabora para o deslocamento entre os galhos.

Leticia Vitória Matias Oliveira, 23, autônoma, aproveitou a tarde para fazer uma visita ao parque com a prima Maria Helena, 6, e o filho Heitor Lucca, 7. Segundo ela, o programa é tradição nas férias. “Gosto desse contato com a natureza e de sentir a paz que esse espaço oferece. Os pequenos também contaram o que mais gostam de visitar “Gostei de ver de pertinho a capivara e o macaco Chicão”, respondeu Heitor.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Fla confirma Saúl

O Flamengo oficializou, ontem, o meio-campista Saúl Níguez. O experiente espanhol, de 30 anos, assinou contrato até dezembro de 2028. O reforço pertencia ao Atlético de Madrid, mas estava emprestado ao Sevilla e jogará fora da Europa pela primeira vez na carreira. Ele herdou a camisa oito de Gerson.



Gilvan de Souza/Flamengo

BRASILEIRÃO No encontro dos melhores clubes do Brasil na Copa do Mundo, Palmeiras conta com gol decisivo de Vitor Roque, vence no Maracanã e amplia sequência positiva. Fluminense acumula terceira derrota após o retorno da Série A

Embalado alviverde

No duelo entre os dois melhores brasileiros na Copa do Mundo de Clubes da Fifa, o Palmeiras derrotou o Fluminense de virada, no Maracanã, e se fortaleceu na Série A do Campeonato Brasileiro. Vitor Roque foi decisivo no triunfo por 2 x 1 dos paulistas, definido com um gol do talentoso atacante contratado para resolver. O tricolor, por outro lado, segue afundado na dificuldade de vencer.

O Tigrinho fez tudo sozinho na jogada do gol, levando o time aos 29 pontos. Roubou a bola, driblou o zagueiro e marcou, ficando cada vez sob menor pressão. Se Abel falara que o atacante vinha jogando com "50kg nas costas" devido à cobrança para corresponder às expectativas, essa carga parece ser menor agora.

Foi igualmente importante o gol de Maurício, no fim do primeiro tempo, quando o Palmeiras era pressionado e nada produzia. O lance do meia-atacante saiu graças a um frango de Fábio, que recolocou o time alviverde, antes combalido, na partida. O Fluminense foi à rede com Cano e era melhor em campo. Mas não manteve o ritmo no segundo tempo e levou a virada.

O futebol palmeirense é paupérrimo em 2025. Trata-se de uma equipe sem intensidade, criatividade e que pouco cria e finaliza. No entanto, existe uma virtude importante no Palmeiras: a competitividade. Até quando se apresenta mal, com seus defeitos habituais, a formação alviverde é valente, concentrada e capaz de competir. Foi assim que descolou a virada e saiu do Rio com três pontos.

O Fluminense, no entanto, segue com dificuldades de engrenar no Brasileirão. Após a Copa do Mundo de Clubes, o tricolor perdeu para Cruzeiro, Flamengo e Palmeiras — todos os confrontos realizados no Estádio do Maracanã. No sábado, o alviverde encara o Grêmio no Allianz Parque, às 21h. No domingo, o tricolor visita o São Paulo no MorumBis, às 16h.

Cesar Greco/Palmeiras



Dos 70 gols marcados pelo Palmeiras nesta temporada, 14 saíram dos pés de Vitor Roque ou Maurício, o equivalente a 20% das bolas na rede

"Com certeza, saiu um peso. Estou muito feliz, grato a Deus que tem me sustentado. Mais do que ninguém, eu sei da fase que estou passando, fase difícil, difícil de sair também. Atacante tem que fazer gols"

Vitor Roque, atacante

Tricolor mira embalar e fugir do Z-4

A vitória do São Paulo sobre o Corinthians é que embala o time para visitar o Juventude, no Alfredo Jaconi, hoje. A partida que encerra a 16ª rodada do Campeonato Brasileiro (com exceção aos jogos adiados), começa às 19h. O triunfo no clássico deu folga para o tricolor em relação à zona do rebaixamento. Entretanto, a equipe ainda ronda o Z-4 e precisa vencer para saltar à parte de cima.

Hernán Crespo deve manter a base do time titular da última rodada. O lateral-esquerdo Enzo Díaz até foi relacionado, mas deve ficar no banco. Ele foi cortado do clássico por uma indisposição, que o fez perder peso. O substituí-

to foi Wendell, que deu assistência para um dos gols de Luciano.

Uma mudança obrigatória será Oscar, fora por dois meses por causa de uma fratura na coluna. O meia se junta a Lucas Moura. O jogador passou por novo procedimento no joelho direito, na última semana, e segue em recuperação. As ausências podem levar Crespo a montar um time menos ofensivo, com o trio Bobadilla, Alisson e Marcos Antônio no meio. As alternativas ofensivas no banco serão Ferreirinha e Dinennno.

O Juventude vem de uma goleada para o Cruzeiro. O time precisa de uma vitória para tentar deixar a zona do rebaixamento. O

retrospecto, porém, não é favorável neste sentido. Em 14 encontros com o São Paulo com mando gaúcho, o resultado mais comum foi o empate (sete). São, ainda, quatro vitórias alviverdes e três paulistas.

Por outro lado, os 11 pontos conquistados pela equipe foram em casa. Até aqui, o Juventude venceu, no Alfredo Jaconi, Ceará, Vitória e Sport, além de empatar com Mirassol e Fluminense. As derrotas em casa foram para Atlético-MG e Grêmio. O time de Claudio Tencati pode ter como novidade Lucas Fernandes. O meia revelado pelo São Paulo volta ao Brasil após passagem pelo futebol português.

Líder não sai do zero em SP

O Cruzeiro manteve a invencibilidade em jogos oficiais, mas não passou do empate com o Corinthians, ontem. As equipes ficaram no 0 x 0, em partida da 16ª rodada do Campeonato Brasileiro, disputada na Neo Química Arena, em São Paulo. Poucas foram as grandes chances do confronto, que colocou frente a frente o líder e o décimo colocado da competição. Para os mineiros, no entanto, o placar foi suficiente para segurar a ponta da classificação.

No reencontro com o goleiro Cássio, o Corinthians atingiu a marca de 20 pontos. A equipe paulista está na 10ª posição da tabela, com retrospecto de cinco vitórias, cinco empates e seis derrotas. A situação ocorre em meio a uma crise no clube paulista, impactada pelos recorrentes problemas administrativos.

O Cruzeiro pressionou o Corinthians no início e levou perigo com finalização do atacante Kaio Jorge. Ele avançou, chutou forte e viu o goleiro Hugo Souza pular no canto para defender. Depois, o ritmo da partida diminuiu. a Raposa se defendeu bem, com destaque para o zagueiro Fabrício Bruno, que anulou o atacante Memphis Depay ao longo de toda a primeira etapa. O Corinthians incomodou pouco a defesa celeste.

O jogo não mudou muito no segundo tempo. Mais organizado, o Cruzeiro 'deu as caras' no ataque e pressionou, principalmente com o meia-atacante Matheus Pereira e o ponta Marquinhos. A defesa fez bom papel, neutralizando a maior parte das jogadas ofensivas do Corinthians, mas deu mais brechas que no primeiro tempo. Quando foi exigido, o goleiro Cássio cumpriu seu papel e boas defesas em chutes de Depay. Nos últimos minutos, o time paulista fez uma 'blitz' na área celeste. A Raposa quase levou um gol nesse momento, mas o zagueiro Lucas Villalba tirou em cima da linha e garantiu o 0 x 0.

SUL-AMERICANA

Atlético-MG busca vaga para minimizar crise

Os débitos financeiros com o elenco provocaram uma semana tumultuada no Atlético-MG. Convivendo com notificações extrajudiciais dos atletas e até ameaças de rescisão não concretizadas — como no caso do atacante Rony —, o Galo tenta focar no campo e amenizar a crise com uma classificação. Em vantagem, o alvinegro recebe o Bucaramanga, às 21h30, na Arena MRV, para avançar às

oitavas de final da Sul-Americana.

Ontem, a diretoria se reuniu com os jogadores para amenizar o desconforto dos atrasados de pagamentos. Um dos donos da SAF do Galo, Rubens Menin prometeu quitar os passivos progressivamente. O fim da dívida está programado para 2 de agosto. Enquanto os dirigentes se explicavam aos atletas na Arena MRV, alguns torcedores — cerca

de 100 pessoas — estiveram ao redor do estádio alvinegro para protestar contra a gestão.

O Galo joga em casa em vantagem. No jogo de ida, o time brasileiro venceu os colombianos, por 1 x 0, fora de casa. Assim, qualquer empate é suficiente para garantir a sobrevivência na Sul-Americana, um dos torneios tratados como prioridade pela comissão técnica para a

temporada 2025. Os visitantes precisam ganhar por dois ou mais para avançarem no tempo regulamentar. Se triunfarem por um de frente, forçam os pênaltis.

Diante do cenário, o Atlético-MG celebra chegar ao jogo pacificado. Resta, agora, confirmar o favoritismo no gramado para a relação não voltar a azedar no aguardo do cumprimento da promessa da diretoria.

Pedro Souza/Atlético-MG



Time mineiro aposta em Hulk para jogar bem e vencer na Arena MRV

NO CASTELÃO

O Mirassol continua surpreendendo na primeira participação na elite do Campeonato Brasileiro. Na noite de ontem, a vítima foi o Ceará, superado por 2 x 0, pela 16ª rodada, mesmo jogando na Arena Castelão, em Fortaleza. Chico da Costa e Negueba marcaram os gols dos paulistas e garantiram a vitória fora de casa.

VASCO

O Vasco conseguiu uma boa notícia na manhã de ontem. O clube carioca reverteu o transfer ban da Fifa e pode voltar a contratar jogadores na temporada. A entidade havia aplicado a punição por causa da dívida cruzmaltina com o Newell's, da Argentina, pela contratação do volante Juan Sforza.

FORTALEZA

Contratado no início da temporada 2025, o zagueiro David Luiz, de 38 anos, pode deixar o Fortaleza. O defensor recebeu uma proposta do Pafos FC, do Chipre, e a tendência é que aceite a transferência. O "ok", porém, só deve ser dado após a reunião com Marcelo Paz, CEO do clube, e o técnico Renato Paiva.

LIVERPOOL

O Liverpool anunciou, ontem, a contratação do atacante francês Hugo Ekitike, que se juntará ao campeão da Premier League após uma temporada e meia no Eintracht Frankfurt, da Alemanha. "O jogador de 23 anos passou com sucesso nos exames médicos e acertou os termos pessoais com os Reds", divulgou o clube inglês.

BARCELONA

O Barcelona confirmou, ontem, a contratação do atacante inglês Marcus Rashford, do Manchester United, por empréstimo até junho de 2026. Segundo a imprensa espanhola, o clube catalão vai arcar com 100% do salário do jogador. Quanto à opção de compra, o valor seria de 30 milhões de euros (cerca de R\$ 195,6 milhões).

ROMA

A Roma fechou com o atacante irlandês Evan Ferguson junto ao Brighton da Inglaterra. O valor da operação é de 40 milhões de euros (R\$ 260 milhões na cotação atual). Ferguson, de 20 anos, é uma das grandes promessas do futebol irlandês. Ele já disputou 18 jogos e marcou quatro gols pela seleção do país.

ESPORTES

VÔLEI Julia Bergmann nasceu em Munique, mas foi lapidada no Brasil e pode decidir a classificação na VNL contra Alemanha

O talento "importado"

VICTOR PARRINI

Julia Isabelle Bergmann. Pelo sobrenome, você deve desconfiar que ela tem um "pé-zinho" fora do Brasil. E tem mesmo. Filha de pai alemão e de mãe brasileira, nasceu em Munique, mas se mudou para Santa Catarina aos 10 anos. Viveu em Brusque, onde a paixão pelo vôlei se desenvolveu e a portas dos ginásios se abriram para viver do esporte. Embora tenha raízes na Alemanha, jamais cogitou "virar a casaca". Como consequência do destino, defende a Seleção Brasileira em duelos eletrizantes e decisivos contra o país de nascimento, como o de hoje, às 15h, pelas quartas de final da Liga das Nações (VNL). O SporTV2 transmite.

"Nunca pensei em jogar pela Alemanha, pois foi no Brasil onde comecei no vôlei, aos 11 anos. Todo meu crescimento no vôlei foi no Brasil. Sou muito grata pelas pessoas que fizeram parte desse processo, desde a base até agora", contou Julia Bergmann em entrevista ao **Correio**, durante passagem da Seleção por Brasília.

Apesar da relação com a Alemanha, Julia costuma encarar os duelos contra a Alemanha com naturalidade. "Nunca tive essa rivalidade. Acredito que estão fazendo um bom trabalho. Conversei com algumas meninas de lá algumas vezes. É um time alto e muito bom. Não podemos subestimar. Não existe nada de rixa ou sentimento contra a seleção", desmistificou.

O confronto de hoje não será o primeiro de Julia contra a Alemanha nesta temporada. Em 7 de junho, anotou 15 pontos e foi um dos elos entre a Seleção e vitória suada na fase classificatória, no Rio de Janeiro, por 3 sets a 2. Além das alemãs, a França levou jogo contra o Brasil para o tie-break. A Itália foi a única

Fivb/Divulgação



Julia Bergmann na VNL: 159 pontos em 12 partidas. Ponteira está a 13 de assumir o posto de principal do Brasil na competição

"Nunca pensei em jogar pela Alemanha, pois foi no Brasil onde comecei. Todo meu crescimento foi no Brasil. Sou muito grata pelas pessoas que fizeram parte do processo"

Julia Bergmann, ponteira do Brasil

» Bronze para elas

Após a derrota para o Japão na semifinal, a Seleção Brasileira feminina de vôlei fechou a campanha nos Jogos Mundiais Universitários com medalha de bronze, após derrotar a Alemanha por 3 sets a 1 (25/23, 21/25, 25/15 e 25/23). Hoje, a equipe masculina do país busca o ouro, contra a Polônia, às 15h.

equipe a desbancar o time treinado por José Roberto Guimarães.

Embora a fase seja boa, a partida demanda alto nível de concentração do Brasil. Qualquer descuido pode resultar na eliminação e em nova frustração de conquistar o inédito título da Liga das Nações. No ano passado, o cenário era melhor na fase aguda, mas teve desfecho melancólico. O Brasil ostentava 13 jogos de invencibilidade até perder para o Japão na semifinal.

Os melhores resultados do Brasil no torneio criado em 2018 para substituir o Grand Prix são os vices nas edições de 2021 e de 2022 para Estados Unidos e Itália, respectivamente.

Por essa e outras, todo cuidado é pouco. A Alemanha assegurou vaga nas quartas de final com a segunda pior campanha, mas ensaia crescer no mata-mata. A seleção tem a melhor receptora da competição, a

ponteira Lina Alsmeyer, com 106 bolas amortecidas, e a segunda sacadora mais eficiente da liga, a central Weitzel, com 19 aces.

"O jogo será difícil. Sabemos que elas têm uma boa qualidade no ataque e no bloqueio. Jogamos contra elas na primeira semana, mas nos preparamos durante toda a competição, e agora é a hora de fecharmos com tudo", analisou na véspera do confronto.

Hoje, Julia pode assumir o posto de principal pontuadora do Brasil nesta edição da VNL. Responsável por 159 pontos da Seleção no torneio, o talento "importado" está a 12 bolas de se igualar à companheira Ana Cristina, desfalque devido a uma lesão no menisco.

O retrospecto recente é favorável à Seleção Brasileira, com vitórias nos últimos cinco jogos contra as alemãs. O placar mais comum nos duelos

tem sido de 3 sets a 1. O vencedor de hoje enfrentará na semifinal de sábado Japão ou Turquia, que medem forças nesta quinta-feira, às 11h30.

Ontem, a Itália prolongou a invencibilidade ao confirmar o favoritismo e despachar os Estados Unidos, por 3 sets a 0, com parciais de 25/22, 25/21 e 28/26. As atuais campeãs olímpicas e da Liga das Nações terão pela frente a Polônia, algozes da China com o triunfo por 3 a 2.

BRASÍLIA

Ricardo Oliveira assume como VP de futebol

MEL KAROLINE*

Durante mais de duas décadas, o ex-atacante Ricardo Oliveira brilhou pelos gramados do Brasil e do mundo e encerrou a carreira de jogador profissional no Brasília FC, tradicional clube da capital federal. Ontem, o Colorado o anunciou como novo vice-presidente de futebol, no ano em que a instituição celebra 50 anos de história.

Conhecido como "O Bom Pastor", devido à dedicação à função religiosa na Assembleia de Deus, Ricardo construiu uma trajetória de sucesso no futebol mundial. Com currículo extenso, o atacante teve passagens marcantes pelo Santos, São Paulo, Atlético Mineiro, Betis e Milan. Além de vestir a camisa da Seleção Brasileira e conquistar os títulos da Copa América de 2004 e da Copa das Federações de 2005 com a Amarelinha.

Em 2023, o jogador foi anunciado pelo Brasília para

Divulgação/Brasília FC



O ex-jogador faz parte do projeto de retorno do Brasília à elite do DF

disputar o Candangão, chegando para ser um dos principais reforços do clube naquela campanha. Em julho, aos 43 anos, anunciou oficialmente a aposentadoria, com uma marca de 800 jogos na carreira.

Terceiro maior detentor de troféus do Campeonato Candangão, com oito taças, o Brasília inicia reformulação visando o retorno à elite do Distrito Federal. No próximo mês, o Colorado inicia a saga na segunda divisão local. "O futebol está mudando. E quem se adapta primeiro lidera. O Brasília FC tem potencial para se tornar um case no novo

ciclo do futebol brasileiro", analisou Ricardo Oliveira

Ricardo Oliveira estabelece pilares para a gestão como vice-presidente do Brasília, como reestruturação esportiva e administrativa em um projeto de quatro anos, desenvolvimento da base, ampliação da presença digital e outros tópicos.

A chegada de Ricardo Oliveira oxigena os bastidores e resgata parte do prestígio do Brasília. Em 2024, o clube não disputou nenhuma competição organizada pela Federação de Futebol do Distrito Federal (FFDF), devido às dificuldades financeiras. O

Colorado estreia na Segundinha em 30 de agosto, diante do Grêmio Valparaíso.

Quem é ele?

Ricardo Oliveira iniciou a trajetória como jogador profissional no início dos anos 2000, pela Portuguesa. Destacou-se pela Lusa, ganhou notoriedade pelo Santos e arrumou as malas para a Espanha em 2003, quando defendeu as cores do Valencia e ajudou a equipe a conquistar o título nacional e a Liga Europa. Em 2004/2005, mudou-se para Real Betis e faturou a Copa do Rei. Na temporada seguinte, fez bate-volta por empréstimo no São Paulo, ergueu o caneco da Série A e foi negociado com o Milan. Pela equipe italiana, chegou ao topo do Velho Continente com a conquista da Champions League.

Ricardo Oliveira rodou mais pela Espanha, com experiências no Real Zaragoza e no Betis, passou pelos Emirados Árabes Unidos e vestiu as camisas de Santos, Atlético-MG, Coritiba, Athletic-MG e Brasília, antes de se aposentar. Pela Seleção Brasileira, disputou e ganhou a Copa América de 2004 e a Copa das Confederações de 2005.

*Estagiária sob a supervisão de Victor Parrini

CICLISMO

Tota, a primeira brasileira no Tour de France

Após estreiar nos Jogos Olímpicos, em Paris-2024, a ciclista Tota Magalhães foi confirmada, ontem, na disputa da versão feminina do tradicional Tour de France. A carioca de 24 anos será a primeira atleta do Brasil a disputar a badalada competição e a única envolvida nesta edição.

Tota vai integrar a equipe Movistar Team. Ela foi confirmada no time após se destacar no Giro d'Italia, segunda prova mais tradicional do ciclismo mundial, atrás apenas da Volta da França, na qual atuou como gregária (auxiliar) da líder Marlen Reusser. O time obteve três vitórias de etapa e o vice geral da competição.

"Participar do Tour de France Femmes é um sonho que agora se torna realidade. Estou pronta para ajudar a equipe e mostrar a força e determinação do nosso país nesta grande competição", celebrou Tota, que quer inspirar as novas gerações no ciclismo brasileiro.

"Espero que, ao verem uma foto minha no Tour, meninas de

Miriam Jeske/COB



Em 2024, Tota disputou pela primeira vez os Jogos Olímpicos

10 anos pensem: 'Que maneiro, um dia quero fazer isso'. Se eu puder motivar novas ciclistas, já valeu cada treino", afirmou.

A versão feminina da Volta da França caminha, neste ano, para a quarta edição. A competição contará com nove etapas, de 26 de julho a 3 de agosto, com aproximadamente 1.168km. O tour pelo país terá início em Vannes, na região da Bretanha, com percursos ondulados, seguirá para os Alpes e terminará em Paris.

Giro esportivo

Anna Moneymaker/Getty Images/AFP



Trump veta atletas trans

O Comitê Olímpico e Paralímpico dos EUA proibiu efetivamente mulheres trans de participarem de competições femininas. A decisão partiu após ordem do presidente do país, Donald Trump.

Ethan Miller/AFP



Lillard retorna a Portland

Dispensado pelo Milwaukee Bucks, após romper o tendão de Aquiles, o ala-armador Damian Lillard foi "repatriado" pelo Portland Trail Blazer. O jogador de 35 anos assinou por três temporadas.

Henry Nicholls/AFP



Sinner reata com Ferrara

Líder do ranking, o tenista italiano Jannik Sinner anunciou a volta do preparador físico Umberto Ferrara. O profissional havia sido demitido em função do caso de doping que suspendeu o jogador por três meses.

AFP



Mudanças no tênis

Os sistemas eletrônicos de arbitragem foram atualizados. Grand Slams, Copas Davies e Billie Jean King terão o nível "ouro". Torneios ITF contarão com o segundo escalão. O "bronze" será utilizado em Nacionais.

Bruna Gaston CB/DA Press



Saltos ornamentais

O brasiliense Miguel Cardoso saltará, hoje, dos 27m da prova de high diving, no Mundial de Esportes Aquáticos em Cingapura. Aos 18 anos, ele é o caçula da delegação dos saltos do Brasil.

Fabrice Coffrini/AFP



Final da Euro Feminina

A final da Eurocopa Feminina será repetecida da última decisão da Copa do Mundo. Atuais campeãs mundiais, as espanholas eliminaram a Alemanha e enfrentarão a Inglaterra no domingo, às 13h.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Nova em Leão. Não fosse o livre arbítrio, o conceito de individualidade que tanto prezamos seria inexistente, porque é graças, ou talvez desgraças, a que não podemos terceirizar as decisões íntimas que precisamos tomar ao longo da vida, que vai se construindo esta noção de sermos indivíduos desconectados do conjunto de experiências do qual fazemos parte. É dessa condição que resulta também a solidão que nos atormenta, porque, não podendo terceirizar as decisões que precisamos tomar, concluímos que estamos sós e que ninguém pode nos ajudar. De certa maneira isso é verdade, mas não totalmente, porque, sendo todos condenados à mesma experiência, temos aí um ponto em comum que nos permite criar relacionamentos de solidariedade, amor compreensivo, colaboração e alegre intercâmbio.

ÁRIES
21/03 a 20/04

O entusiasmo revigora seu ânimo, mas não saia por aí tentando resolver em pouco tempo o que demorou bastante para se complicar. Apenas faça o que seja mais seguro, sem tentar ir além do que estiver ao seu alcance.

TOURO
21/04 a 20/05

Está tudo certo, e se não parecer que está tudo certo, então saiba que você está num ótimo momento para tomar iniciativas e fazer intervenções para que tudo fique certo, ou melhor, de acordo ao seu gosto.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

Pessoas de todos os tipos circulam pela sua vida nesta parte do caminho, muitas fazendo promessas que entusiasмам, mas que precisam ser postas em perspectiva para ver se são firmes, ou fogo de palha. Discernimento.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Por mais que o cenário não seja perfeito e ainda por cima você não queira que as pessoas saibam de suas verdadeiras intenções, mesmo assim há agora uma brecha através da qual você pode executar lindas ações.

LEÃO
22/07 a 22/08

A melhor maneira de você comunicar seus desejos e pretensões é fazendo de sua própria vida o exemplo daquilo que você quer que as pessoas tragam e manifestem. Seu exemplo faz toda a diferença, se foque nisso.

VIRGEM
23/08 a 22/09

O mundo interior fervilha de ideias interessantes e sentimentos fortes, e isso merece bastante atenção, porque é dessa forma que se cozinham lentamente planos de ação que, talvez, não levariam a lugar algum.

LIBRA
23/09 a 22/10

Faça contatos, se aproxime às pessoas que podem agregar algo aos seus planos, mas por enquanto não abra o jogo completamente, porque do jeito que as pessoas andam, esfomeadas e carentes, elas podem roubar suas ideias.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Agora não importa se as pessoas se entendem ou desentendem, o que importa mesmo é que tudo seja feito de acordo ao esperado. Pense de forma pragmática nesta parte do caminho, não se detendo a administrar emoções.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Os ventos sopram favoravelmente, mas o leme é sua vontade de realizar, é isso que vai definir se você vai aproveitar os ventos favoráveis, ou se você vai deixar as oportunidades passarem em brancas nuvens.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Ainda que seja um tanto difícil lidar com as emoções que circulam nos relacionamentos, isso é algo que, pelo menos de vez em quando, sua alma precisa fazer, porque senão as pessoas ressentirão a frieza.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Enquanto houver harmonia e entendimento entre as pessoas envolvidas nesta parte do caminho, tudo funcionará muito bem. Tenha em mente que nem a harmonia nem o entendimento acontecem espontaneamente. Intervenha.

PEIXES
20/02 a 20/03

Esse grande caminho que sua ambição pretende trilhar e conquistar não será feito com um magnífico golpe de sorte, mas com muito esforço de sua parte, dando pequenos passos todos os dias e se empenhando cada vez mais.

MÚSICA

Divulgação



Guinga e Lula Galvão são destaques da programação do Clube do Choro

Violão no Clube do Choro

» JÚLIA COSTA*

Hoje e amanhã, o Clube do Choro recebe os violonistas Guinga e Lula Galvão, como parte do projeto Tributo ao Mestre. Nos dois dias, o show tem início às 20h30. Os ingressos custam a partir de R\$50 e estão à venda no site Biheteria Digital.

“As duas apresentações vão ser calçadas no repertório de todos os meus discos, nos quais o Lula participou de quase todos”, comenta Guinga. Para ele, há músicas que não podem faltar, como *Cheio de dedos, Par constante, Choro pro Zé, Picotado e Nó na garganta*. “E terão algumas canções cantadas, porque, afinal de contas, eu sou compositor de canções”, complementa.

O músico diz que o público pode esperar “honestidade” nas apresentações desta semana. “É o que eu e o Lula Galvão sempre fizemos na nossa carreira. Nós nunca pensamos em sucesso, mas somos bem sucedidos. Nós sempre pensamos que a música é a estrela, ela é a rainha”, explica.

Para Henrique Neto, diretor da Escola Brasileira de Choro, Guinga e Lula Galvão são “dois dos maiores ícones do violão brasileiro”. “Guinga é um compositor

reconhecido internacionalmente. É uma grande honra para o Clube do Choro recebê-lo aqui. E o Lula Galvão já acompanhou os maiores cantores e cantoras do Brasil, músico improvisador e harmonizador. Vai ser uma semana de grande emoção e alto nível cultural e artístico no Clube do Choro”, diz.

A série Tributo ao Mestre faz parte do Complexo Cultural do Choro, projeto que está na terceira edição e, neste ano, teve início em maio. “A cada ano, o sucesso do Complexo Cultural se consolida mais a nível de programação, frequência de público e acessibilidade”, diz Neto. “A gente espera que esse projeto tenha muita vida longa e que a gente siga trazendo cultura de qualidade para as pessoas”.

COMPLEXO CULTURAL DO CHORO

Hoje e amanhã às 20h30, com apresentações de Guinga e Lula Galvão. Ingressos a partir de R\$50, à venda no site Biheteria Digital.

*Estagiária sob a supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

FANATISMO

Minh'alma, de sonhar-te, anda perdida
Meus olhos andam cegos de te ver!
Não és sequer a razão do meu viver,
Pois que tu és já toda a minha vida!

Não vejo nada assim enlouquecida...
Passo no mundo, meu Amor, a ler
No misterioso livro do teu ser
A mesma história tantas vezes lida!

“Tudo no mundo é frágil, tudo passa...”
Quando me dizem isto, toda a graça
Duma boca divina fala em mim!

E, olhos postos em ti, digo de rastros:
“Ah! Podem voar mundos, morrer astros,
Que tu és como Deus: princípio e fim!...”

Florbela Espanca

ESTA SEÇÃO CIRCUla DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		1	9					2
4				3			6	
3		6						9
	5	3				6		1
					7	4		
2				9				
				7				5
	7	9		2				3
			1					

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Interpretação belicista da Pandemia, segundo Donald Trump	Indivíduo com grande poder	Mostrador das estações no rádio	Diz-se da substância alcalina (Quím.)
Quantidade ínfima de algo	Material do acabamento de móveis	Ritmo dos MCs	Raça felina originária da Tailândia
Pequena porção de bebida alcoólica	Rua (abrev.)	Sufixo de verbos no futuro do pretérito	Cetáceo ártico
Marcos (?), ator e trapezista	Não ultrapassado	" (?) É Carioca", livro de Ruy Castro	Item da culinária japonesa
Marketing (?), modalidade publicitária que usa a internet	Único alimento do vampiro	Agir, em inglês	Estado do sudeste brasileiro (sigla)
Palavra sugerida ao repentista no desafio	Aquele que cultua a si mesmo		

BANCO 3/act. 4/ocra — ural. 5/líteo. 8

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

T	R	O	S	A	W	E	B	E	R
A	A	T	E	S	O	C	I		
A	B	A	E	S	O	A	R		
J	A	M	E	S	B	O	N	D	
L	I	S	T	A	O	F			
H	T	A	L	E	R	R			
O	B	E	D	E	C	I	D	A	
B	E	R	R	O	A	E	S		
S	I	M	A	M	O	R	E		
A	C	O	M	E	T	I	D	O	S
R	D	C	E	U					
V	A	M	P	I	R	A	P	L	
V	E	N	C	E	S	L	A	U	
O	S	O	F	E	N	S	A		

SUDOKU DE ONTEM

5	1	4	7	8	2	3	6	9
2	6	8	9	3	4	1	7	5
7	9	3	6	1	5	2	4	8
3	5	2	1	4	8	6	9	7
8	4	9	3	6	7	5	1	2
1	7	6	2	5	9	8	3	4
9	3	7	5	2	1	4	8	6
4	2	1	8	9	6	7	5	3
6	8	5	4	7	3	9	2	1

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.assinecoquetel.com.br

Assine nosso site!

COQUETEL

Diversão & Arte

CHEGA ÀS
TELAS A NOVA
SAGA DE **QUARTETO
FANTÁSTICO**, COM A
PRODUÇÃO DOS
ESTÚDIOS
MARVEL

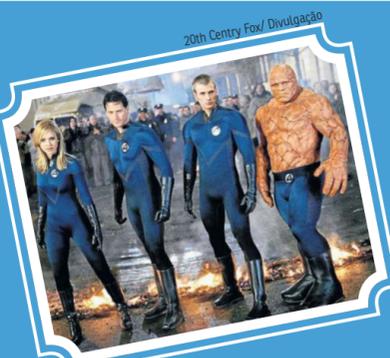
CAMINHOS ENCALHADOS: ANTIGAS ADAPTAÇÕES EM CINEMA

Quarteto Fantástico (2005)

Experimentos que envolvem raios cósmicos trazem por objetivo testes para os quatro heróis cujos quadrinhos foram criados em 1966, pela dupla de ouro Jack Kirby e Stan Lee. Mesmo com bilheteria de US\$ 330 milhões, a adaptação — na qual os personagens centrais passam por quarentena — não animou a maior parte dos fãs.

Quarteto Fantástico e o Surfista Prateado (2007)

Ioan Gruffudd deu vida ao intelectual Reed Richards, enquanto Jessica assumiu o papel de Mulher Invisível, neste longa em que o personagem Surfista Prateado tem trajetória ambígua e ganha a voz de Laurence Fishburne. Galactus é a força mais temida, neste longa conduzido pelo engajado diretor Tim Story, diretor da refilmagem de Shaft (2019), do filme do quarteto de 2005 e ainda da comédia Um chamado natalino (2023).



UNIÃO PELA FORÇA

» RICARDO DAEHN

Meio contraditório que a nova saga de *Quarteto Fantástico* atenda pelo subtítulo *Primeiros passos*, e, na verdade, não trace as origens do grupo criado para os quadrinhos nos anos de 1960. Bom, mesmo assim, nada de desânimo, afinal o Universo Cinematográfico da Marvel chega, com o novo filme, à chamada Fase 6, com calendário de lançamentos previstos para fins de novembro de 2028, com aventuras em Wakanda e protagonismos de *Vingadores*, *Demolidor* e afins.

Aliviado das “pressões corporativas”, o diretor do filme, Matt Shakman, revelou à imprensa estrangeira o desejo “de fazer um

filme que pareça pessoal”. Para a conceituada *Variety*, declarou: “Há muita pressão em querer fazer o certo pelos personagens dos quadrinhos, em querer fazer o certo por Jack Kirby e Stan Lee (criadores dos personagens em pauta), em querer fazer o certo por todos os incríveis roteiristas de quadrinhos que participaram do desenvolvimento do Quarteto nos últimos 60 anos”.

Tudo isso, sob investimento de mais de US\$ 200 milhões. Tendo *Os Jetsons* e *Perdidos no Espaço* como moldes de design de produção (entre outras referências detectadas por quem já assistiu ao filme), numa puxada imediata de memórias gráficas, a crítica da BBC atentou para o equilíbrio entre as emoções dos personagens e “suas ações mágicas”. Mas não perdeu: “Apesar de toda a sua competência e talento (do diretor), o filme não tem tensão ou suspense suficientes para prender a atenção como deveria”. Anunciado para logo, *Vingadores: Apocalipse*, trará novamente os protagonistas do atual longa, vale lembrar.

Na sinopse do atual longa, nada de muitas complicações: o cientista Reed Richards (Pedro Pascal) mantém a unidade entre os amigos e parentes, uma descontraída aura de leveza impera. São lembrados feitos dos últimos quatro anos do *Quarteto*. Derivados de uma missão espacial, numa realidade em que carros voam e o robô H.E.R.B.I.E. cria boa atmosfera doméstica, todos não tardam em se verem ameaçados por uma entidade de armadura, poderosa e que sobrevive consumindo planetas inteiros. É hora de se ver em cena o Sr. Fantástico, a Mulher Invisível, Tocha Humana e o Coisa.

Numa Nova York, com ares de futuro, desvinculada de demais personagens da Marvel, a primeira família da grife de quadrinhos promete fazer a festa na aventura comandada por Shakman (de *Wanda Vision*, série de 2021). O caçula da família Richards, o pequeno Franklin embala muito da trama que agrupa Reed, Sue, Johnny (vulgo Tocha Humana, feito por Joseph Quinn) e Ben Grimm (mais conhecido por Coisa, na pele de Ebon Moss-Bachrach). Entre os seres cósmicos que prometem tirar a paz de todos estão o agigantado Galactus (papel de Ralph Ineson) e a Surfista Prateada, a cargo de Julia Garner.

Quarteto Fantástico (2015)

Junto com os roteiristas Simon Kinberg (Sherlock Holmes) e Jeremy Slater (Godzilla e Kong: O novo império), o diretor Josh Trank (à época, trintão) imprimiu a força jovial para a saga dos heróis que têm origens contadas. Peça vital para a trama, Sue Storm é interpretada por Kate Mara. Atividades científicas e o andamento do projeto Portão Quântico balizam o enredo protagonizado ainda por Reed Richards (um papel precoce para Miles Teller), Tocha Humana (Michael B. Jordan) e Jamie Bell (o Coisa). O Doutor Destino se prova muito pouco expressivo, na pele de Toby Kebbell.



MARIELLE PRESENTE

» JOÃO PEDRO ALVES*

Na semana em que completaria 46 anos, Marielle Franco é homenageada com a ópera *Marielle* e a peça teatral *Borboletas de concreto* — vozes de Marielle, que resgatam não apenas trajetória política, mas o simbolismo das lutas contra preconceitos e desigualdades interrompidas em 2018, quando a ex-vereadora foi assassinada. A ópera é gratuita e será apresentada no Teatro Sesc Newton Rossi, em Ceilândia, nesta sexta-feira e sábado, às 19h, e domingo, às 16 e às 19h. O espetáculo *Borboletas de concreto* também

estreia amanhã, às 20h, no Teatro dos Bancários, e tem sessões, no sábado, às 20h, e domingo, às 18h.

A ópera, composta pelo maestro Jorge Antunes, se divide em quatro atos e uma abertura orquestral. Para escrever o libreto, texto operístico, o músico partiu de pesquisa com discursos e declarações da vereadora que abordam temas como violência de Estado, racismo estrutural, resistência LGBTQIAPN+, e luta por justiça nas periferias.

Com 19 músicos da orquestra ARS Hodierna, sons eletroacústicos pré-gravados e um coro de 12 vozes, a partitura de Antunes é acompanhada de sopranos líricos que se alternam com o funk, enquanto performances de mímica e projeções visuais criam atmosfera imersiva. Favela, apartamento na Tijuca, Assembleia Legislativa e a Casa das Pretas, onde Marielle proferiu o último discurso, são cenários integrados à narrativa musical.

ARTES CÊNICAS

O espetáculo *Borboletas de concreto* retrata a infância de Marielle na favela da Maré e toda “a atuação intelectual e política, marcada pela defesa das mulheres negras, da população LGBT, dos moradores de favelas e dos direitos humanos”, aponta a diretora artística, Sílvia Viana. Na montagem, cenas biográficas se mesclam a performances e intervenções musicais de rap. A dramaturgia costura cenas da vida de Marielle com vozes e corpos que ela representava. “Cada cena é uma homenagem e um protesto. Não foi sobre reduzir, mas sim eternizar”, resume o dramaturgo da peça, Bruno Estrela.

Sílvia Paes e Mila Ellen interpretam Marielle em diferentes momentos da vida. Ex-professora da Faculdade de Artes Dulcina de Moraes, Sílvia se orgulha de retornar aos palcos na pele da pessoa com a qual compartilhava os mesmos anseios. “Temos em comum a busca para que todos



tenham qualidade de vida e acesso à cultura e à educação”, ressalta. Para Mila Ellen, encenar violências e dificuldades enfrentadas pela vereadora “exigiu muito emocionalmente”. “Tivemos que transformar essa dor em força cênica, mas sem cair em estereótipos de vitimizadas”, explica.

“A obra aborda o assassinato brutal de Marielle, o silêncio, os protestos e o grito que não se cala. O espetáculo transforma essa tragédia em um chamado à memória viva e à continuidade da luta”, resume Sílvia Viana. “Quero usar a jornada dela

de forma quase didática para mostrar o óbvio a quem insiste em não enxergá-lo”, complementa Bruno Estrela.

ÓPERA MARIELLE, DO MAESTRO JORGE ANTUNES

No Teatro Sesc Newton Rossi, em Ceilândia, nesta sexta-feira e sábado, às 19h, e domingo, às 16 e às 19h. Entrada franca. Classificação livre.

BORBOLETAS DE CONCRETO – VOZES DE MARIELLE

(Casa de Ferreiro Companhia de Teatro) Sexta e sábado, às 20h, e domingo, às 18h, no Teatro dos Bancários (314/315 Sul). Ingressos a partir de R\$ 15 (meia-entrada) mais taxa de R\$ 1,50, disponíveis no site Bilheteria Digital. Classificação indicativa 14 anos.



Família Bolsonaro: entre medidas cautelares e bloqueio de bens

Maria Eduarda Lavocat

Nas últimas semanas, a família Bolsonaro se viu no centro de uma grave crise internacional. As tensões tiveram início em 9 de julho, quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, enviou uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ameaçando impor uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos.

No comunicado, Trump acusa o Judiciário brasileiro de promover uma “caça às bruxas” contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e exige o fim imediato do processo judicial em curso contra o político brasileiro. Ele afirma ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) teria emitido “ordens secretas e ilegais de censura” contra as big techs, impondo multas e ameaçando-as com a expulsão do mercado brasileiro. Além disso, critica o que considera uma falta de reciprocidade nas relações comerciais entre os dois países, mencionando “tarifas, políticas e barreiras comerciais não tarifárias do Brasil”.

A pressão, no entanto, não surtiu os efeitos esperados. No último sábado, o ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio de todos os bens móveis e imóveis, contas bancárias e até da chave Pix do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). A decisão, relacionada ao inquérito que investiga a atuação do terceiro filho do ex-presidente nos Estados Unidos, ainda não foi confirmada oficialmente pelo Tribunal e permanece sob sigilo. No entanto, na última segunda-feira, Eduardo afirmou em entrevista ao podcast *Inteligência Ltda.* que teve suas contas bloqueadas por ordem do ministro.

Em 18 de julho, Alexandre de Moraes também determinou a adoção de medidas cautelares contra Jair Bolsonaro, sob acusações de coação, obstrução da Justiça e atentado à Justiça. Para evitar suposta possível fuga do país ou asilo em alguma embaixada, Bolsonaro passou a usar tornozeleira eletrônica.

A decisão foi fundamentada em relatório da Polícia Federal, segundo o qual Bolsonaro e seu filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, atuaram, ao longo dos últimos meses, junto a autoridades do governo norte-americano com o objetivo de obter a imposição de sanções contra agentes públicos brasileiros, sob a alegação de perseguição no contexto da Ação Penal (AP) 2.668.

Conforme descrito na decisão, publicada na íntegra, a Procuradoria-Geral da República

Decisões de Moraes

» Monitoramento eletrônico e recolhimento domiciliar: uso obrigatório de tornozeleira eletrônica e permanência em casa das 19h às 6h nos dias úteis, e o dia todo aos fins de semana, feriados e folgas. Deve informar o local de residência para viabilizar o monitoramento, com envio diário de relatório pela Polícia Federal e Seape/DF.

» Restrição de acesso a representações estrangeiras: está proibido de se aproximar ou entrar em Embaixadas e Consulados de outros países, mantendo uma distância mínima de 200 metros.

» Proibição de contato com determinadas pessoas: não pode se comunicar com embaixadores, autoridades estrangeiras, nem com outros réus e investigados de seis ações e inquéritos específicos, nem mesmo por intermédio de terceiros.

» Proibição de uso de redes sociais: não pode utilizar redes sociais, diretamente ou por meio de terceiros.



» Busca e apreensão domiciliar: autoridades estão autorizadas a apreender celulares, computadores, tablets, documentos e valores acima de R\$ 10 mil nos imóveis ligados ao ex-presidente, além de acessar conteúdo digital (incluindo nuvem) e confiscar bens de alto valor. Pode haver buscas em endereços vizinhos, se necessário.

» Busca e apreensão pessoal: inclui hotéis, veículos e qualquer pessoa próxima com suspeita de guardar objetos de interesse da investigação. Está autorizada a utilização de força proporcional (como arrombamento de portas ou cofres) para cumprir as ordens.

» A decisão enfatiza que o descumprimento de qualquer uma das medidas cautelares implicará a revogação e decretação da prisão.

(PGR) destacou que, desde o início do ano, Eduardo Bolsonaro tem afirmado pública e reiteradamente que busca obter do governo dos Estados Unidos a imposição de sanções contra ministros do STF, membros da PGR e da Polícia Federal. Segundo ele, trata-se de uma “perseguição política” contra si e seu pai, Jair Messias Bolsonaro, denunciado na AP 2.668 como líder de uma organização criminosa voltada à ruptura da ordem democrática.

A investigação indica que Jair Bolsonaro está alinhado a Eduardo Bolsonaro na prática

de atos ilícitos e que ambos teriam atuado com o objetivo de criar entraves nas relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, visando obstruir o regular andamento da Ação Penal nº 2.668.

De acordo com a decisão, as condutas de Jair Bolsonaro revelam atuação dolosa e consciente, em conjunto com seu filho, com o propósito de submeter o funcionamento do STF ao crivo de um Estado estrangeiro por meio de atos hostis e “negociações espúrias e criminosas”. Tais ações configurariam clara obstrução

à Justiça e tentativa de coagir a Corte no julgamento da referida ação penal.

A investigação também comprovou que Jair Bolsonaro não apenas incitou a tentativa de submeter o STF à influência de um governo estrangeiro, o que representa uma afronta direta à soberania nacional conforme o documento, como também auxiliou financeiramente Eduardo Bolsonaro nas tratativas ilícitas. Em seu interrogatório na AP 2.668/DF e em depoimento no INQ 4.995/DF, Bolsonaro confessou ter repassado R\$ 2 milhões via Pix ao filho em 13 de maio de 2025, quando esse já se encontrava no exterior, envolvido nas atividades investigadas.

O documento ressalta ainda que a “ousadia criminosa” de Jair Bolsonaro chegou ao ponto de, em entrevista coletiva concedida em 17 de julho de 2025, confessar expressamente sua “consciente e voluntária atuação criminosa”, ao condicionar o fim das sanções comerciais impostas pelos Estados Unidos à concessão de anistia a ele próprio. Tal postura, segundo o documento, representa uma afronta à soberania nacional, à *Constituição Federal* e à independência do Poder Judiciário, além de evidenciar uma “permanente intenção criminosa” voltada ao encerramento ilegítimo da análise de sua responsabilidade penal.

Dessa forma, a decisão judicial aplicou medidas cautelares alternativas à prisão com base na Lei 12.403/2011, que permite ao juiz adotar medidas para garantir a ordem pública, o andamento da investigação ou o cumprimento da lei penal. Para isso, a lei exige que as medidas sejam necessárias e adequadas, ou seja, que evitem novos crimes e sejam proporcionais à gravidade do caso e às condições do acusado.

O ministro relator destacou que há risco de danos graves e difíceis de reparar, citando os “gravíssimos crimes contra a soberania nacional e a independência do Judiciário”, além de uma campanha criminosa para obstruir a ação penal. A Procuradoria-Geral da República também alertou para o risco concreto de o réu fugir e a necessidade urgente das medidas para garantir o andamento do processo.

Já a Polícia Federal ressaltou que, como os investigados se comunicam de forma tecnológica a partir de diferentes países, a apreensão de celulares e outros dispositivos é essencial para aprofundar a investigação. Apesar de a Constituição garantir a inviolabilidade do domicílio, essa proteção pode ser relativizada em casos excepcionais, quando cumpridos os requisitos legais durante a investigação penal.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



IDP e Ceub lideram competição acadêmica promovida pelo STF

Duas instituições de ensino superior de Brasília foram as primeiras colocadas da primeira edição do STF Moot, competição acadêmica destinada a estudantes de direito promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As equipes do IDP e do Ceub tiraram as maiores notas nas provas discursivas e vão participar da etapa final com sustentações orais. Participaram dessa fase 343 universidades e faculdades de todos os estados e do Distrito Federal. A prova final será um simulado a ser realizado presencialmente na sede do STF. A discussão gira em torno de um caso fictício: a constitucionalidade de lei estadual que previu a cassação da inscrição no cadastro de ICMS de empresas que prestem apoio à prática de suicídio assistido no exterior.

Sessão simulada

Na etapa presencial, ainda sem data confirmada, as equipes do IDP e Ceub participarão de uma sessão simulada de julgamento, com sustentação e arguição oral sobre o caso perante uma banca que poderá ser composta por ministros, professores, assessores e juristas convidados. A equipe vencedora será a que obtiver a melhor pontuação geral na fase final. Os estudantes do IDP são orientados pelos professores: Guilherme Pupe (desembargador eleitoral do TRE-DF) e Paulo Mendes. Os alunos do Ceub têm a orientação dos professores Mariana Cirne e Nauê Bernardo.

Avaliação às cegas

Todas as avaliações da primeira fase foram feitas às cegas. Os avaliadores não tiveram acesso aos nomes dos alunos e orientadores e tampouco de qual unidade da Federação pertencia a instituição superior de ensino. Entre as 10 com melhores notas, além do IDP e Ceub, ficaram nessa ordem: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Presbiteriana Mackenzie — Brasília/Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PUC-PR (Campus Toledo), Universidade Federal de Santa Maria e Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Indenização por sete meses de tortura

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) manteve a condenação da União ao pagamento de R\$ 150 mil em indenização por danos morais — o valor corrigido ultrapassa R\$ 1 milhão — a João Florencio Junior, preso e torturado por sete meses nos porões do DOI-Codi durante o regime militar. João Florencio Junior, então estudante de física, foi preso em 1972 sob acusação de integrar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Nos depoimentos, relatou ter sido submetido a choques elétricos, espancamentos e outros métodos de tortura. A ação judicial buscava reparação pelos danos morais sofridos, independentemente da indenização econômica prevista na Lei de Anistia (Lei nº 10.559/2002). O advogado Daniel Becker, do escritório BBL Advogados, que atuou no processo, destacou a importância da decisão. “O tribunal reconheceu que a dor causada pela tortura não pode ser apagada pelo tempo. Essa vitória reforça o dever do Estado de reparar as vítimas da ditadura e seus familiares por violações de direitos humanos”.

Crimes imprescritíveis

O advogado Daniel Becker reforçou que o acórdão consolida o entendimento de que os crimes da ditadura são imprescritíveis, as vítimas podem buscar indenização moral sem depender da Comissão de Anistia e o valor das reparações deve refletir a gravidade das violações. “A decisão do TRF-2 soma-se a uma série de precedentes que buscam corrigir os erros do passado, garantindo que as marcas da tortura e da perseguição política não fiquem impunes”, ressaltou.

STJ repudia retaliação a ministros do Supremo

O comando do Superior Tribunal de Justiça (STJ) divulgou uma nota em que se manifesta sobre as medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos de suspensão dos vistos de oito ministros do STF e do procurador-geral da República, Paulo Gonet. “Ingerência interna ou externa na livre atuação do Judiciário contraria os pilares do Estado de Direito, pois significaria erodir a independência, a imparcialidade e a probidade que se requer dos juízes. Pressionar ou ameaçar os julgadores (e seus familiares) na esperança de que mudem ou distorcem a aplicação do direito fragiliza e deslegitima a essência de um padrão de Justiça baseado na máxima de que a lei vale e deve valer, com o mesmo peso, para todos, sem privilégio e sem perseguição”, diz a nota assinada pelo presidente, Herman Benjamin (foto), pelo vice-presidente e corregedor-geral da Justiça Federal, Luis Felipe Salomão, pelo corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, e pelo diretor da Escola Nacional da Magistratura (Enfam), Benedito Gonçalves.

Divulgação / STJ



Divulgação



Elas conversam sobre Reforma Tributária

Um grupo de procuradoras do DF vai promover um debate sobre os temas centrais da Reforma Tributária. A ideia é criar um espaço em que lideranças femininas troquem ideias com toda a comunidade jurídica, inspirando a colaboração e fomentando o conhecimento a respeito das mudanças no sistema tributário. Serão três manhãs presenciais, em formato dinâmico de debate, reunindo grandes nomes do direito tributário para uma conversa aberta — e plural — sobre os rumos da reforma. Os debates serão realizados em 6, 13 e 20 de agosto no auditório da Escola de Governo do Distrito Federal- Egov, com apoio da Consultoria Jurídica do gabinete do governador do DF.

Nelson Jr./SCO/STF



“Mais do que uma ofensa sem causa, essa prepotente deliberação governamental americana,

apoiada em fundamento destituído de veracidade (mendaz, portanto), ao investir, absurdamente, contra o Supremo Tribunal Federal e os seus íntegros e honrados magistrados, desrespeita, profundamente, o nosso país e a dignidade do povo brasileiro”

Ministro aposentado Celso de Mello, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)

Entrevista — João Carlos Souto, presidente do Instituto Brasil Estados Unidos de Direito Comparado

“Situação fora dos padrões”: especialista analisa imposições de Trump ao Brasil

Maria Eduarda Lavocat

Em 9 de julho, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil. A justificativa apresentada foi a suposta relação comercial desigual com o país, além da postura adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Desde então, a tensão entre os Estados Unidos, a família Bolsonaro e o Judiciário brasileiro vem se acirrando, especialmente após a aplicação de medidas cautelares contra Jair Bolsonaro e o anúncio de que os vistos dos ministros do STF para entrada nos EUA seriam suspensos por decisão de Trump.

Para compreender melhor o cenário e suas possíveis consequências, o Direito & Justiça entrevistou João Carlos Souto, professor de direito constitucional desde 1996 e presidente do Instituto Brasil Estados Unidos de Direito Comparado. Mestre e doutor em direito constitucional, e visiting researcher no Max Planck Institute for Comparative Public Law and International Law (Heidelberg, Alemanha), o professor dedica-se há mais de três décadas ao estudo da Constituição e da história política dos Estados Unidos, com ênfase especial na Suprema Corte norte-americana.

O senhor considera que a carta enviada pelo presidente dos Estados Unidos ao Brasil pode ser interpretada como uma tentativa de coação ou interferência indevida no processo judicial brasileiro?

Acho importante trazer algumas considerações mais aprofundadas sobre essa questão. enxergo a situação como absolutamente fora dos padrões. Trata-se de um episódio sem precedentes na relação entre Brasil e Estados Unidos, uma relação que remonta há mais de dois séculos, desde que os EUA se tornou o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Desde então, temos uma relação concreta, robusta e, em geral, favorável. Para mim é algo absolutamente “fora do padrão”, que não encontra precedente na relação entre democracias. Ainda assim, é evidente que se trata, mesmo que de maneira indireta, de uma interferência em assuntos internos do Brasil. E esse tipo de atitude nunca foi adotado anteriormente pelos americanos em relação ao nosso país. Não é assim que as nações devem se relacionar. Não há precedente de algo semelhante. “Vou aplicar sanções porque um correligionário, ou alguém com quem tenho afinidade

Arquivo pessoal



política, como um ex-presidente, está sendo processado ou acusado de determinado ato, que eu considero isso injusto.” Ora, nenhum país atua dessa forma. Um governo até pode se manifestar se considerar que um nacional seu, de grande nome, está sendo injustiçado no exterior e, assim, interceder. Mas veja: a candidata da extrema-direita à Presidência da França, Marine Le Pen, foi condenada, entre fevereiro e março deste ano, a perder os direitos políticos e, portanto, está impedida de concorrer às eleições de 2027. O ex-presidente Donald Trump protestou, disse que era uma injustiça. Seu vice também se manifestou. No entanto, ninguém nos Estados Unidos propôs qualquer tipo de sanção contra a França. Portanto, creio que com essas considerações consigo responder à sua pergunta de forma clara.

Na sua avaliação, há indícios de que a família Bolsonaro esteja promovendo lobby junto ao governo dos Estados Unidos com o objetivo de pressionar por uma eventual anistia?

Olha... Isso está nos jornais, né? Eu não acompanho os passos nem a trajetória dessa família. Até agora, pelo que vi na imprensa, e que tem sido amplamente divulgado, o deputado licenciado, que está nos Estados Unidos, já afirmou reiteradas vezes que está lá em busca de suspender o processo. Então, deve haver algum tipo de influência sendo exercida.

Na sua opinião, o senhor vê que Eduardo Bolsonaro está disposto a prejudicar o próprio país para pressionar por essa anistia?

Veja bem: “disposto” é uma expressão para o futuro, que exigiria de mim elementos que comprovassem essa intenção. E eu não os tenho. O que sei, e isso me parece claro, é que os

atos praticados até aqui prejudicaram o país e continuam prejudicando. Isso, sim, me parece evidente. Então, os atos desse cidadão a que você se refere, evidentemente já causaram e seguem causando prejuízos ao Brasil.

As medidas restritivas impostas ao ex-presidente Jair Bolsonaro são, na sua visão, juridicamente fundamentadas? As justificativas apresentadas pelo ministro Alexandre de Moraes são legítimas e proporcionais?

Olha, o Supremo está decidindo essa questão e está julgando com todo o cuidado possível. O processo no Supremo tem transcorrido com o direito à defesa plenamente assegurado. O ex-presidente teve condições de arrolar testemunhas, juntar documentos e prestar depoimento. Portanto, não vejo qualquer problema no andamento do processo, especialmente diante da acusação gravíssima que pesa contra ele. A ação penal tem origem na Procuradoria-Geral da República, certo? Então, não se trata de uma decisão apenas do ministro. E eu não vejo nenhuma desproporcionalidade, até porque golpe de Estado é um crime extremamente grave. Instalar uma ditadura em um país significa causar uma reviravolta na paz social, na democracia, na liberdade de imprensa, na liberdade de viver. É algo muito sério e devastador. Que o digam Portugal de Salazar e a Espanha de Franco.

Como o senhor interpreta a decisão de Donald Trump de suspender o visto do ministro Alexandre de Moraes e de outros ministros do STF?

Até agora, não há nada oficial sobre isso. Pelo menos eu não conheço nenhum documento do Departamento de Estado americano dizendo que houve essa suspensão. Se vier a

acontecer, na minha visão, será um equívoco, uma interferência inaceitável sobre um poder do Estado brasileiro, que é o Poder Judiciário, independente e autônomo. Seria um erro gigantesco, que não condiz com a relação de amizade que o Brasil mantém há mais de 200 anos com os Estados Unidos. Aliás, peço licença para mencionar: sou presidente de um instituto chamado Instituto Brasil-Estados Unidos de Direito Comparado. Fundei esse instituto justamente porque fui estudar o direito norte-americano. Sou especialista na área, estudo o sistema legal estadunidense há mais de 30 anos e sou autor de um livro, em várias edições, sobre o tema o sistema legal dos EUA. Justamente por causa dessa amizade histórica entre Brasil e Estados Unidos, e da importância que o direito norte-americano teve ao longo de mais de dois séculos para o nosso próprio desenvolvimento jurídico, é que essas atitudes recentes são tão preocupantes. O que está acontecendo atualmente contraria toda essa história positiva, importante, relevante, tanto do ponto de vista jurídico quanto institucional. É claro que o direito dos EUA, como qualquer sistema, não é perfeito. Nenhum país é. Mas essa situação, que, volto a dizer, ainda não é oficial, beira o inimaginável em uma relação entre dois países amigos.

Quais fatores, na sua opinião, podem explicar o apoio tão contundente de Donald Trump a Jair Bolsonaro, além de opiniões políticas similares?

Olha, o Trump foi processado nos Estados Unidos por conta dos eventos de 6 de Janeiro de 2021. Talvez ele esteja imaginando que o ex-presidente aqui no Brasil esteja sendo alvo de uma injustiça. Mas nem ele, Trump, foi vítima de injustiça lá, nem o ex-presidente está sendo aqui. Porque os fatos são amplamente documentados, tanto os do dia 6 de janeiro quanto os do 8 de Janeiro.

A declaração dada por Eduardo Bolsonaro no último sábado, de que “se o Brasil não resolver a crise, não haverá eleição em 2026” pode ser vista como uma ameaça concreta? Qual o impacto político de uma fala como essa?

O Judiciário brasileiro não está em confronto, ele tem agido com discrição e está julgando nos termos que a Constituição autoriza. Portanto, não vejo erro por parte do Brasil. O que espero, sinceramente, é que as tratativas diplomáticas continuem sendo conduzidas nos bastidores, de forma institucional. Essas tratativas são o caminho e qualquer manifestação fora desse campo dificilmente terá efeito prático.



Visão do Direito



José Geraldo de Sousa Junior

Professor emérito e ex-reitor da UnB. Membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros

Revogação de vistos: medida arbitrária e falaciosa

Em 18 de julho, o secretário de Estado dos EUA anunciou a “revogação imediata” dos vistos do ministro Alexandre de Moraes “e seus aliados no Tribunal, assim como de seus familiares”.

A alegação é de que essas autoridades participaram de uma “caça política” que restringiu a liberdade de expressão — especialmente via bloqueios, em redes como X e Rumble, que também afetaram usuários americanos. Especificamente citado o “complexo de perseguição e censura” liderado por Moraes contra ex-presidente da República e seus aliados como justificativa para revogar os vistos.

Sabe-se que uma possível origem desse contraditório está no interesse contrariado da Trump Media & Technology Group, empresa criada por Donald Trump, para operar a Truth Social, uma rede social que é uma extensão da persona política e digital de Donald Trump, funcionando como meio de divulgação de ideias alinhadas ao movimento da extrema-direita internacional.

O contraditório com o ministro Alexandre de Moraes surgiu porque a Truth Social começou a hospedar perfis e conteúdos de usuários brasileiros envolvidos em atos antidemocráticos, especialmente após os ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, abrigando muitos usuários que haviam sido banidos ou tiveram conteúdos suspensos por ordem do STF e de

“A medida é claramente vista como parte de uma operação bem calculada pelos EUA: apontar a violação de liberdade de expressão americana, ativar ferramentas como a Lei Magnitsky, e desestabilizar a coesão entre os magistrados brasileiros”

Alexandre de Moraes, relator de ações que investigam a tentativa de golpe e redes de desinformação, tendo o ministro expedido ordens judiciais de bloqueio de perfis, inclusive, com notificações a provedores estrangeiros, por facilitar a continuidade de práticas criminosas sob o pretexto de liberdade de expressão.

É nesse contexto que deve ser examinada a suspensão dos vistos. A medida é claramente vista como parte de uma operação bem calculada pelos EUA: apontar a violação de liberdade de expressão americana, ativar ferramentas, como a Lei Magnitsky e desestabilizar a coesão entre os magistrados brasileiros.

Todo Estado tem o direito soberano de decidir quem pode entrar, permanecer ou sair de seu território. Isso é reconhecido pelo direito internacional, especialmente no princípio da soberania territorial. Assim, a decisão de conceder, negar ou revogar um visto é em grande parte

discricionária, ou seja, depende da avaliação unilateral do Estado emissor, sobretudo por razões de segurança nacional, ordem pública, interesse público.

Mas há limites a essa discricionariedade, referidos a acordos e obrigações internacionais, comprometendo os signatários à aplicação de critérios comuns, situações que devem condicionar a revogação de um visto em face de repercussões diplomáticas. Um Estado não pode negar ou revogar vistos com base em discriminação (raça, religião, orientação sexual, por exemplo) ou repatriar alguém a um país onde corra risco de tortura ou perseguição, ou situações que afrontem convenções internacionais de direitos humanos.

Vê-se, assim, que é principalmente uma confrontação com o Poder Judiciário, usando o pretexto de ação penal em curso contra réus indiciados por atentados à democracia e a Constituição, preparando uma escalada, da qual, a suspensão dos

vistos, é pretexto para apontar a violação de liberdade de expressão americana, ativar ferramentas como a Lei Magnitsky e desestabilizar a coesão entre os magistrados brasileiros.

Mas a Lei Magnitsky até pode ser considerada como ferramenta poderosa de diplomacia de direitos humanos e combate à impunidade transnacional, mas não pode servir de pretexto para a adoção de medidas sancionadoras de protocolos internacionais ou bloqueios e sanções econômicas, não caracterizadas as situações que são o seu escopo.

O mais, é mobilização entreguista, no jogo dos interesses da alta burguesia econômica e financeira, também no plano interno, a se observar, inclusive, editoriais de mídias coligadas, que não hesitam em tomar o partido unilateralista indicando saídas para fragilizar esforços nesse sentido, como o Brasil tem sabido fazer com articulações como o Mercosul e o Brics.

O que está em causa, oportunismos à parte para fugir de responsabilização por crimes de lesa-pátria, ou aderir ao jogo de um alinhamento prepotente e guloso, é a ofensiva contra o Brasil, são o Brics. É o quinta-colunismo que quer ver o Brasil como peça mais frágil e dobrável, de quintal, sabotando o seu protagonismo na formação de blocos multilateralistas na estrutura de poder global.



André Luiz A. Santos

Do escritório Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogado

Consultório Jurídico

Como o Brasil deve reagir à nova taxa de 50% imposta pelos Estados Unidos sobre seus produtos?

A taxa de 50% imposta pelo presidente Donald Trump sobre produtos brasileiros, com início previsto para 1º de agosto

de 2025, representa um dos mais severos entraves comerciais enfrentados pelo Brasil. O impacto será sentido em diversos setores, com destaque para o agronegócio, que mantém alta dependência das exportações para os Estados Unidos. No caso do suco de laranja, por exemplo, a tarifa pode elevar a carga fiscal total para até 70%, afetando diretamente a competitividade do produto. A consequência mais imediata deve recair sobre a rentabilidade dos produtores,

especialmente no estado de São Paulo, e também sobre os empregos gerados pela cadeia citrícola.

Outros produtos agrícolas, como o café e a carne bovina, também devem sofrer retração nas exportações. A indústria brasileira, por sua vez, pode enfrentar perdas significativas em segmentos, como aeronaves, autopeças e máquinas, setores que tradicionalmente mantêm presença comercial relevante no mercado americano. A

balança comercial brasileira pode ter perdas consideráveis.

O câmbio também pode ser impactado, elevando os custos de importações e impactando a inflação.

Diante desse cenário, o governo brasileiro estuda medidas compensatórias, como a aplicação da Lei da Reciprocidade Econômica, além do estímulo à diversificação de mercados e à valorização do consumo interno, o que nos parece insuficiente.

Visão do Direito



Menndel Macedo,

Advogado tributarista e sócio-fundador do escritório Menndel & Melo Advocacia

Tarifaço, IOF e o custo de brigas alheias

Um jato fabricado no Brasil e vendido para uma companhia aérea americana vai custar cerca de US\$ 9 milhões a mais a partir de 1º de agosto. É o efeito direto da tarifa de 50% que os Estados Unidos vão cobrar sobre qualquer produto brasileiro que desembarcar no país. E não é só a aviação que será atingida: aço, carne, café e petróleo também sentirão o impacto imediato.

Faltam apenas oito dias. Não há mais tempo para antecipar remessas ou evitar o tarifaço com soluções de curto prazo. Exportar para os Estados Unidos vai custar mais caro daqui para frente. E o quadro fica pior com o aumento do IOF, confirmado pelo STF, que

eleva o custo do crédito e diminui ainda mais o fôlego financeiro das empresas. O exportador brasileiro está pressionado, pagando mais para produzir e mais para vender.

O drawback, que zera impostos sobre insumos usados na exportação, pode aliviar parte da carga. Financiamentos em dólar escapam do novo IOF e ajudam a proteger o caixa. México e Canadá surgem como alternativas reais, especialmente com ajustes logísticos via Panamá.

Essa reorganização não se limita à indústria. O agronegócio também precisa agir. Contratos antecipados com tradings e trocas de insumos por grãos ajudam a garantir

liquidez. Na aviação, há quem considere concluir a montagem final das aeronaves nos Estados Unidos para reclassificá-las como “made in USA” e escapar da tarifa. Mas estamos prontos para abrir mão do nosso selo de fabricante e entregar à indústria americana o mérito por produtos que saíram quase prontos daqui? Seria mais um golpe no orgulho nacional, de um país que já não é mais reconhecido nem pelo futebol.

Essa lógica de adaptação também alcança o setor digital, em que empresas de software e tecnologia precisam rever contratos internacionais, reorganizar pagamentos entre filiais, ajustar prazos e valores para escapar do IOF

e evitar custos extras com remessas. São medidas que aliviam o impacto imediato, mas que obrigam a abrir mão de flexibilidade e margem, sem tocar na raiz do problema.

No fim, enquanto governos se enfrentam em disputas políticas e retaliações, quem arca com o custo imediato são as empresas e trabalhadores brasileiros. O tarifaço e o aumento do IOF mostram que as consequências chegam antes das soluções e que as guerras comerciais e fiscais acabam sempre sendo pagas por quem produz, emprega e exporta. Se os governos não entenderem isso logo, a conta seguirá alta e cairá sempre no colo do brasileiro.

Visão do Direito



Luís Eduardo R. Moraes Oliveira

Advogado

A verdade processual

O processo civil, ciência jurídica desenvolvida há séculos, é um valioso instrumento para o Estado e para as partes. Sempre ostentou força em todos os seus períodos evolutivos, sofrendo exagerada relativização nos últimos tempos.

Pois bem. Fato que evidencia a extrema importância no estudo do processo é que a verdade processual é o que realmente importa para determinada relação social, ato ou negócio jurídico levado às portas do Poder Judiciário.

Ora, o que não encontra-se nos autos não está no mundo e o julgador deve ater-se unicamente aos fatos e provas constantes no processo. Por essa razão, é tão relevante o estudo acurado do direito processual civil por parte dos advogados, de modo que um detalhe pode significar a vitória ou a derrota, ainda que o direito material esteja a favor do jurisdicionado.

As matérias e documentos essenciais e relevantes à propositura da ação deverão constar e vir junto à petição inicial. Ao réu, incumbirá alegar em contestação toda a matéria apta a impugnar os fundamentos exordiais, em atenção ao princípio da concentração da defesa, devendo manifestar-se precisamente sobre todas as alegações de fato trazidas.

Desse modo, as fases processuais têm a finalidade da prática de algum ato, sendo os mais importantes a petição inicial para o autor e a contestação para o réu. Caso não seja trazida toda a matéria e documentação de ataque ou de defesa, só será possível a atividade tardia em casos específicos legalmente previstos.

Assim, só haverá a juntada posterior de documentos após esses limites temporais para contrapor fatos posteriores ou para contrapor aos que foram produzidos nos autos. Além disso, a juntada será possível apenas quando os novos documentos forem produzidos, conhecidos ou acessíveis após aqueles momentos, devendo a parte justificar o seu não uso em ocasião correta e oportuna.

Ou seja, toda a matéria de ataque de defesa deve vir junto à petição inicial ou contestação, bem como a documentação pertinente. Se o advogado se esquecer de narrar algum fato ou de anexar documento indispensável ou relevante, não haverá outra oportunidade, operando-se a preclusão.

Veja-se a importância de uma correta e cuidadosa condução processual, além da relevância do patrono para esse mister. O magistrado, em delicado ofício,

recebe a petição e a contestação “vendado”, sem saber com quem está o direito. Cabe a ele deter-se apenas ao caderno processual, e os fatos, provas e documentos esquecidos não podem nem devem ser levados em consideração.

Com isso, ainda que a parte, que vivenciou o conflito, saiba de algo que possa ser relevante para a vitória, mas tal fato esteja ausente dos autos, será irrelevante para o convencimento do magistrado para a decisão final.

Portanto, é possível chegar-se à conclusão de que no mundo jurídico, nos exaustivos trabalhos do Poder Judiciário, a verdade processual é mais importante do que a verdade real, sendo o processo um artifício que deve ter as suas formalidades respeitadas.

O diligente trabalho do advogado ajuda o magistrado. A verdade processual completa, caso se torne a regra, confiando no bom trabalho dos patronos, pode trazer benefícios até mesmo em uma escala maior, com as prerrogativas da advocacia recuperando prestígio, resultando no enxergar da magistratura do advogado como um aliado para o regular deslinde da demanda, não como um entrave.

O mundo ideal é aquele onde as partes

conseguem resolver seus problemas de maneira amistosa, sem a necessidade de intervenção estatal. A partir do momento em que se envolve um terceiro estranho aos fatos para a solução do litígio, fundamental que os atores técnicos se atenham as regras processuais e sejam capazes de transportar, à integralidade, o fatos e provas para dentro dos autos, igualando a verdade processual com a real.

Caso isso ocorra, melhor será a vida em juízo, simplificando os trabalhos e a caminhada do processo. O Poder Judiciário não deve ser acionado para toda e qualquer disputa. Defendo alguns fatores como aumento de custas, maior rigidez na concessão do benefício da justiça gratuita, aplicação com rigor das penas por litigância de má-fé, bem como a irrecorribilidade de algumas espécies de decisões judiciais, sem que nada disso implique ofensa a mandamentos constitucionais.

Isso melhorará, até mesmo a vida social, que espera longos anos pelo trânsito em julgado de uma demanda. A perfeita busca pela verdade real em sintonia com a processual acelerará a prestação jurisdicional sem que a magistratura seja industrializada, ainda mais.

Visão do Direito



Luisa Moraes
Abreu Ferreira
Advogada
criminalista



Thais Pires
Monteiro
Sócia do Feller
Advogados



Marcelo Feller
Sócio do Feller
Advogados



Matheus Pace
Advogado
criminalista no
Feller Advogados

Vítima de violência doméstica fala a verdade: até virar ré

O Brasil vive uma pandemia de casos de violência doméstica. Do Norte ao Sul do país, multiplicam-se casos de maior e de menor gravidade, que se avolumam nas varas criminais. Lamentavelmente, os ocorridos são cotidianos e, às vezes, até mesmo naturalizados, apesar das inúmeras medidas legislativas e políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher, especialmente no âmbito sistema de Justiça criminal.

Algumas dessas iniciativas merecem destaque, em razão de sua forte carga simbólica no direito penal: Lei Mariana Ferrer (Lei 14.245/2021), a Lei 14.132/2021, que criminalizou o stalking, e a Lei 14.994/2024, que estabeleceu o feminicídio como tipo penal autônomo, tornando-o o crime mais grave do país. Ainda que de efetividade questionável, essas medidas têm como objetivo comunicar uma atuação firme do Legislativo na proteção das mulheres vítimas de violência.

O Judiciário, por sua vez, adotou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e, além de reconhecer a “especial relevância da palavra da vítima” em crimes sexuais e de violência doméstica, vem, a cada dia, reafirmado interpretações que buscam conferir maior proteção às vítimas em crimes de gênero. Até que elas se tornem réis.

Paula era casada com Emerson. Viviam juntos numa quitinete na periferia de São Paulo. Ela, cabelereira. Ele, porteiro. As brigas eram constantes, ele se tornava agressivo com facilidade, e ela atribuía isso aos vícios dele: álcool e cocaína. Discussões verbais eram rotina: gritos e xingamentos, proferidos pelos dois e ouvidos pela vizinhança.

Com o tempo, a violência física integrou a rotina. Num áudio, ele afirmou como seria fácil matá-la. Outro dia, em mais uma discussão motivada pelo ciúme, ela relata ter sido empurrada e enforcada em cima da cama, enquanto era acertada com tapas e socos. Lutando para viver, conseguiu alcançar uma faca de cozinha e o acertou uma única vez, no tórax. Ele caiu. Encerrava-se um ciclo de violência — e se iniciava outro.

O sistema inicialmente acreditou em Paula, que narrou minuciosamente o caos da sua vida doméstica. A Casa da Mulher Brasileira a acolheu e direcionou a um abrigo. Medidas protetivas foram decretadas. Até Emerson morrer.

Agora se apurava um homicídio, e a palavra da mulher já não tinha o mesmo peso: “homicida!”, disse a denúncia. O acolhimento virou indiferença. A escuta atenta cedeu à frieza institucional. Toda a complexidade de sua história — o ciclo de abusos, as tentativas de ruptura, as súplicas ignoradas, os machucados visíveis

e invisíveis — foi solapada por uma narrativa acusatória, cega a nuances e contradições. Ela tornou-se prisioneira de um sistema que prega proteção, mas reserva punição severa àquelas que não se encaixam no estereótipo de vítima ideal. Mais do que um caso isolado, é demonstrativo de um sistema que tem pressa para punir e pouca disposição para entender.

Paula foi sempre Paula. Mas a palavra de “Paula/vítima” não convence como a palavra de “Paula/ré”. Será julgada por um tribunal do júri. Sete pessoas avaliarão não apenas a noite fatal, mas toda sua trajetória: silêncios, excessos, reações. Sua culpa será pesada junto com seu caminho. A ela caberá provar que agiu para viver. Sua palavra, que bastaria para prender Emerson, já não basta para absolvê-la.

No banco das réis também está sentada Beatriz. Mãe de Maria, que tinha apenas quatro anos quando foi brutalmente espancada por Jonas, seu padrasto, até a morte. Agredida e ameaçada diversas vezes por ele, separou-se, mas reatou pouco antes da tragédia.

Jonas foi preso e denunciado por homicídio doloso. Inicialmente, a palavra dela fez com que a Justiça concedesse medidas protetivas, reconhecendo a violência doméstica. Mas, conforme o processo avançou, ela também foi denunciada. Não pelo que fez, mas por sua incapacidade de agir. Beatriz foi acusada por

homicídio doloso por omissão. Como mãe, e segundo a acusação, ela sabia do comportamento violento dele e deveria ter agido para impedir o desfecho fatal. O medo virou culpa; a hesitação virou crime.

Casos como os de Paula e Beatriz revelam o duplo enquadramento cruel operado pelo sistema de Justiça: a mulher que reage é punida por reagir; a que não consegue sair da relação é punida por permanecer. A proteção, embora enunciada, é seletiva. Serve enquanto a mulher se comporta como vítima ideal — passiva, mas que não hesita em ligar para a polícia. Qualquer movimento fora desse script a transforma em ré. Sua palavra já não é tão relevante.

É urgente romper com essa lógica. O enfrentamento da violência de gênero exige escuta, contexto e sensibilidade. Exige um Judiciário disposto a entender as limitações concretas que o medo, a dependência e o trauma impõem às mulheres. Não basta aplicar leis — é preciso compreender trajetórias.

Paula e Beatriz não são exceções. São retratos de um sistema que promete proteção, mas que facilmente se volta contra quem ousa sobreviver. Que seus processos sirvam de alerta: o direito penal, se não for atravessado por perspectiva de gênero real e comprometida continuará reproduzindo a violência que diz combater.

Visão do Direito



Ana Claudia Morais

Advogada do escritório Peluso, Guaritá, Borges e Rezende Advogados

Entre a lei e a interpretação: a nova perspectiva do TST sobre o trabalho externo

Em março de 2025, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) pacificou o entendimento em diversos assuntos. Em um deles — Tema 73 — fixou tese jurídica vinculante (portanto, com caráter obrigatório para os Tribunais do Trabalho), alterando significativamente a interpretação consolidada, até então, sobre o ônus da prova no trabalho externo, cuja função seja incompatível com o controle de jornada de trabalho, prevista no artigo 62, inciso I, da CLT.

O TST estabeleceu a seguinte tese obrigatória, que tem repercussões diretas na dinâmica das relações de trabalho em diversos setores econômicos — como os setores alimentício,

farmacêutico, de bebidas, tecnológico, financeiro, imobiliário, logístico, entre outros:

“É do empregador o ônus de comprovar a impossibilidade de controle da jornada de trabalho externo, por se tratar de fato impeditivo do direito do trabalhador.”

Até a consolidação do Tema 73, era do empregado o ônus de demonstrar que sua atividade, apesar de externa, tinha controle direto ou indireto da jornada de trabalho e, por isso, não era “incompatível com a fixação de horário de trabalho”.

Essa mudança de perspectiva do ônus da prova traz às empresas a obrigação de realizar prova robusta documental e/ou oral, nos

processos que não havia qualquer espécie de controle direto ou indireto da jornada de trabalho. Isso sem considerar que na hipótese de prova “dividida” (quando a prova realizada pelo reclamante é contraditória à prova realizada pela empresa), a Justiça do Trabalho, com base no Tema 73, certamente entenderá que a empresa não cumpriu a contento a sua obrigação probatória, determinando o pagamento de horas extras.

O leading case que deu origem ao tema envolveu reclamação trabalhista de um vendedor em face de empresa do setor alimentício. Esse processo aguarda atualmente o julgamento de Recurso Extraordinário interposto pela

empresa no Supremo Tribunal Federal, sustentando que a tese fixada pelo TST viola preceitos constitucionais, especialmente os Princípios do Devido Processo Legal e da Livre Iniciativa.

Isso sem considerar que o Tema viola os Princípios da Isonomia Processual e impõe às empresas o ônus de fazer prova negativa dos fatos (demonstrar que não havia controle direto ou indireto), o que é vedado pela legislação.

O Tema 73 ainda passará pelo crivo do STF, mas, até que haja uma definição, recomenda-se que as empresas documentem a efetiva impossibilidade de controle da jornada de trabalho, apresentando provas robustas em ações judiciais que envolvam essa controvérsia.

Visão do Direito



Arthur Murta

Advogado tributário da Montalvão & Souza Lima Advocacia de Negócios

Reforma Tributária: navegando pelas incertezas com planejamento e expertise

A Reforma Tributária, formalizada pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025, estabelece um marco significativo para o sistema tributário brasileiro, com o início da transição previsto para janeiro de 2026. Contudo, a ausência de definições essenciais e o cenário de incertezas econômicas têm gerado questionamentos, impactando a estratégia de empresários e gestores públicos. A proximidade do período de transição impõe a urgência de um planejamento estratégico para prever impactos financeiros e operacionais, minimizando riscos e evitando custos imprevistos.

A reforma visa simplificar o sistema tributário, reduzir a complexidade e promover maior justiça fiscal. Foram criados novos tributos:

* Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): de competência federal, substituirá o PIS/Pasep, Cofins e IPI;

* Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): de competência compartilhada entre estados e municípios, substituirá o ICMS e o ISS;

* Imposto Seletivo (IS): com finalidade extrafiscal, desestimulará o consumo de produtos nocivos.

Para coordenar a arrecadação, fiscalização e distribuição dos recursos do IBS, foi instituído o Comitê Gestor, que atuará de forma técnica e operacional, buscando eficiência administrativa e neutralidade na arrecadação, sem autonomia para criar impostos ou alterar alíquotas. No entanto, esse comitê ainda carece de regulamentação.

Para facilitar a adaptação, a transição prevê a implementação gradual do IBS e da CBS com alíquotas reduzidas para testes. A partir de janeiro de 2026, a alíquota da CBS será de 0,9% e a alíquota estadual do IBS será de 0,1%. Não haverá, na primeira fase de transição, obrigatoriedade relacionada ao Imposto Seletivo.

A seis meses da transição da Reforma Tributária, a imagem parcial dos impactos e dificuldades a serem observadas por contribuintes e gestores são um desafio. A falta de informações sobre aspectos fundamentais, como a regulamentação do Imposto Seletivo e a composição do Comitê Gestor do IBS, cria desafios substanciais para empresas e entes públicos. Esse ambiente de indefinição pressiona a tomada de decisões antecipadas, tornando o planejamento tributário especializado essencial para mitigar traumas ou prejuízos.

“A seis meses da transição da Reforma Tributária, a imagem parcial dos impactos e dificuldades a serem observadas por contribuintes e gestores é um desafio”

É crucial compreender que a transição não se resume à alteração de alíquotas ou à classificação de operações, mas implica reestruturação completa no modelo de gestão operacional tributária e arrecadação.

Um dos pontos mais críticos e pendentes da Reforma Tributária é a definição da composição do Comitê Gestor do IBS. Essa entidade pública será responsável por estabelecer regras de fiscalização, resolver conflitos de interpretação da norma, uniformizar procedimentos e julgar litígios administrativos, além de coordenar o arrecadamento e a divisão dos repasses do produto da arrecadação aos estados e municípios.

A importância do Comitê e a insegurança gerada pelo desconhecimento de sua composição dificultam a elaboração das regulamentações. Sem sua formação, empresas e entes públicos ficam sem diretrizes fiscais claras, o que pode resultar em erros de interpretação e adaptação operacional.

Diante da morosidade na formação do Comitê Gestor, a simulação de cenários assistida por especialistas tributários é uma resposta possível. A consultoria tributária, com sua expertise, permite antever impactos em diferentes configurações normativas e gerar matrizes de análise de risco com fatores de mitigação pontuais, evitando traumas econômicos.

Preparação estratégica para as empresas: um diferencial competitivo

Diante das indefinições, é fundamental que empresas e entes públicos adotem uma postura proativa na preparação para a transição. A proatividade e a preparação estratégica tornam-se cruciais para a sustentabilidade e o sucesso dos negócios. Postergar a adequação pode resultar em desvantagens competitivas, gargalos operacionais e prejuízos financeiros consideráveis.

As seguintes recomendações estratégicas são essenciais para enfrentar as mudanças da Reforma Tributária:

* Revisão da estrutura societária e

tributária: a transição exigirá ajustes na estrutura tributária e societária. A revisão antecipada de contratos sociais e a análise dos métodos de pagamento, apuração e distribuição de tributos permitirá uma adaptação eficiente, evitando imprevistos ou prejuízos futuros;

* Ajustes nos sistemas de escrituração e contabilidade: será necessário adaptar os sistemas contábeis e fiscais para atender aos novos tributos. Esse momento pode ser visto como uma oportunidade para revisar processos internos e garantir a conformidade com o IBS e a CBS. Empresas que antecipam esses ajustes estarão mais preparadas.

* Consultoria especializada: dado o caráter complexo da Reforma, contar com consultores especializados em tributação é essencial. A expertise externa auxiliará as empresas a se ajustarem precisamente às novas exigências e a garantir a conformidade com as regulamentações. A orientação jurídica e tributária minimiza riscos e maximiza a eficiência da adaptação. Consultores e escritórios especializados podem oferecer uma visão abrangente dos impactos em diversas áreas da empresa, como finanças, contabilidade, jurídico e operações.

* Monitoramento das atualizações legais e regulamentares: o acompanhamento contínuo das atualizações sobre a Reforma e suas regulamentações é crucial. O cenário tributário pode evoluir rapidamente, e estar atento a essas mudanças permitirá que as empresas reajam adequadamente e se ajustem prontamente às novas regras.

* Adaptação de rotinas administrativas em prefeituras e o acompanhamento da arrecadação e distribuição de repasses de IBS: conhecer a arrecadação do IBS e a divisão em repasses para os entes municipais e estaduais é uma demanda recorrente, que será melhor atendida com um maior grau de conhecimento das regras de fiscalização e repartição, o que poderá ser garantido por consultorias tributárias especializadas.

* Treinamento da equipe: a capacitação interna é crucial, considerando o impacto profundo da Reforma. Investir em treinamento especializado nas novas

obrigações fiscais permitirá que os departamentos envolvidos na gestão tributária se alinhem às exigências, garantindo que todos os pontos de contato da organização estejam bem preparados.

Delongar a preparação para a Reforma Tributária pode resultar em prejuízos e custos inesperados, além de complicações fiscais. A complexidade de se ajustar a novos tributos e a necessidade de revisão dos processos internos demandam tempo e uma abordagem cuidadosa. Aqueles que não se anteciparem às adaptações podem enfrentar aumento de carga tributária, custos elevados e desafios imprevistos durante a transição, com impacto efetivo no destino da empresa. Além disso, a falta de planejamento pode ocasionar erros fiscais que comprometam a competitividade e a saúde financeira da empresa. O momento de preparação é agora, e a ausência de um planejamento sólido pode dificultar a adaptação e a conformidade com as novas normas.

Mais do que uma mudança técnica, a Reforma Tributária representa uma redefinição estratégica profunda. O fim da guerra fiscal entre entes federativos, com a arrecadação baseada no destino e não na origem, exigirá redimensionamento logístico, reavaliação de plantas industriais e até mudança de localização de operações. As decisões tomadas agora terão impacto direto na competitividade futura das organizações. Ignorar essas transformações pode significar perda de mercado e inviabilidade operacional. A inércia emerge como o maior risco a ser enfrentado.

Ainda há uma percepção equivocada de que haverá prorrogações ou alterações substanciais no cronograma. Essa expectativa é infundada diante do compromisso já firmado entre União, estados e municípios, tanto em termos orçamentários quanto administrativos.

Em síntese, a Reforma Tributária não deve ser encarada apenas como um desafio, mas também como uma oportunidade para reavaliar e aprimorar a gestão tributária, consolidando a empresa em um patamar de maior competitividade e resiliência no mercado. A preparação antecipada é um diferencial crucial para enfrentar a Reforma de forma segura e eficaz, garantindo a conformidade legal e abrindo portas para otimização de custos e novas oportunidades de negócio?



Visão do Direito



Mairrana Maia

Diretora jurídica da Sociedade São Paulo de Investimentos

Precatórios: decisão de Campbell repõe a ordem no mercado

A decisão do corregedor Nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, de determinar que todos os tribunais regionais federais (TRF) façam o levantamento dos precatórios irregularmente expedidos antes do trânsito em julgado revelou um enorme esqueleto no armário que soma mais de R\$ 20 bilhões em expedições irregulares.

Inicialmente, Campbell determinou a suspensão da expedição de 35 precatórios do TRF-1 (Distrito Federal) e concedeu prazo de 15 dias para que os demais tribunais identificassem precatórios possivelmente irregulares.

Constatou-se que são mais de 4 mil distribuídos nos TRFs das demais regiões (1ª a 6ª).

Muito estranha, para nós, juristas e profissionais da área, a necessidade de uma decisão ou providência do CNJ nesse sentido, pois não deveriam existir precatórios expedidos de forma irregular. E, se existem, é sinal de que os regramentos sobre o tema não estão sendo cumpridos.

Se todos os magistrados seguissem fielmente a Constituição e a Resolução 303/2019 do CNJ, que trata da gestão dos precatórios e dos procedimentos judiciais, não estaríamos

diante de um cenário tão alarmante.

Isso porque, segundo a Resolução 303, em seu artigo 6º, incisos 7, 8 e 9, é obrigatória a menção, no ofício do precatório, da data do trânsito em julgado da decisão que põe fim ao litígio e define categoricamente o valor a ser pago pela administração pública ao particular. Simples assim.

Porém, na prática, isso não ocorre. Vejamos o que dizem os dispositivos da Resolução 303 do CNJ:

“Art. 6º No ofício precatório constarão os seguintes dados:

II – data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão lavrado na fase de conhecimento;

VIII – data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença, ou do decurso do prazo para sua apresentação;

IX – data do trânsito em julgado da decisão que reconheceu parcela incontroversa, se for o caso.”

Ou seja, é clara a exigência do trânsito em julgado não apenas do processo de

conhecimento, mas também dos embargos à execução, da decisão sobre impugnação ao cumprimento de sentença e/ou da decisão que reconhece a parcela incontroversa.

Quando ainda há direito em discussão, destaca-se a parte incontroversa, mediante trânsito em julgado dessa parcela, e expede-se o precatório apenas do que é líquido e certo.

Logo, a lei e o procedimento existem — mas juízes simplesmente optaram por não cumprir o que está determinado pela Constituição e pelo CNJ. No TRF-1, começaram a expedir precatórios sem o devido trânsito em julgado do valor incontroverso. Para burlar a lei, esses precatórios passaram a ser expedidos com ordem de bloqueio até a definição dos valores ou das parcelas discutidas — agora identificadas como irregulares.

Isso é grave. Magistrados passaram a descumprir a Constituição e a normativa do CNJ. E essas irregularidades surgiram, majoritariamente, na sessão judiciária do Distrito Federal. Esses precatórios só poderiam ter sido expedidos se a parcela fosse absolutamente incontroversa e não

houvesse recurso pendente, com valor claro e expresso em decisão judicial.

Mas por que foram expedidos? Muitas vezes, há interesses financeiros por trás. Alguns precatórios do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), por exemplo, tramitam na 6ª Vara Federal do DF e foram expedidos atendendo a interesses políticos, com a chamada “restrição” de bloqueio.

Esse bloqueio funciona assim: o juiz expede o precatório, mas determina que ele só pode ser pago mediante alvará. Por quê? Porque não há situação jurídica consolidada para o pagamento. O magistrado se resguarda e, se o recurso for rejeitado, o alvará serve como garantia. Mas, na verdade, o precatório nem deveria ter sido expedido.

Ao que parece, esqueceram que o ofício precatório é uma ordem de pagamento. Como ordenar pagamento de algo que sequer se sabe se é devido ou se o valor está correto?

O precatório só deve ser expedido com a regularidade formal, material e jurídica da situação consolidada. Criar um “colchão de segurança” é um absurdo jurídico, legal e constitucional — sem justificativa.

Visão do Direito



Rodrigo Robert

Presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB Águas Claras - DF, advogado com experiência em direito imobiliário

Usucapião, terras devolutas e o direito à propriedade no Brasil

A propriedade da terra sempre ocupou papel central na formação do Brasil. Desde o período colonial, a distribuição desigual do território construiu um país marcado pela concentração fundiária e pela exclusão social. Nesse contexto, a figura das terras devolutas — áreas públicas sem destinação específica — e a possibilidade de aquisição da propriedade pela usucapião refletem os conflitos e contradições que atravessam o acesso à moradia e à terra até hoje.

A usucapião é um instrumento jurídico que permite a regularização da posse prolongada e pacífica de um imóvel, desde que preenchidos determinados requisitos legais. Seu fundamento está no reconhecimento do uso efetivo da terra como critério legítimo de

propriedade, especialmente quando o verdadeiro proprietário se mostra ausente.

Mais do que uma simples regularização, a usucapião é um instrumento de justiça social. Milhares de brasileiros vivem há décadas em imóveis que não têm documentação formal — muitas vezes em áreas urbanas abandonadas pelo poder público ou em terrenos que, embora ocupados, continuam juridicamente como “de ninguém”. Em muitos casos, são justamente terras devolutas.

Ao longo da história, as terras devolutas foram apropriadas por elites econômicas sem o devido processo legal, alimentando a grilagem e perpetuando desigualdades. Em contraposição, a usucapião pode ser vista como uma forma de reconstrução do direito à cidade e à terra.

Hoje, no Brasil, a usucapião pode ser feita por vias judiciais ou extrajudiciais, o que representa um avanço importante na desburocratização do acesso à moradia formal. Ainda assim, persistem entraves, como a falta de formação jurídica, a morosidade do sistema e a ausência de políticas públicas efetivas de regularização fundiária. Em especial, nas periferias urbanas, onde o título de propriedade continua sendo um sonho distante.

Reconhecer a importância da usucapião é compreender que o direito à propriedade não pode ser visto apenas como privilégio de quem pode comprar, mas também como o resultado do esforço e permanência de quem cuida e ocupa.

Nesse mesmo espírito de enfrentamento

às distorções históricas fundiárias, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou o Provimento nº 195/2023, que trata da regularização fundiária de interesse social em terras públicas.

A medida busca atacar problemas estruturais, como a grilagem de terras, a sobreposição de áreas e a fragmentação de dados entre cadastros públicos e registros de imóveis.

No mesmo sentido, a iniciativa Solo Seguro, também coordenada pelo CNJ, promove mutirões nacionais de regularização fundiária, integrando esforços de cartórios, defensorias e órgãos públicos.

Essas ações reforçam a importância da usucapião e da regularização como instrumentos concretos de democratização da terra e promoção da dignidade.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 24 de julho de 2025

Para anunciar ▶ **3342-1000**
1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1
IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL
INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS
ÁGUAS CLARAS
1 QUARTO
MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
OCEANIA RESIDENCE Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62,75m² varanda 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE Res Natália Valois 3 qtos 1 suite 1 vaga 70m² armários 99562-4472 cj25698

1.2 ÁGUAS CLARAS
ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE
QUITINETES
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
SR. IMÓVEIS
COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m² 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 ASA NORTE
SR. IMÓVEIS
SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suite), vazio, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL
1 QUARTO
INVEST FLAT VENDE
PARK SUL excelente apto 1 qto 50m². Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS
SR. IMÓVEIS
COMPRO PAGO à vista 102 / 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

208 SUL 3 qtos sendo 1 suite 3 andar canto gar. R\$1.280.000,00. 98304-8691 c25569

4 OU MAIS QUARTOS
****PARTICULAR****
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO
3 QUARTOS
QD 403 Apto 3qts nascente vazado ac menor valor 99983-1953 c3149

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ
2 QUARTOS
J RIBEIRO VENDE
AE 02 SRIA Guarã II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m² ár útil cj5211 3322-3443

1.2 GUARÁ
J RIBEIRO VENDE
AE 02 Dolce Vitta cobertura linear, 152m² CJ 5211. Tr: 3322-3443

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE
3 QUARTOS
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m² 3 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 NOROESTE
ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m² 3 qtos 2 vgas 98311-5595

NÚCLEO BANDEIRANTE
2 QUARTOS
RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA
2 QUARTOS
TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suite 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suite 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE
3 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qtos 109m² 2 vgas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA
2 QUARTOS
ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

VALPARAÍSO
2 QUARTOS
INVEST FLAT VENDE
PARQUE ESPLANADA apto 2qtos sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 ÁGUAS CLARAS
1.3 CASAS
ÁGUAS CLARAS
4 OU MAIS QUARTOS
ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m² área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GUARÁ
3 QUARTOS
ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m², 180m² construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Bernardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m² var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qtos 2stes 300m² ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

NÚCLEO BANDEIRANTE
3 QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY
4 OU MAIS QUARTOS
MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Arni-queiras Res Park Veredas 6qts 4sts lt 1000m² 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m² 504m² const. Ac. Apt Guarã 3q 99985-7115 c1533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m² de á.constr. terreno de 2.500m² 3552-4358 c/12179

1.3 SOBRADINHO
SOBRADINHO
4 OU MAIS QUARTOS
CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m² c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA
3 QUARTOS
CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m², área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS
RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m² cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

R 10 casa 4 qtos 2 suítes DCE lt 300m², área construída 250m². Ac carro (61) 98192-6444.
REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!


(62) 98280-1111
1.4 ASA SUL
1.4 LOJAS E SALAS
LOJAS
ASA SUL
SR. IMÓVEIS
CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m², reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ
ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comer/resid 2lj + 2ap lt 200m² R\$1.050.000, ac cs Guarã Tr.99857115 c1533

SUDOESTE
TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. - tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

SALAS
ÁGUAS CLARAS
PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m² c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE
CLN 103 Reformada ót. localização desocupada 99275-8882 phimoveis.com.br cj6210

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/98581-0151 cj21229

LIBERTY MALL Oportunidade garagem privada phimoveis.com.br 99275-8882 cj6210

SRTVN 701 C.E.Norte 2 salas juntas reformadas 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

CLN 103 Reformada ó. localização desocupada 99275-8882 phimoveis.com.br cj6210

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

1.4 ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovia BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cercada, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

GOIANÉSIA - GOIÁS FAZENDINHA 22 alqs. ou seja 110 hectares, casa simples, córrego nos fundos e na lateral... boa parte formada, represa, ótima para criação de gado. 4Km estrada de chão.. (62)99104-1161 zap

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

GOIANÉSIA - GOIÁS FAZENDINHA 22 alqs. ou seja 110 hectares, casa simples, córrego nos fundos e na lateral... boa parte formada, represa, ótima para criação de gado. 4Km estrada de chão.. (62)99104-1161 zap

OUTROS ESTADOS

SIMOLÂNDIA-GO Sítio 71ha em Simolândia/GO, (parte ideal), c/benis., Fazenda denominada Brejão. Inicial R\$ 1.433.882,00 (Parcelável) alvaroleiloes.com.br 0800-707-9272

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel
2.2 Apartamentos
2.3 Casas
2.4 Lojas e Salas
2.5 Lotes, Áreas e Galpões
2.6 Quartos e Pensões

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEIRAS It 10, 53m2, 2qtos, 1 suíte, 1 vaga, 2banhs 99418-8477 cj21694

2.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!

Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su cite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ aprox 51,79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

2.4 CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO Salas, Loja comercial e prédio no Gama . Tr. 99976-4334

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

CHEVROLET

AMARO 2SS 17/17 Azul Perolizado, Apenas 4.000km com Teto Solar e Opcionais, Configurado p/Perfeccionista. Estado de 0km. Ainda no Plástico ! Único no Brasil! Valor R\$ 375.000,00 Contato: (61) 99189-2103

TOYOTA

ETIOS/16 preto completo excelente estado única dona. F: 98210-3834

VOLKS

GOL/07 R\$15.500 vendido/troca pref Pick-up 99969-9595/99909-7931

SPACEFOX 08/09 1.6 completo, cor prata, bom estado R\$27.500, Tr. (61) 9.9284-6161

GOL/07 R\$15.500 vendido/troca pref Pick-up 99969-9595/99909-7931

3.2 FORD

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

FORD

RANGER/15 Limited s/defeito, pouco rodada, Tab. FIPE. 99999-7270

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

NOTIFICAÇÃO

TC PRESTAÇÃO Financeira LTDA - CNPJ: 54.210.196/0001-78. convoca a Sr (a): Nubia Sterphany Portugal Franca, CTPS: 3629697/ 8130. Em decorrência do seu estado gravídico e em conformidade com a estabilidade provisória conferida à gestante, observamos a persistência de ausências injustificadas desde o dia 26/06/2025. A empresa TC Prestação Financeira, solicita o seu comparecimento no prazo de 48 horas a contar desta notificação, a fim de justificar as ausências e fornecer esclarecimentos sobre sua situação. Salientamos que caso não compareça no tempo previsto, aplicaremos o seu desligamento na empresa por abandono de emprego previsto no art. 482 alínea "i" da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

MÍSTICOS

DONA PERCÍLIA
Consultas, Cartas, Tarô, búzios. Fazemos e desfazemos todos os tipos de trabalho, inclusive para o amor, união amorosa, ambos os sexos.
MARQUE SUA CONSULTA:
(61) 98109-2975
(61) 3971-2575

MÃE RITA Cultura cigana e africana, búzios, Cartas e tarô Paranoá/DF Tr. (61) 99526-8763 ou 9.9411-3130

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90088/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte à operação do plano de saúde do Senado, o Sistema Integrado de Saúde (SIS), especificamente para execução das atividades relacionadas ao macroprocesso Apoio Administrativo.

ABERTURA: 07/08/2025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

SUZANA MARTINS MENDES
Pregoeira

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE – COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS LEILÕES
1º Público Leilão: 29/07/2025, às 10h00 | 2º Público Leilão: 31/07/2025, às 10h00

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, mat. JUCESP 715, autorizada por SPE ALPHAVILLE BRASÍLIA ETAPA II EMP. IMOB. LTDA., (CNPJ) nº 14.869.701/0001-76, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, pelos arts. 26 e 27 da Lei 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: Lote nº 01, da Quadra N, à Alameda Dinamarca, do loteamento Alphaville Residencial 2 e 3, Cidade Ocidental/GO. Área Total: 510,29m². Mat. nº 3.794 do CRI de Cidade Ocidental/GO. Insc. Munic. nº 977172. Consolidação da Propriedade em 30/05/2025. Valores: 1º Leilão: R\$ 872.487,85. 2º Leilão: R\$ 385.691,45. **Onus do Arrematante:** i) Pagto à vista do arremate e 5% da leiloeira; ii) Custas/impostos/taxas para lavratura/registo da escritura; iii) Quitação dos débitos de IPTU e Condomínio vencidos antes/após os leilões; iv) Observar as restrições urbanísticas/construtivas; v) Custas/despesas para regularização de eventual benfeitoria/construção; vi) Custas/despesas com eventual desocupação. Venda *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. O interessado deve tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, não podendo alegar desconhecimento. Ficam os Devedores Fiduciários **VIVIAN FIGUEIREDO FIDELIS** – CPF nº 033.330.146-37, e **LEONARDO DOMINGUES CAIXETA** – CPF nº 026.992.826-00, comunicados dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para exercício da preferência. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485, Fones (19) 3794-2044/(19) 3295-9777. End: Av. Rotary, 187, Jd. Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.**

SECRETARIA EXECUTIVA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90265/2025 MME – UASG 320004

NUP: 48340.001908/2025-72. Pregão Eletrônico nº 90265/2025. Objeto: **Contração de empresa especializada em serviços contínuos de limpeza e conservação**, com dedicação exclusiva de mão de obra, para jardinagem, lavagem de veículos oficiais e carregador de móveis, com fornecimento de todos materiais, insumos e demais produtos de limpeza (sob demanda, mediante ressarcimento), equipamentos, ferramentas e utensílios utilizados na prestação dos serviços, além de uniformes para os empregados, para atendimento do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, conforme condições e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos. Total de itens licitados: **1. Edital: 24/07/2025** das 9h às 12h e das 14h às 17h, **Abertura das Propostas: 07/08/2025, às 10h00.** Local: www.gov.br/compras.

Washington José de Oliveira
Pregoeiro/Agente de Contratação

3º. OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EMMANUELLE LAMOUNIER LEMES

O 3º. Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **EMMANUELLE LAMOUNIER LEMES**, CPF: 868.271.891-04, devedora fiduciária do imóvel alienado: APARTAMENTO No. 1102, VAGA VINCULADA No. 118, BLOCO A, LOTES 55, AVENIDA PARQUE ÁGUAS CLARAS, ÁGUAS CLARAS, DISTRITO FEDERAL, a qual não tendo sido encontrada nos endereços de cobrança indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADA do teor respectivo. O 3º. Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º. E 3º. Da Lei no. 9.514/97, por requerimento da **ADALGISA PEREIRA DA SILVA**, credora fiduciária do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme R-6, na matrícula no. **251502**, respectivamente deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V. Sas. venho INTIMÁ-LA a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 28/02/2025, corresponde a **R\$ 613.629,91 (seiscentos e treze mil, seiscentos e vinte e nove reais e noventa e hum centavos)**, além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R\$ 1.898,73 (hum mil, oitocentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos)**, já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R\$ 615.528,64 (seiscentos e quinze mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos)**. Assim, procedo a INTIMAÇÃO de V. Sa para que se dirija, no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, Rua 210, Lote 40, Sala 915, 9º. Andar, Torre B, Águas Claras – DF, onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica V. Sa. Ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º. Da Lei no. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na forma Art. 1.072 da Lei 10.406/02, convocoo todos os sócios do SUPERCLIN ODONTOLOGIA LTDA, CNPJ:18.223.435/0001-60, registrada na JUCIS-DF sob nº 53201878309, para reunião a ser realizada em 11/08/2025, às 19hs, de forma presencial, na sua sede na QI 19 LT 01/03/05/07, LOJA 04 TÉRREO TAGUATINGA-Brasília/DF, CEP 72.135-190. Ordem do dia: a) modificação do contrato social (art. 1071 da Lei 10.406/02); b) assuntos gerais.

THIAGO MALAQUIAS LEITE
Sócio Administrador

DETRAN DF

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP 90003/2025

Processo nº 00055-00023720/2025-92. Comunico a suspensão do aludido pregão. Objeto: "Registro de Preço para aquisição de veículos automotores caracterizados a serem utilizados no exercício das atividades do órgão, no transporte de servidores e cargas, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal."

Brasília, 23 de julho de 2025.
Karina da Silva Lima
Pregoeira

5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

DONA PERCILIA

CARTAS E TAROT

Búzios, Trabalho para todo os fins. Amarracão amorosa, harmonia familiar, abertura de caminhos. Marque sua consulta. Contatos: (61) 98109-2975 ou 3971-2575 - QSA 07 casa 14 Taguatinga Sul, Rua do Colégio Guinness.

KAROL DE PADILHA

CARTOMANTE *****

sensitiva médium. Relevoações e Magia. (61) 99155-1267 P. Sul.

RECADOS

NEGÃO QUERO mulheres evangélicas e católicas p/namor. Fone zap: 61 98191-0795

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

5.7 ACOMPANHANTE

LORRANY ORGASMICA

PRECISO DE CLIENTES sou bonita! Nua no Zap (61) 99620-9236

MASSAGEM RELAX

PRISCILA FEITA A PINCEL

NAMORADA LINDA 21 caparevista totalmente d+ (61) 99645-7413

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

EMPRESA CONTRATA

ARRUMADEIRA com jornada de trabalho 12X36 (dia sim, dia não). Salário R\$ 1.601,21 + refeição + vale transporte Tr. Whatsapp (61) 99909-2288

RESTAURANTE ESTÁ

CONTRATANDO

MENSAL

ATENDENTE / AUXILIAR De Cozinha e Auxiliar de Serviços Gerais (Limpeza). Interessados enviar Currículo para e-mail: rh.marzuk2024@gmail.com

AUXILIAR DE PRODUÇÃO

CONTRATA-SE PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. CV para: rh@germana.com.br

G. E SOLUÇÕES AMBIENTAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA

AVISO DE REQUERIMENTO DA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO CORRETIVA / AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM/DF, à Licença Ambiental de Operação Corretiva para atividade. Serviços de Coleta, Transporte, Armazenamento Temporário, Triagem, Segregação, Descaracterização, Moagem, Gerenciamento, Logística Reversa, Reciclagem em Geral, Beneficiamento, Transformação e Tratamento de Resíduos do Segmento Automotivo e correlacionados, Resíduos Perigosos e Não Perigosos estabelecido à Q Q Setor de Indústria QI 8 LT 64, CEP: 72-265-080 - Setor Industrial Ceilândia, Brasília/DF. CNPJ: 20.069.491/0001-34. Processo SEI: 00391-00007434/2025-12. G. E SOLUÇÕES AMBIENTAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

6.1 NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR MOTORISTA

ENTREGADOR

CONTRATAMOS p/ trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Enviar CV para e-mail: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE LAVANDERIA com CNH B. Sal. +vantagens \$2.100. Cv para: curriculo24@gmail.com

CASEIRO PARA Serviços Gerais, casal. Tratar: 99903-0605

COSTUREIRA/ ALFAIATE

PARAAJUSTES em roupas masculinas. Experiência com máq. . Industrial. Asa norte. Salário R\$ 2.000,00 + VT+ cartão alimentação R\$500,00. Whatsapp (61) 99951-3621.

MANICURE E NAIL DESIGN com experiência. Pagamos comissão. Início imediato. Tratar: (61) 9 9641-1978.

PRECISA-SE

MASSAGISTA E TELEFONISTA +timos ganhos p/ Valparaíso, pode dormir. Tr: 99831-1386

MASSAGISTA PRECISA-SE

COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

ÓTIMOS GANHOS!!

MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MECÂNICO com exper. para Valparaíso R\$ 2.800 +VT. 99903-3085

PEDREIRO c/ experiência em pastilha, p/ Gamma Tratar: 99976-4334.

AUXILIAR DE LAVANDERIA com CNH B. Sal. +vantagens \$2.100. Cv para: curriculo24@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

ARTE FINALISTA

IMPRESSORA DE GRANDES, formatos e router a laser. Damos treinamento. Enviar CV p/ selecaoobsb10@gmail.com

ATENDENTE DE LOJA

CORTINAS E PERSIANAS Loja Taguatinga. Sal. R\$1.700,00 +VT +comissão. Enviar CV para: rh@sublimes.com.br

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CONTRATAMOS PARA trabalhar em indústrias de alimentos em Samambaia com experiência em sistemas de gestão. Enviar CV para: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

ROTINASADMINISTRATIVAS. Enviar currículo p/ selecaoobsb10@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE

FRENTISTA E ATENDENTE De Conveniência c/ experiência e disponibilidade de horário p/ Taguatinga e Formosa. Enviar CV p/ vagas. postodf@gmail.com

GERENTE GERAL contrata-se CV: tbcontrata@gmail.com

CONTRATA-SE

TÉCNICO INFORMÁTICA para trabalhar com impressão. CV: (61) 9 8 4 2 4 - 5 0 2 0 ou digidoor1@gmail.com

CONTRATA-SE

MANICURES E CABELEIREIRAS (OS) Início imediato. Asa Norte. Tr: 61 98173-1168

PRECISA-SE

MARCENEIRO E MEIO OFICIAL De Marcenaria c/ experiência. Tr: (61) 99979-8210

CONTRATA-SE

MASSAGISTA c/ ou s/ exp Asa Sul ótimos ganhos Tr: 38 99806-0464

6.1 NÍVEL MÉDIO

MASSAGISTA

PRECISA-SE c/ ou s/ experiência, comissão pg por dia. São 3 dias da semana 7:30 às 22h Asa Norte. Dou treinamento (61) 98214-4880 Elen

MOTORISTA cat D (carga/descarga) frutas. Fixo R\$ 2.001,08 CV: rhcvdistribuidora@gmail.com

RECEPCIONISTA COM exper. CV: tbcontrata@gmail.com

RENDA EXTRA - Uma oportunidade de ganhar dinheiro? VuptOnline https://share.google/T0SbH4EvQA43t4RKt

RENDA EXTRA - Ganh 75,00 indicando pessoas para o Sam's Club. https://samsapp.page.link/o9ac6awC1k1becGp9

VENDEDOR(A) de contratos de festas. R\$ 1.800,00, + Comissão + Benefícios, Atuação no Setor de eventos. Local: Setor de Mansões de Samambaia. CV: (61) 9.9968-7615

6.1 NÍVEL MÉDIO

MAQ CENTER CONTRATA

VENDEDOR EXTERNO c/ conhecimento em Engenharia Civil p/ trabalhar De Segunda a Sexta. Oferece VT + VA + Plano de Saúde c/desc 50%. Enviar CV: rh@maqcenter.com.br

VENDEDORES LOJAS de Shopping com experiência. Enviar currículo para: 99919-3802

CONTRATA-SE

TÉCNICO INFORMÁTICA para trabalhar com impressão. CV: (61) 9 8 4 2 4 - 5 0 2 0 ou digidoor1@gmail.com

RENDA EXTRA - Ganh 75,00 indicando pessoas para o Sam's Club. https://samsapp.page.link/o9ac6awC1k1becGp9

MOTORISTA cat D (carga/descarga) frutas. Fixo R\$ 2.001,08 CV: rhcvdistribuidora@gmail.com

TJDF PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

2ª Vara de Família de Brasília
SMAS Trecho 3 Lotes 04/06, -, Bloco 5, Setores Complementares, BRASÍLIA-DF - CEP: 70610-906 - Telefone: (61) 3103-1838 / 3103-1842; Fax: (61) 3103-0314; Email: 02vfamilia.bs@tjdft.jus.br
Horário de atendimento: segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 19:00

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERDIÇÃO

Processo Nº 0814891-36.2024.8.07.0016
Ação: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)
REQUERENTE: MARIA CONSUELO MOURAO DA ROCHA, ANA FATIMA DE OLIVEIRA ROCHA
REQUERIDO: ANA CAROLINA BORGES DA ROCHA

A Dra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA BARRETO, Juíza de Direito da 2ª Vara de Família de Brasília, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0814891-36.2024.8.07.0016, ajuizada por MARIA CONSUELO MOURAO DA ROCHA e ANA FATIMA DE OLIVEIRA ROCHA em desfavor de ANA CAROLINA BORGES DA ROCHA, foi DECRETADA, mediante sentença proferida em 12/06/2025, devidamente transitada em julgado em 09/07/2025, a INTERDIÇÃO de ANA CAROLINA BORGES DA ROCHA, ANA CAROLINA BORGES DA ROCHA, filha de Jorge Mourão da Rocha e de Izabel Borges da Rocha, nascida em 04 de outubro de 1975, brasileira, solteira, por ser portadora de invalidez, alienação mental, tendo sido declarada incapaz de cuidar de si mesma e administrar seus bens. Nomeou-lhe curadora DEFINITIVA ANA FATIMA DE OLIVEIRA ROCHA, ANA FÁTIMA DE OLIVEIRA ROCHA, filha de Nabor Teles da Rocha Júnior e de Darcy de Oliveira Rocha, brasileira, separada judicialmente, servidora pública, para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado uma vez na imprensa local e três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil (CPC/2015). Dado e Passado nesta cidade de BRASÍLIA-DF, 16 de julho de 2025, 14:04:35. Eu, Aline Maria Assis Varandas, Diretora de Secretaria, conferi e assino digitalmente.

Aline Maria Assis Varandas
Diretora de Secretaria



Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb



GOLPE!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.